

Cosan S.A. Relatório da Administração 2023

A Cosan S.A. (“Cosan” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração referente às atividades desenvolvidas no exercício social findo em 2023. O resultado é apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o ano de 2023 x 2022, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia informa que as Demonstrações Financeiras estão sendo reapresentadas em função dos assuntos mencionados na nota explicativa 3.3 das Demonstrações Financeiras e ressaltamos que as informações reapresentadas não possuem alteração nas peças contábeis publicadas em 26 de abril de 2024.

A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados em seu site: www.cosan.com.br.

1. Mensagem do Presidente

Finalizamos o exercício de 2023 com crescimento importante do EBITDA sob gestão e lucro líquido, suportados pelo desempenho dos negócios, reforçando a qualidade dos nossos ativos e a resiliência do nosso portfólio. Os investimentos do exercício seguiram o planejado, e foram direcionados para a alocação de capital nos projetos estruturantes, assim como para a manutenção eficiente de nossas operações.

Na **Rumo**, o resultado foi alavancado pelo aumento da capacidade de transporte e da tarifa média consolidada, atingindo recordes de volume e evidenciando a competitividade do modal ferroviário. O desenvolvimento do projeto de Lucas do Rio Verde - extensão da malha ferroviária no Mato Grosso, umas das principais regiões do País na produção de grãos - viabilizará expansão significativa do mercado endereçável para a Rumo.

Na **Compass**, o número recorde de conexões de clientes na Comgás, a consolidação das operações de distribuição de gás natural da Commit, além do início das operações da Edge com a venda das primeiras cargas de GNL, compensaram a queda de volume de gás natural distribuído, afetado pela menor produção industrial e maior temperatura nas regiões de atuação. Ademais, firmamos em 2023 a sociedade entre Compass e Orizon para investimento em uma planta de purificação de biometano em Paulínia (SP) e assinamos um contrato de longo prazo com a São Martinho para o fornecimento de biometano.

A **Moove** teve o melhor ano de sua história, impulsionado pelo maior volume vendido e margens saudáveis. Isso reflete nossa liderança no mercado de sintéticos e melhoria contínua do modelo de negócios. Vale destacar o fortalecimento de sua presença internacional, colhendo, já em 2023, resultados da integração da Petrochoice.

Na **Radar**, o valor do portfólio de propriedades agrícolas em que investimos reflete a qualidade do portfólio e o reflexo positivo do ciclo das *commodities* agrícolas.

A **Raízen** entregou recuperação da produtividade agrícola de seus canaviais e bateu recorde de moagem na safra. Os melhores preços do açúcar e as margens robustas de distribuição de combustíveis impulsionaram o EBITDA da Companhia, compensando o cenário desafiador para o etanol. Adicionalmente, destaco o avanço na agenda de renováveis, com lançamento da 2ª planta de etanol de segunda geração (E2G) em Bonfim, com o dobro da capacidade produtiva da 1ª.

Realizamos um processo de gestão de dívidas na **Cosan**, com captações de recursos nos mercados local e internacional. Esse movimento nos permitiu estender o cronograma de amortização de dívidas para suportar o atual ciclo de investimentos do portfólio, assegurando custos mais

competitivos. Consolidamos, ao longo de 2023 e início de 2024, nossa exposição à **Vale**, aumentando a participação direta como consequência da liquidação antecipada da estrutura do *collar financing*. O objetivo desta execução foi capturarmos na integralidade os dividendos da Vale e, ao mesmo tempo, adequar a nossa estrutura de capital. Finalizamos o exercício com alavancagem dentro dos níveis adequados e, a partir do quarto trimestre de 2023, passamos a reportar o índice de cobertura do serviço da dívida, métrica que complementa a visão de liquidez da Cosan Corporativo.

Ainda em alocação de capital, seguimos atentos a oportunidades de recomprar ações da própria Cosan, executando ao longo do ano cerca de R\$ 300 milhões através de Total Return Swap. E, finalmente, distribuímos R\$ 800 milhões em dividendos para nossos acionistas.

Nelson Gomes
CEO Cosan

2. Resultados anuais

Cosan Consolidado

Apresentamos a seguir o resultado consolidado contábil de 2023 da Cosan e das suas unidades de negócio. Com exceção da Raízen (sociedade co-controlada pela Cosan), todas as demais informações refletem a consolidação de 100% dos resultados das subsidiárias, independentemente da participação da Cosan (para mais informações veja a nota explicativa 9 “Investimentos em Subsidiárias e Associadas” das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 (“Demonstrações Financeiras”).

É importante esclarecer que a Cosan (segmento corporativo) representa a reconciliação da estrutura corporativa da Cosan, empresas financeiras *offshores* e entre outras despesas, como detalhado na nota explicativa 1 das Demonstrações Financeiras. Os quadros abaixo retratam a íntegra das informações prestadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Demonstração do Resultado do Exercício	2023	2022	Variação
R\$ MM	(jan-dez)	(jan-dez)	2023 x 2022
Receita operacional líquida	39.469	39.323	0%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(28.550)	(30.557)	(7%)
Lucro bruto	10.919	8.766	25%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.879)	(3.034)	28%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.924	1.752	n/a
Resultado financeiro	(7.897)	(5.158)	53%
Resultado de equivalência patrimonial	2.046	327	n/a
Imposto de renda e contribuição social	(274)	118	n/a
Resultado das operações descontinuadas	45	50	(9%)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(3.790)	(1.645)	n/a
Resultado atribuído aos acionistas controladores	1.094	1.176	(7%)

Informações por segmento:

Resultado 2023	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
R\$ MM									
Receita operacional líquida	221.693	17.767	10.079	10.938	743	3	(221.693)	(61)	39.469
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(202.927)	(14.256)	(7.360)	(6.838)	(153)	(4)	202.927	61	(28.550)
Lucro bruto	18.767	3.511	2.719	4.099	590	(1)	(18.767)	-	10.919
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(8.589)	(952)	(1.791)	(601)	(74)	(461)	8.589	-	(3.879)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.968	607	-	(101)	2.254	1.164	(1.968)	-	3.924
Resultado financeiro	(5.963)	(731)	(319)	(2.555)	31	(4.322)	5.963	-	(7.897)
Resultado de equivalência patrimonial	(220)	179	-	77	20	4.342	220	(2.571)	2.046
Imposto de renda e contribuição social	(1.937)	(859)	(332)	(197)	(148)	1.262	1.937	-	(274)
Resultado das operações descontinuadas	-	45	-	-	-	16	-	(16)	45
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(163)	(390)	(83)	(503)	(1.904)	(910)	163	-	(3.790)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	3.864	1.411	194	219	768	1.090	(3.864)	(2.587)	1.094

Notas: (1) Embora a Raízen S.A. seja uma joint venture registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna “Desconsolidação de controlada em conjunto”.

Apresentamos abaixo as alterações significativas das demonstrações de resultado:

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da Cosan atingiu R\$ 39,5 bilhões em 2023, praticamente estável frente a 2022. A seguir as variações relevantes das receitas por segmento:

A receita líquida da Rumo somou R\$ 10,9 bilhões no ano de 2023 (+11%). O aumento da receita ocorreu em todas as operações da empresa: Operação Norte, Operação Sul e Operação de Contêineres.

Na Compass, a receita líquida foi de R\$ 17,8 bilhões em 2023 (-10%). A queda na receita em 2023 se deve, em parte, à redução do volume distribuído, refletindo a menor atividade no segmento industrial durante o ano que foi impactada pela redução dos segmentos como indústria cerâmica, vidros e siderurgia, além da queda no consumo do residencial devido às altas temperaturas frente a 2022.

A receita líquida da Moove atingiu R\$ 10,1 bilhões no ano de 2023 (+12%), forte volume de vendas de lubrificantes e melhor mix de produtos vendidos. Importante destacar que o ano de 2023 foi o primeiro ano completo de operação da Tirreno e Petrochoice, após a aquisição.

Na Radar, a receita líquida foi de R\$ 743 milhões em 2023 comparado a R\$ 835 milhões no ano anterior.

Custo Operacional

O custo dos produtos e serviços prestados pelas controladas da Cosan totalizou R\$ 28,6 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (-7%). Esta redução se justifica por:

Na Compass, referente ao custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 16,4 bilhões em 2022 para R\$ 14,3 bilhões no ano 2023. Essas variações ocorreram, principalmente, em função do custo da molécula, composta por fatores taxa de câmbio e Brent. Adicionalmente, a variação também é impactada pela redução do volume de venda. O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 1,2 bilhão em 2022 para R\$ 1,5 bilhão no ano de 2023. Por fim, houve o efeito de redução de custo devido a descontinuidade de todos os contratos de energia com efeito no montante de R\$ 0,3 bilhão.

Lucro Bruto

Com estes resultados, a Cosan apresentou lucro bruto de R\$ 11,0 bilhões em 2023 (+25%), principalmente pelos segmentos da Rumo, sendo o principal fator reflexo de um aumento na receita operacional de transporte, e da Moove devido ao maior volume vendido e margens saudáveis.

Despesas com Vendas, Gerais, Administrativas e Outras Receitas

As despesas com vendas, gerais, administrativas e outras receitas foram de R\$ 45,9 milhões no exercício de 2023, apresentando um aumento versus 2022 em função: (i) Dividendos recebidos da Vale S.A. no valor de R\$ 1,3 bilhão, (ii) realização de receita diferida que teve um impacto de R\$ 923 milhões no resultado operacional, (iii) mudança no valor justo de propriedades para investimento gerando um impacto de R\$ 2,3 bilhões.

Resultado Financeiro

No ano de 2023, o resultado financeiro da Cosan totalizou despesa de R\$ 7,9 bilhões, comparado a despesa de R\$ 5,2 bilhões em 2022. O aumento é consequência dos (i) valores de juros, variação monetária e variação cambial das dívidas atreladas a operação de compra de ativos da Vale no valor de R\$ 599 milhões, (ii) custo de operações bancárias com derivativos no valor negativo de R\$ 555 milhões (iii) o resultado com derivativos e valor justo dos papéis atrelados a proteção dos investimentos em ações da Vale no valor de R\$ 881 milhões (iv) atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas sem efeitos de PIS e COFINS que no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizava uma perda de R\$ 3,3 bilhões.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2,0 bilhões frente R\$ 327 milhões em 2022. Essa variação se deve principalmente a: (i) Em 30 de novembro de 2023, a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa na Vale.

Em 1 de dezembro de 2023, a Companhia passou a registrar o investimento da Vale como equivalência patrimonial (vide mais detalhes na Nota Explicativa 1.1 Participação societária na Vale S.A. das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Raízen mensurou e reconheceu em 31 de dezembro de 2023, créditos de PIS e COFINS no montante consolidado de R\$ 3,7 bilhões relativos à Lei Complementar 192/22 e R\$ 1,5 bilhão relativos à Lei Complementar 194/22, totalizando R\$ 5,2 bilhões, impactando em R\$ 1,6 bilhão, o resultado de equivalência patrimonial do período, líquido de imposto de renda e da contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 gerou uma despesa no montante de R\$ 274 milhões em comparação a uma receita no montante de R\$ 118 milhões no ano anterior. Em dezembro de 2023, a alíquota efetiva de impostos foi de 5,37%. Os principais efeitos se deram por: (i) dividendos com a Vale no valor de R\$ 254 milhões; (ii) benefício na adesão ao programa litígio zero no valor de R\$ 23 milhões; (iii) diferencial de alíquota no valor de R\$ 805 milhões; (iv) provisão para não realização do benefício do pacto federativo no valor negativo de R\$ 307 milhões; e (v) aumento de R\$ 551 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior em equivalência patrimonial constituindo o saldo de R\$ 673 milhões.

Lucro Líquido

A Cosan encerrou o ano de 2023 com lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão, praticamente estável em relação ao ano anterior que representou uma forte base de comparação devido à valorização relevante das ações da Vale no 4T22.

3. Proposta de retenção de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração propôs destinação do lucro líquido da seguinte forma: dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 274 milhões, dividendos complementares no valor de R\$ 566 milhões e o remanescente de R\$ 254 milhões alocado para reserva estatutária. Tal destinação será submetida a aprovação ou alteração na Assembleia Geral da Companhia.

4. Capital Humano

Em 2023, demos um passo importante no aprimoramento da nossa Cultura Empreendedora. Evoluímos em nossa agenda de Diversidade, Equidade & Inclusão, garantindo um ambiente seguro, onde todas as vozes são ouvidas e respeitadas, intensificando o nosso olhar para o cuidado com as nossas pessoas.

Avançamos na ampliação da participação feminina em cargos de alta liderança. Nosso Conselho de Administração, atualmente é composto por duas mulheres e sete homens, sendo que um deles se autodeclara como LGBTQIAPN+. Por isso, em 2023 recebemos a concessão do selo WOB (*Women on Board*), iniciativa que reconhece e valoriza a participação de mulheres nessa esfera organizacional. Também tivemos um aumento de representatividade feminina na base de colaboradores, com 58% de mulheres, sendo que 36% ocupam cargos de alta gestão.

Como parte do nosso propósito, buscamos impulsionar pessoas e negócios ao seu potencial máximo e, nesse sentido, nossas equipes encontram diversas possibilidades de desenvolvimento e alternativas de carreiras dentro do nosso ecossistema, podendo crescer junto com o nosso portfólio.

A segurança e o bem-estar de todas as pessoas são prioridade para a Cosan. Perseguimos diariamente a meta de zero acidentes na Cosan e em nossas investidas, investindo em treinamento, tecnologia e promoção das melhores práticas a fim de garantir um ambiente de trabalho seguro. Em conjunto, oferecemos aos nossos colaboradores benefícios abrangentes de saúde, refletindo nosso compromisso com o cuidado e o apoio à saúde física e mental de nossa equipe.

5. Mercado de Capitais & Governança Corporativa

A Cosan é uma companhia de capital aberto e tem suas ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código CSAN3, desde 2005, fazendo parte do segmento do Novo Mercado da B3, no qual as empresas se comprometem a aderir às melhores práticas de governança corporativa.

Desde março de 2021, possui um programa de Ações Depositárias Americanas (*American Depositary Shares – ADSs*) nível 2 listadas na bolsa de valores de Nova York (*New York Stock Exchange – NYSE*) sob o *ticker* CSAN, que representa uma camada adicional de regulação a ser seguida, evidenciando a robustez

das políticas e práticas que a Cosan e seus negócios adotam.

O capital social da Cosan é representado por 1.874.070.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal – todas com direito a voto, conforme o seguimento do Novo Mercado da B3, sendo o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello o acionista controlador.

Nos últimos anos, a Companhia fortaleceu sua governança corporativa e hoje conta com uma estrutura robusta, por meio da qual, estratégias e planos de ação, são amplamente discutidos por profissionais competentes e adequadamente comunicados a todas as instâncias do time.

Para suportar a Administração da Companhia, foram instituídos Comitês que em sua maioria estão subordinados diretamente ao Conselho de Administração. Além disso, a Companhia conta com uma estrutura sólida de gestão de riscos para identificar eventos que podem impactar negativamente a sustentabilidade dos nossos negócios.

Estrutura de Governança



6. Compromisso com a sustentabilidade

Nossa atuação em sustentabilidade prevê a gestão dos aspectos ESG materiais para a Companhia e transversais ao portfólio (Governança, Mudanças Climáticas, Diversidade, Impacto Social e Segurança), além do engajamento das investidas nestas frentes. Incorporamos os riscos climáticos em nossa matriz de riscos e nas análises para tomada de decisão. Dessa forma, avançamos na agenda de monitoramento contínuo e métricas de desempenho em conjunto com as nossas investidas a fim de atuar com maior transparência nos relatos aos nossos *stakeholders* e partes interessadas, o que está refletido nas performances dos índices e *ratings* que participamos individualmente e com sociedades investidas.

Também dedicamos nossos esforços para disseminar a estratégia, avançar na implementação da governança e gestão do “Visão ESG 2030”, contribuindo no processo de geração de valor e alcance de compromissos em todo o nosso portfólio. Para os próximos ciclos, manteremos nosso compromisso de impulsionar o desenvolvimento sustentável da sociedade, aspecto central para nossa estratégia de negócios.

Vide mais informações na nota explicativa 3.3 – Impactos Contábeis relacionados às iniciativas ambientais, sociais e de governança (“ESG”) das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Para saber mais sobre as práticas de sustentabilidade da Cosan, acesse: <https://www.cosan.com.br/sustentabilidade/>

7. Relacionamento com o auditor independente

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditor Independente e de Serviços de Não Auditoria (“Política”) com o objetivo de estabelecer as regras relativas à contratação de auditores independentes e firmas de auditoria, incluindo as diretrizes e procedimentos para garantir a independência dos auditores independentes e prestadores de serviços de consultoria da Companhia, suas controladas, subsidiárias, *joint*

venture e coligadas relevantes. A Política está disponível em <https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/estatuto-politicas-e-codigo-de-conduta/>

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 22 de dezembro de 2023, tivemos alteração no auditor independente da Cosan. A empresa de auditoria Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”) foi responsável pela revisão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023 e 30 de setembro de 2023; e a BDO RCS Auditores Independentes foi responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia findas em 31 de dezembro de 2023.

Informamos que houve contratação da EY para serviços não relacionados à auditoria independente, cuja soma dos honorários representa 16% do valor total de seus respectivos honorários para revisão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023 e 30 de setembro de 2023 da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência estabelecido na Política. Tais serviços referem-se principalmente a:

- (i) revisão de compliance tributário de controladas da Companhia; e
- (ii) trabalhos relacionados à auditoria como a revisão de prospectos, atividades de *due diligence* e outros procedimentos previamente acordados e aprovados pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Com base no referido princípio de independência, a EY informou que todos os trabalhos conduzidos e concluídos até 30 de novembro de 2023 (momento da troca de auditor independente) não foram comprometidos em termos de independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia. Também com base no referido princípio de independência, a BDO informou que todos os trabalhos conduzidos a partir de 01 de dezembro de 2023 e concluídos até o presente momento não foram comprometidos em termos de independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pelos auditores independentes outros serviços não relacionados à auditoria externa além dos já mencionados acima.

8. Agradecimentos

A Administração da Cosan agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos. Para detalhes da análise dos resultados de 2023, acesse o site da Cosan: www.cosan.com.br.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2023



CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Demonstrações do valor adicionado	20
1. Contexto operacional	21
1.1. Participação societária na Vale S.A.	21
2. Eventos relevantes no período	29
3. Declaração de conformidade e políticas contábeis	34
4. Informações por segmento	44
5. Ativos e passivos financeiros	51
5.1. Cláusulas restritivas	53
5.2. Caixa e equivalentes de caixa	55
5.3. Títulos e valores mobiliários e caixa restrito	56
5.4. Empréstimos, financiamentos e debêntures	57
5.5. Passivos de arrendamento	62
5.6. Instrumentos financeiros derivativos	65
5.7. Contas a receber de clientes	72
5.8. Partes relacionadas	73
5.9. Fornecedores	76
5.10. Ativo e passivo financeiro setorial	77
5.11. Mensuração de valor justo	78
5.12. Gestão de risco financeiro	81
6. Outros tributos a recuperar	87
7. Estoques	87
8. Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada	88
9. Investimento em subsidiárias e associadas	91
9.1. Investimento em subsidiárias e associadas	91
9.2. Aquisição de subsidiárias	102
9.3. Participação de acionistas não controladores	103
9.4. Investimentos em Associadas com influência significativa	109
10. Investimento em controladas em conjunto	110
11. Imobilizado, intangível e ágio, ativos de contrato, direito de uso e propriedades para investimentos	112
11.1. Imobilizado	112
11.2. Intangível e ágio	115
11.3. Ativo de contrato	120
11.4. Direito de uso	121
11.5. Propriedades para investimentos	123
12. Compromissos	124
13. Concessões a pagar	124
14. Outros tributos a pagar	126
15. Imposto de renda e contribuição social	126
16. Provisão para demandas e depósitos judiciais	134
17. Patrimônio líquido	140
18. Resultado por ação	143
19. Receita operacional líquida	145
20. Custos e despesas por natureza	148
21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	149
22. Resultado financeiro	149
23. Benefício pós-emprego	151
24. Pagamento com base em ações	155
25. Eventos subsequentes	160
26. Novas normas contábeis	163

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cosan S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **Cosan S.A. (“Companhia”)**, identificadas como, controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.1, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023 estão sendo reapresentadas em razão da conclusão da auditoria das entidades legais da subsidiária Moove Lubricants Holdings (“Moove”) localizadas nos Estados Unidos da América e no Reino Unido e inclui a atualização e aprimoramento de divulgações de certas notas explicativas. Esse relatório substitui o anteriormente emitido em 26 de abril de 2024. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo (“tributos fiscais diferidos ativo”)

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem registrados como ‘tributos fiscais diferidos’ o montante de R\$5.609.030 mil, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre diferenças temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis, cujo saldo está, substancialmente, relacionado à controladora no montante de R\$2.478.911 mil e subsidiária Rumo S.A no montante de R\$1.869.877 mil.

A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de perda por recuperabilidade desse ativo, exercendo julgamento significativo para avaliar a expectativa de existência de provável lucro tributável futuro que considera, dentre outros aspectos, previsões de longo prazo e existência de eventos que podem estar fora do seu controle, como condições favoráveis para realização de transações no mercado de capitais, recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio (“JCP”) futuros de certas subsidiárias e associadas, fatores climáticos que influenciam na produção agrícola e crises geopolíticas globais que podem causar impacto em exportações de produtos agrícolas, ambos com efeito direto sobre a projeção de volume e, consequentemente, na receita líquida de suas controladas que estão consideradas no modelo de recuperabilidade dos tributos fiscais diferidos.

Devido aos aspectos mencionados acima, à magnitude dos valores envolvidos e considerando que qualquer alteração nas premissas econômicas utilizadas, incluindo as condições de negócio da Companhia e suas controladas, podem gerar efeitos significativos nas projeções de lucros tributários futuros e, consequentemente, impactos materiais nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do ambiente de controles internos relevantes referentes aos tributos fiscais diferidos ativo e passivo, incluindo os controles internos sobre a análise de realização de tais tributos;
- Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes significativos sobre as informações contábeis e financeiras desses componentes referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe de componentes e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia;
- Revisão da razoabilidade do modelo adotado pela Administração para elaborar as projeções de lucros tributários futuros, incluindo o entendimento dos riscos relevantes e avaliação sobre as principais premissas e critérios utilizados, assim como a avaliação das representações de quais tais premissas estão contidas no planejamento estratégico de longo prazo aprovado pela Administração;
- Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento e mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação do valor realizável de tributos diferidos, considerando as práticas contábeis aplicáveis e a razoabilidade da documentação suporte das projeções, mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão.

Mensuração a valor justo das propriedades para investimento

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem registrados como 'propriedades para investimento' o montante de R\$15.976.126 mil, que gerou uma receita de mudança no valor justo no resultado do exercício, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$2.259.924 mil, conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As metodologias e modelagens utilizadas para a determinação do valor justo envolveram a contratação de avaliadores externos pela Administração para, por meio de sua base de dados, comparar as propriedades em avaliação com outros ativos similares para determinar o valor justo de realização dessas propriedades para investimento da Companhia.

Pelos aspectos mencionados acima, a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do ativo, ao patrimônio líquido, e aos efeitos das mudanças no valor justo das propriedades no resultado do exercício, além das incertezas inerentes à estimativa de valor justo, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do ambiente de controles internos relevantes referentes às propriedades para investimento, incluindo os controles internos que envolvem a contratação dos especialistas externos, a determinação das premissas para o cálculo do valor justo e a revisão do resultado apresentado nos laudos de avaliação das propriedades;
- Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes significativos sobre as informações contábeis e financeiras desses componentes referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe de componentes e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, dos ativos base para a mensuração do valor justo;
- Envolvimento dos nossos especialistas para: (i) avaliação da razoabilidade do modelo adotado para determinar o valor justo das propriedades para investimento, incluindo o entendimento das principais premissas e critérios utilizados; (ii) avaliação das dimensões geográficas apresentadas nas matrículas dos imóveis, bem como das áreas de reservas legais;
- Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento e mensuração dos tributos diferidos ativos;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação do valor justo das propriedades para investimento, considerando as práticas contábeis aplicáveis e a razoabilidade da documentação suporte das projeções, mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão.

Concessão do serviço público de distribuição de gás canalizado

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11.2(a) e 11.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado no ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás os montantes de R\$12.307.964 mil e R\$1.041.421 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, os gastos com infraestrutura dessa concessão na subsidiária Compass Gás e Energia S.A.

Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de gás canalizado são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção. A partir da efetiva entrada em operação, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados durante o processo de construção como custo da infraestrutura envolve complexidade e julgamentos significativo por parte da Administração da Companhia.

Pelos aspectos mencionados acima e dada a relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes sobre as informações contábeis desse componente referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe componente e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia;
- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato e ativo intangível, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização;
- Avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre: (i) os materiais e serviços aplicados às obras, bem como alocação de horas de força de trabalho e avaliação se a sua classificação foi apropriada; e (ii) as adições, amortização e capitalização de juros;
- Avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos e estágios das obras;
- Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes;
- Teste de amortização do intangível de direito dessa concessão reconhecida ao longo do exercício de 2023;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos incorridos na formação de ativos de infraestrutura de concessão de ferrovias

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11.1(a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrado no seu ativo imobilizado certos ativos referentes à infraestrutura da concessão de ferrovias na subsidiária Rumo S.A., que inclui vagões e locomotivas, no montante de R\$4.831.568 mil, e via permanente, no montante de R\$8.341.835 mil, que totalizam o montante de R\$13.173.403. Os gastos capitalizados nesses ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão de ferrovias são relevantes e fundamentais para manutenção da infraestrutura utilizada na prestação do serviço de transporte ferroviário.

A classificação de gastos incorridos entre investimentos em bens de capital (*Capital Expenditure - Capex*) e despesas operacionais (*Operational Expenditure - Opex*) envolve a necessidade de configurações em sistemas de tecnologia da informação, comunicação e avaliação entre áreas com diferentes especialidades na subsidiária Rumo S.A. para alinhamento de conceitos sobre a natureza de gastos com substituição e reforma de partes e peças necessários para colocar o ativo nas condições operacionais pretendidas, critérios para alocação de mão-de-obra diretamente atribuíveis com a construção desse ativo, bem como a adoção de processos e controles apropriadamente desenhados e continuamente operados por parte da Administração, objetivando mitigar a possibilidade de erro relacionado com alocação de tais gastos entre obras em andamento no ativo imobilizado e despesas operacionais reconhecidas no resultado do exercício.

Devido aos aspectos mencionados, a magnitude dos valores envolvidos e o risco de capitalização indevida com relação aos ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão de ferrovias, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo.

- Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes sobre as informações contábeis desse componente referente às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe componente e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia;
- Entendimento geral do ambiente de controles existentes para alocação dos gastos entre Capex e Opex;
- Reunião com a Administração para entendimento e validação de conceitos com base no Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado;
- Reunião com representantes da área de projetos, objetivando entender, dentre outros aspectos, o orçamento, a alocação dos gastos e o avanço físico de determinados projetos;
- Pesquisa sobre notícias relacionadas com determinados projetos que se encontram registrados como obras em andamento;
- Entendimento sobre determinados sistemas de tecnologia da informação envolvidos no processo associados com gastos de obras em andamento;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre as adições ao ativo imobilizado registrado em obras em andamento;
- Obtenção de evidência, por amostragem, sobre avanço físico de determinadas obras em andamento;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas na alocação dos gastos incorridos na formação dos ativos registrados como obras em andamento, com base nos testes por amostragem e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza tributária e cíveis, ambientais e regulatórias em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$15.703.294 mil e R\$7.166.011 mil, respectivamente, sendo que R\$813.732 mil e R\$512.979 mil, respectivamente, estão provisionados por ser considerados como provável perda, conforme avaliação realizada pela Administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos.

A determinação dos montantes provisionados e dos valores divulgados depende de julgamentos críticos da Administração em relação à probabilidade de perda destacada nas discussões judiciais em andamento, como resultado das interpretações da legislação vigente, das decisões judiciais e da evolução da jurisprudência. Adicionalmente, considerando a relevância dos valores envolvidos e complexidade do ambiente legal e regulatório, quaisquer mudanças nas premissas adotadas na determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências consideradas como perda possível, no alto número de processos envolvidos e na complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo.

- Reuniões com os representantes-chave do departamento jurídico interno da Companhia;
- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos que estejam relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes;
- Aplicação de procedimentos de auditoria de grupo, com avaliação de riscos envolvidos e dos procedimentos realizados pelos auditores de componentes significativos sobre as informações contábeis desses componentes referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo a preparação e envio de instruções de auditoria aos membros da equipe de componentes significativos e com supervisão e monitoramento pela equipe de auditoria da Companhia;
- Avaliação da metodologia, premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações, para reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências nas demonstrações financeiras;
- Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos, visando confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis;
- Envolvimento dos nossos especialistas tributários para avaliar a natureza, fundamentações e/ou teses de defesa, e eventuais alterações de prognósticos de perda para determinados processos tributários relevantes considerados como perda possível, que envolvam julgamento complexo e subjetividade nas avaliações;
- Com relação aos aspectos tributários ligados a tributos sobre o lucro, nossa avaliação contemplou: (i) reuniões com a Administração para entender os controles internos existentes na identificação e monitoramento de tratamentos fiscais incertos; (ii) critérios adotados para reconhecimento e mensuração de passivo tributário, se aplicável;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas originalmente antes das reclassificações apresentadas nas Notas Explicativas n°s 3.1 e 3.4 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de fevereiro de 2023. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 2023, examinamos também as reclassificações descritas nas Notas Explicativas n°s 3.1 e 3.4 que foram efetuadas para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 2022. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 2022, tomadas em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de maio de 2024.

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.769.976	1.348.461	14.658.481	13.301.716
Caixa restrito	5.3	—	—	7.860	8.024
Títulos e valores mobiliários	5.3	705.777	724.050	3.407.955	2.422.470
Contas a receber de clientes	5.7	—	—	3.330.488	3.769.908
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	54.935	—	202.399	1.086.698
Estoques	7	—	—	1.792.714	1.869.059
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	173.351	381.547	251.471	235.541
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		508.268	272.130	888.942	560.789
Outros tributos a recuperar	6	8.346	8.366	745.856	1.324.203
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	319.135	609.456	255.777	161.147
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	207.005	148.955
Outros ativos financeiros		—	—	690	88.961
Outros ativos		177.001	119.266	722.386	560.080
Ativo circulante		3.716.789	3.463.276	26.472.024	25.537.551
Ativos não circulantes mantidos para venda	8	2.998	—	2.138.165	40.383
		3.719.787	3.463.276	28.610.189	25.577.934
Contas a receber de clientes	5.7	—	—	114.148	157.634
Títulos e valores mobiliários	5.3	—	—	96.006	19.677.296
Caixa restrito	5.3	81.621	35.039	195.392	131.909
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	2.478.911	1.857.620	5.609.030	4.474.124
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	174.745	355.793	88.620	241.001
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		—	—	432.360	434.886
Outros tributos a recuperar	6	33.639	31.774	1.132.703	1.074.923
Depósitos judiciais	16	403.489	360.563	895.901	814.444
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	102.881	1.368.809	2.344.400	3.065.054
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	341.695	193.378
Outros ativos		71.250	62.432	216.694	201.811
Outros ativos financeiros		—	—	2.423	277
Investimentos em subsidiárias e associadas	9.1	35.741.778	31.230.371	17.611.369	2.913.943
Investimentos em controladas em conjunto	10	1.320.592	1.266.926	11.742.442	11.221.356
Imobilizado	11.1	39.817	46.044	21.239.974	18.948.436
Intangível	11.2	6.863	2.247	22.650.287	22.121.942
Ativos de contrato	11.3	—	—	1.052.105	1.118.715
Direito de uso	11.4	22.200	23.032	9.513.518	8.012.869
Propriedades para investimentos	11.5	—	—	15.976.126	14.103.060
Ativo não circulante		40.477.786	36.640.650	111.255.193	108.907.058
Total do ativo		44.197.573	40.103.926	139.865.382	134.484.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	800.987	802.549	4.882.398	4.542.205
Passivos de arrendamento	5.5	8.959	7.676	733.063	550.529
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	364.747	—	1.250.520	1.039.357
Fornecedores	5.9	2.431	115.146	3.920.273	4.318.362
Ordenados e salários a pagar		61.926	49.301	829.329	659.521
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.716	7.876	445.934	204.387
Outros tributos a pagar	14	226.556	141.216	673.718	760.041
Dividendos a pagar	17	276.065	279.979	549.054	892.006
Concessões a pagar	13	—	—	250.971	256.759
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	198.899	1.237.490	322.160	387.736
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	70.013	67.419
Outros passivos financeiros	5	—	—	476.895	924.562
Outras contas a pagar		593.643	543.084	1.516.084	1.195.329
Passivo circulante		2.536.929	3.184.317	15.920.412	15.798.213
Passivos não circulantes disponíveis para venda	8	—	—	238.393	—
		2.536.929	3.184.317	16.158.805	15.798.213
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	12.695.337	4.673.079	52.022.256	48.445.011
Passivos de arrendamento	5.5	20.584	22.689	4.542.731	2.981.629
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	281.238	618.947	2.164.625	4.251.575
Fornecedores	5.9	—	—	264.252	61.489
Outros tributos a pagar	14	158.857	148.620	163.242	153.688
Provisão para demandas judiciais	16	401.093	349.357	1.714.403	1.801.186
Concessões a pagar	13	—	—	3.314.402	3.094.651
Investimentos com passivo a descoberto	9.1	146.276	146.473	—	—
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	6.449.968	9.221.407	1.078	—
Obrigações de benefício pós-emprego	23	313	312	617.647	575.840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	—	—	5.225.433	5.469.368
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	1.740.685	1.549.197
Receitas diferidas ou antecipadas		—	—	19.129	624.801
Outros passivos financeiros	5	—	—	—	29.985
Outras contas a pagar		551.671	1.085.558	935.514	1.478.960
Passivo não circulante		20.705.337	16.266.442	72.725.397	70.517.380
Total do passivo		23.242.266	19.450.759	88.884.202	86.315.593
Patrimônio líquido					
Capital social		8.682.544	8.402.544	8.682.544	8.402.544
Ações em tesouraria		(93.917)	(107.140)	(93.917)	(107.140)
Reserva de capital		2.561.964	2.319.928	2.561.964	2.319.928
Outros componentes do patrimônio líquido		314.325	567.546	314.325	567.546
Reservas de lucros		9.490.391	9.470.289	9.490.391	9.470.289
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		20.955.307	20.653.167	20.955.307	20.653.167
Acionistas não controladores	9.3	—	—	30.025.873	27.516.232
Total do patrimônio líquido		20.955.307	20.653.167	50.981.180	48.169.399
Total do passivo e patrimônio líquido		44.197.573	40.103.926	139.865.382	134.484.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) (i)
Receita operacional líquida	19	—	—	39.468.497	39.322.786
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20	—	—	(28.549.896)	(30.556.819)
Lucro bruto		—	—	10.918.601	8.765.967
Despesas de vendas	20	—	—	(1.350.570)	(1.276.279)
Despesas gerais e administrativas	20	(437.390)	(300.262)	(2.527.974)	(1.758.067)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(69.256)	137.397	3.924.377	1.752.222
Resultado Operacional		(506.646)	(162.865)	45.833	(1.282.124)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		(506.646)	(162.865)	10.964.434	7.483.843
Equivalência patrimonial em associadas	9.1	2.236.069	3.909.579	350.399	418.897
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	10	192.472	(333.622)	1.695.945	(92.179)
Resultado de equivalência patrimonial		2.428.541	3.575.957	2.046.344	326.718
Despesas financeiras		(1.934.520)	(1.970.687)	(11.337.430)	(4.706.535)
Receitas financeiras		829.235	277.734	3.028.134	5.777.521
Variação cambial, líquida		712.582	649.899	1.777.438	260.746
Efeito líquido dos derivativos		(1.098.745)	(2.299.389)	(1.365.169)	(6.489.668)
Resultado financeiro líquido	22	(1.491.448)	(3.342.443)	(7.897.027)	(5.157.936)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		430.447	70.649	5.113.751	2.652.625
Imposto de renda e contribuição social	15				
Corrente		30.562	—	(1.645.063)	(1.246.990)
Diferido		617.728	1.088.203	1.370.637	1.365.394
		648.290	1.088.203	(274.426)	118.404
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade		1.078.737	1.158.852	4.839.325	2.771.029
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	8	15.654	17.180	45.419	49.846
Lucro líquido do exercício		1.094.391	1.176.032	4.884.744	2.820.875
Lucro do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		1.094.391	1.176.032	1.094.391	1.176.032
Acionistas não controladores		—	—	3.790.353	1.644.843
		1.094.391	1.176.032	4.884.744	2.820.875
Resultado por ação operações continuadas:	18				
Básico				R\$,5778	R\$,6200
Diluído				R\$,5751	R\$,6173
Resultado por ação das operações descontinuadas:	18				
Básico				R\$,0084	R\$,0092
Diluído				R\$,0084	R\$,0092

(i) Para mais detalhes veja notas 3.4 e 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	1.094.391	1.176.032	4.884.744	2.820.875
Outros resultados abrangentes:				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(109.134)	1.032.232	(172.501)	917.548
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(92.491)	58	(125.233)	723
Varição de valor justo de ativos financeiros, líquidos de impostos	—	11.144	—	22.395
	(201.625)	1.043.434	(297.734)	940.666
Itens que não podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais com plano de benefício definido	(51.596)	45.721	(71.550)	80.330
Tributos diferidos	—	—	24.327	(27.312)
	(51.596)	45.721	(47.223)	53.018
Resultado abrangente das operações continuadas	825.516	2.248.007	4.494.368	3.764.713
Resultado abrangente das operações descontinuadas	15.654	17.180	45.419	49.846
Resultado abrangente do exercício	841.170	2.265.187	4.539.787	3.814.559
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	841.170	2.265.187	841.170	2.265.187
Acionistas não controladores	—	—	3.698.617	1.549.372
	841.170	2.265.187	4.539.787	3.814.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Transações societárias - Lei 6404/76	Transações de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria				Legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2022	6.365.853	(69.064)	737	(1.690.972)	(521.609)	348.753	9.872.037	171.021	264.181	—	14.740.937	14.129.085	28.870.022
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.176.032	1.176.032	1.644.843	2.820.875
Resultados abrangentes: (nota 17)													
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	—	—	58	—	—	—	—	—	58	665	723
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	—	1.032.232	—	—	—	—	—	1.032.232	(114.684)	917.548
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	—	—	—	—	45.721	—	—	—	—	—	45.721	7.297	53.018
Variação do valor justo de ativo financeiro	—	—	—	—	11.144	—	—	—	—	—	11.144	11.251	22.395
Total de outros resultados abrangentes	—	—	—	—	1.089.155	—	—	—	—	1.176.032	2.265.187	1.549.372	3.814.559
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:													
Aumento de capital	2.036.691	—	—	—	—	(348.753)	(1.423.757)	—	(264.181)	—	—	7.889.251	7.889.251
Alienação de ações em tesouraria	—	1.752	—	618	—	—	—	—	—	—	2.370	—	2.370
Pagamento baseado em ações	—	19.678	—	(30.930)	—	—	—	—	—	—	(11.252)	5.636	(5.616)
Dividendos	—	—	—	—	—	—	(45.736)	—	—	(279.308)	(325.044)	(912.735)	(1.237.779)
Destinação para a reserva legal	—	—	—	—	—	58.802	—	—	—	(58.802)	—	—	—
Destinação para a reserva estatutária	—	—	—	—	—	—	837.922	—	—	(837.922)	—	—	—
Ações próprias adquiridas	—	(59.506)	—	—	—	—	—	—	—	—	(59.506)	—	(59.506)
Adição de minoritário em função de combinação de negócios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10.062.503	10.062.503
Plano de remuneração dos empregados - valor dos serviços dos empregados	—	—	—	55.391	—	—	—	—	—	—	55.391	7.003	62.394
Total de contribuições e distribuições	2.036.691	(38.076)	—	25.079	—	(289.951)	(631.571)	—	(264.181)	(1.176.032)	(338.041)	17.051.658	16.713.617
Transações com os acionistas													
Aquisição de participação de não controladores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.092.374)	(1.092.374)
Mudança de participação em subsidiária	—	—	—	3.985.084	—	—	—	—	—	—	3.985.084	(4.121.509)	(136.425)
Total de transações com os acionistas	—	—	—	3.985.084	—	—	—	—	—	—	3.985.084	(5.213.883)	(1.228.799)
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas da Companhia	2.036.691	(38.076)	—	4.010.163	—	(289.951)	(631.571)	—	(264.181)	(1.176.032)	3.647.043	11.837.775	15.484.818
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.402.544	(107.140)	737	2.319.191	567.546	58.802	9.240.466	171.021	—	—	20.653.167	27.516.232	48.169.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

			Reserva de capital		Outros componentes do patrimônio líquido	Reserva de lucros					Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Transações societárias - Lei 6404/76	Transações de capital		Legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	8.402.544	(107.140)	737	2.319.191	567.546	58.802	9.240.466	171.021	—	—	20.653.167	27.516.232	48.169.399
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.094.391	1.094.391	3.790.353	4.884.744
Resultados abrangentes: (nota 17)													
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	—	—	(92.491)	—	—	—	—	—	(92.491)	(32.742)	(125.233)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	—	—	(109.134)	—	—	—	—	—	(109.134)	(63.367)	(172.501)
Ganhos (perdas) atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	—	—	—	—	(51.596)	—	—	—	—	—	(51.596)	4.373	(47.223)
Total de outros resultados abrangentes	—	—	—	—	(253.221)	—	—	—	—	1.094.391	841.170	3.698.617	4.539.787
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:													
Aumento de capital (nota 17(a))	280.000	—	—	—	—	—	(280.000)	—	—	—	—	—	—
Recurso proveniente de aumento e redução de capital em subsidiária (nota 9.2)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6.657	6.657
Ganho com aumento de capital em subsidiária	—	—	—	60.348	—	—	—	—	—	—	60.348	10.830	71.178
Pagamento baseado em ações	—	13.223	—	(40.113)	—	—	—	—	—	—	(26.890)	(79.565)	(106.455)
Baixa de participação em subsidiária	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(22.280)	(22.280)
Dividendos e destinação de resultados ⁽ⁱ⁾	—	—	—	—	—	—	(349.670)	(171.021)	820.793	(820.793)	(520.691)	(1.581.323)	(2.102.014)
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(273.598)	(273.598)	—	(273.598)
Combinação de negócios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	237.460	237.460
Plano de remuneração dos empregados - valor dos serviços dos empregados	—	—	—	135.653	—	—	—	—	—	—	135.653	50.664	186.317
Total de contribuições e distribuições	280.000	13.223	—	155.888	—	—	(629.670)	(171.021)	820.793	(1.094.391)	(625.178)	(1.377.557)	(2.002.735)
Transações com os acionistas:													
Ganho com distribuição de dividendos em subsidiária	—	—	—	79.825	—	—	—	—	—	—	79.825	188.581	268.406
Mudança de participação em subsidiária (nota 9.1)	—	—	—	6.323	—	—	—	—	—	—	6.323	—	6.323
Total de transações com os acionistas	—	—	—	86.148	—	—	—	—	—	—	86.148	188.581	274.729
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas da Companhia	280.000	13.223	—	242.036	—	—	(629.670)	(171.021)	820.793	(1.094.391)	(539.030)	(1.188.976)	(1.728.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.682.544	(93.917)	737	2.561.227	314.325	58.802	8.610.796	—	820.793	—	20.955.307	30.025.873	50.981.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(i) A destinação da reserva estatutária do exercício de 2023 será realizada após a Assembleia Geral Ordinária.

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽¹⁾	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽¹⁾
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		430.447	70.649	5.113.751	2.652.625
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	20	14.401	13.936	3.364.943	3.014.480
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	9.1	(2.236.069)	(3.909.579)	(350.399)	(418.897)
Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	10	(192.472)	333.622	(1.695.945)	92.179
Perda (ganho) nas alienações de ativo imobilizado e intangível	21	(13.563)	2.323	17.016	13.035
Transações com pagamento baseado em ações	24	109.467	41.832	207.713	99.088
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	11.5	—	—	(2.259.924)	(1.311.691)
Provisão para demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	21	86.619	41.463	204.158	370.764
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		1.589.201	3.396.305	9.379.506	6.521.930
(Ganho) proveniente de compra vantajosa	21	—	(99.341)	—	(99.341)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	5.10	—	—	(110.125)	339.854
(Ganho) nas operações de derivativos de energia		—	—	—	(248.123)
Provisão de bônus e participação no resultado		58.522	26.682	419.241	380.967
Provisão para perdas de crédito esperadas		—	—	74.706	28.463
Recuperação de créditos fiscais		—	—	(33.384)	(110.541)
Resultado na venda de investimentos	21	—	(54.707)	—	(988.077)
Receita diferida		—	—	(597.998)	(5.366)
Receita com dividendos de investimento financeiro		—	—	(1.284.647)	(32.493)
Outros		(49.502)	(79.854)	278.427	381.572
		(202.949)	(216.669)	12.727.039	10.680.428
Variação em:					
Contas a receber de clientes		—	—	573.737	(6.327)
Estoque		—	—	(83.166)	(423.430)
Outros tributos, líquidos		66.903	17.286	454.941	553.584
Imposto de renda e contribuição social		92.318	4.428	(1.272.145)	(1.090.684)
Partes relacionadas, líquidas		5.325	(326.210)	(188.798)	(139.621)
Fornecedores		(117.333)	106.705	(252.810)	510.616
Ordenados e salários a pagar		(45.897)	(34.773)	(356.210)	(249.244)
Provisão para demandas judiciais		(26.976)	(4.115)	(461.574)	(328.394)
Instrumentos financeiros derivativos		—	—	2.894	(65.939)
Outros passivos financeiros		—	—	(566.058)	110.659
Depósitos judiciais		(36.036)	2.369	(22.862)	(2.670)
Receita Diferida		—	—	—	592.601
Obrigação de benefício pós-emprego		—	—	(34.235)	(90.411)
Outros ativos e passivos, líquidos		(18.002)	3.409	(244.309)	(78.936)
		(79.698)	(230.901)	(2.450.595)	(708.196)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(282.647)	(447.570)	10.276.444	9.972.232
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em subsidiárias e associadas		(2.716.505)	(8.475.590)	(47.300)	(86.205)
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido		(567.577)	(525.115)	(702.577)	(5.288.696)
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários, líquido		72.305	241.786	(507.976)	(13.911.737)
Caixa restrito		(40.036)	(3.858)	(60.498)	(58.179)
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	17	855.188	1.849.651	254.905	278.127
Dividendos recebidos de controlada em conjunto	17	351.092	1.174.771	906.534	1.174.771
Dividendos recebidos de investimento financeiro	1.1	—	—	1.305.410	—
Aquisição de instrumentos designados ao valor justo		—	—	(7.485)	(190.990)
Redução de capital em subsidiárias		16.088	—	99.040	—
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato		(7.209)	(2.471)	(6.267.962)	(4.531.374)
Venda de investimentos, líquido de caixa cedido		15.000	87.200	645.772	1.969.789
Operação descontinuada		—	—	62.700	44.969
Recebimento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		162.114	146.979	168.308	146.979
Pagamento instrumentos financeiros derivativos, exceto dívida		(145.308)	(287.640)	(156.600)	(283.337)
Caixa recebido na venda de ativos imobilizado e intangível		—	—	4.637	9.319
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(2.004.848)	(5.794.287)	(4.303.092)	(20.726.564)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	8.636.528	9.450.210	12.785.628	23.886.960
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(579.942)	—	(8.054.763)	(15.278.378)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(973.919)	(830.380)	(3.552.292)	(3.441.978)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(787.608)	(658.874)	(2.851.267)	(2.079.805)

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		789.574	226.684	1.193.534	291.619
Custos de operações bancárias com derivativos	1.1	—	—	(586.855)	—
Amortização de principal sobre arrendamentos	5.5	(5.524)	(5.051)	(490.012)	(400.248)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	5.5	(3.615)	(3.933)	(236.948)	(211.611)
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos		—	—	—	(94.196)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas não controladores		—	—	(24.281)	8.126.823
Custos de transação relacionados a contribuições de capital por acionistas não controladores		—	—	—	(19.217)
Partes relacionadas		(3.534.080)	(1.231.979)	—	—
Recompra de ações próprias		—	(59.506)	(103.283)	(84.591)
Recursos provenientes da venda de ações em tesouraria		—	2.370	—	2.370
Aquisição de participações de acionista não controladores		—	(25.582)	—	(487.721)
Dividendos pagos	17	(798.203)	(799.347)	(2.582.447)	(1.908.171)
Pagamento de remuneração baseada em ações		—	—	(13.597)	(15.597)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		2.743.211	6.064.612	(4.516.583)	8.286.259
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		455.716	(177.245)	1.456.769	(2.468.073)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.348.461	1.718.077	13.301.716	16.174.130
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa		(34.201)	(192.371)	(100.004)	(404.341)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.769.976	1.348.461	14.658.481	13.301.716
Informação complementar					
Impostos de renda e contribuição social pagos		—	—	361.726	318.845

(i) Para mais detalhes veja nota 8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidado pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Registro de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$2.037.779 (R\$246.517 em 31 de dezembro de 2022), relativos à correção de índices de inflação e a novos contratos enquadrados na norma de direito de uso e passivos de arrendamento. (Nota 11.4).
- (ii) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R\$860.551 (R\$246.564 em 31 de dezembro de 2022).
- (iii) Aumento de capital na subsidiária Cosan Nove Participações S.A. com recursos oriundos de saldo de contas a receber de partes relacionadas no montante de R\$121.621.
- (iv) Amortização parcial dos *Senior Notes* 2027 e 2029 no montante de R\$84.585 com utilização de saldo de outros ativos financeiros.
- (v) Transferência de saldo de títulos e valores mobiliários para investimento em subsidiária referente as ações da Vale S.A no montante de R\$16.274.081.

Apresentação de juros e dividendos:

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento. Os dividendos e juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento.

Demonstrações do valor adicionado

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado) ⁽ⁱ⁾
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	—	—	44.290.457	46.855.778
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(23.940)	243.655	6.282.834	2.635.017
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	—	—	(74.706)	(16.544)
	(23.940)	243.655	50.498.585	49.474.251
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	—	—	25.155.268	16.579.962
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	145.668	205.564	3.782.239	15.933.925
	145.668	205.564	28.937.507	32.513.887
Valor adicionado bruto	(169.608)	38.091	21.561.078	16.960.364
Retenções				
Depreciação e amortização	14.401	13.936	3.364.943	3.014.480
Valor adicionado líquido produzido	(184.009)	24.155	18.196.135	13.945.884
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	2.236.069	3.909.579	350.399	418.897
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	192.472	(333.622)	1.695.945	(92.179)
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	15.654	17.180	45.419	49.846
Receitas financeiras	829.235	277.734	3.028.134	5.777.521
	3.273.430	3.870.871	5.119.897	6.154.085
Valor adicionado total a distribuir	3.089.421	3.895.026	23.316.032	20.099.969
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	275.868	141.010	2.093.703	1.735.284
Benefícios	12.191	9.970	401.914	341.624
FGTS e outros	8.768	6.329	112.652	67.644
Impostos, taxas e contribuições	(622.481)	(1.058.494)	4.781.623	4.056.804
Federais	(627.134)	(1.067.479)	1.777.439	1.930.941
Estaduais	—	—	2.764.109	1.890.934
Municipais	4.653	8.985	240.075	234.929
Despesas financeiras e aluguéis	2.320.684	3.620.179	11.041.396	11.077.738
Juros e variação cambial	2.408.020	3.296.927	10.188.657	10.583.018
Aluguéis	—	—	141.440	142.280
Outros	(87.336)	323.252	711.299	352.440
Remuneração de capitais próprios	1.094.391	1.176.032	4.884.744	2.820.875
Participação dos acionistas não-controladores	—	—	3.790.353	1.644.843
Dividendos propostos	273.598	279.308	273.598	279.308
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	805.139	879.544	775.374	846.878
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	15.654	17.180	45.419	49.846

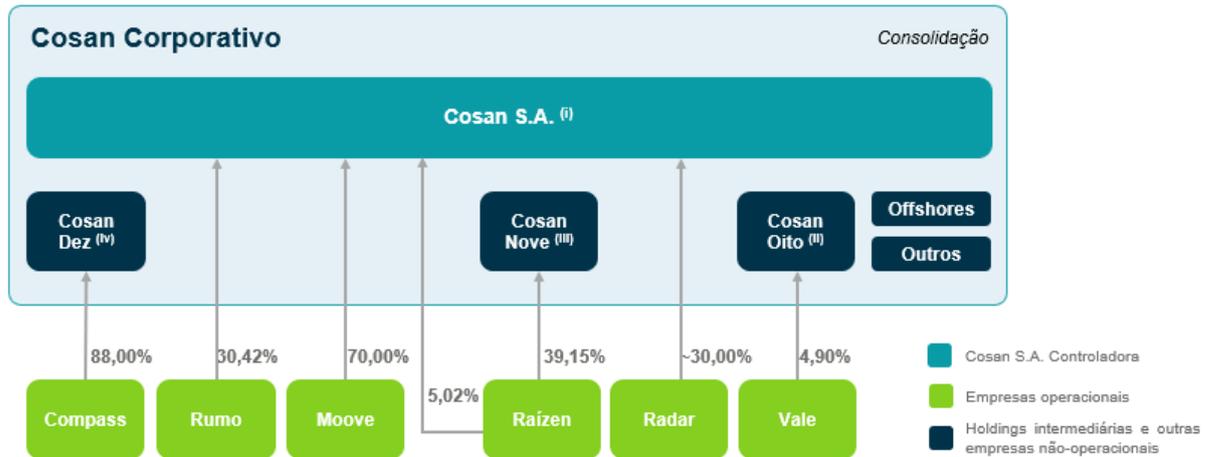
(i) Para mais detalhes veja notas 3.4 e 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Cosan S.A. (“Cosan” ou “a Companhia”) é uma Companhia aberta na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) no segmento especial Novo Mercado sob o símbolo “CSAN3”. As *American Depositary Shares* (“ADSs”) da Companhia, estão listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*), ou “NYSE”, e são negociadas sob o símbolo “CSAN”. Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan.

A Cosan Corporativo (segmento corporativo) é composta pelas seguintes entidades:



- (i) Controladora com participação societária direta ou indireta nas controladas e controlada em conjunto, tendo como principais efeitos em seu resultado despesas gerais e administrativas, contingências, resultado de equivalência patrimonial e resultado financeiro atribuído a dívidas.
- (ii) A Cosan Oito é uma controlada da Cosan S.A a qual possui participação na Vale com influência significativa.
- (iii) A Cosan Nove possui participação direta na Raízen de 39,15% e ações preferenciais em posse do Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) que corresponde a participação societária de 26,91%.
- (iv) A Cosan Dez possui participação direta na Compass de 88% e ações preferenciais em posse do Bradesco BBI S.A. (“Bradesco”) que corresponde a participação societária de 23,20%.

1.1. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA NA VALE S.A.

Durante o quarto trimestre do exercício de 2022, a subsidiária Cosan Oito S.A. (“Cosan Oito”), concluiu a transação relacionada à aquisição de uma participação não controladora na Vale S.A. (“Vale”) que foi dividida em: a) ativos financeiros; b) dívidas contraídas; c) derivativos contratados; d) emissão de ações preferenciais e) Obtenção de influência significativa. A Companhia registrou, inicialmente, sua participação acionária na Vale como ativo financeiro contabilizado pelo valor justo de acordo com a IFRS 9/CPC48.

Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária da Vale, o diretor presidente da Cosan S.A., Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães (“Luis Henrique”), foi eleito membro do Conselho de Administração da Vale, e em 16 de maio de 2023 foi nomeado Coordenador do Comitê de Alocação de Capital e Projetos (“CACP”) e membro do Comitê de Pessoas e Remuneração (“CPR”). A partir de 01 de janeiro de 2024 o Luis Henrique deixou a posição de diretor presidente da Cosan S.A, passando a fazer parte do Conselho

de Administração.

Durante o exercício de 2023 a Companhia monitorou os fatores que poderiam indicar influência significativa na Vale. Em 30 de novembro de 2023, a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa nas políticas e operações da Vale, quando o membro indicado pela Cosan no Conselho da Vale foi capaz de participar dos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições. Desta forma, a partir desta data, a Cosan passou a considerar a Vale como uma empresa coligada com influência significativa, passando a registrar o investimento por equivalência patrimonial conforme CPC 18/IAS 28, tendo 4,85% de participação societária, e fechando o exercício com 4,65% de participação total em 31 de dezembro de 2023, após alienação de 0,21% de ações, conforme mencionado na nota 1.1 (b).

Com a obtenção de influência significativa, a Companhia adotou o *fair value approach* para mensuração do saldo de abertura do investimento em 01 de dezembro de 2023 gerando um ágio no valor de R\$7.432.600, que foi alocado conforme demonstrado abaixo:

	Saldos em 01 de dezembro de 2023
Valor justo em 30 de novembro de 2023	16.274.081
Valor justo dos ativos e passivos da Vale conforme participação da Cosan ⁽ⁱ⁾	8.841.481
Valor disponível a ser alocado	7.432.600
Alocação⁽ⁱ⁾	
Mais valia - Direitos minerários ⁽ⁱⁱ⁾	7.432.600
Tributos diferido sob a mais valia	(2.527.084)
<i>Goodwill</i> ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.527.084

- (i) Conforme laudo de avaliação preparado por avaliadores externos especializados.
- (ii) A mais valia será amortizada por 38 anos, equivalente ao tempo estimado de exaustão das respectivas minas.
- (iii) Embora a Companhia tenha alocado todo o ágio para Direitos Minerários, foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferido referente a mais valia e, de acordo com a IAS 12.19/CPC 32.19 *Income Taxes*, um *goodwill* deve ser registrado, sendo composto mesmo valor do diferido.

O *goodwill* gerado na aquisição das ações da Vale faz parte de uma unidade geradora de caixa (“UGC”) que é o próprio investimento na Vale. Uma vez que se refere a um investimento em coligada, o valor do passivo fiscal diferido já faz parte do saldo contábil do investimento, tanto nas demonstrações financeiras individuais, como nas demonstrações consolidadas. Dessa forma, para efeitos do teste de *impairment*, o saldo referente a *goodwill* encontra-se líquido do passivo fiscal diferido referente às mais-valias e compõe o grupo de investimento em seu saldo contábil reconhecido conforme IAS 28, em base líquida.

O ajuste decorrente da avaliação pelo método de equivalência patrimonial é demonstrado conforme números abaixo:

	Quantidade ações totais	Patrimônio líquido Vale S.A	Quantidade ações possuídas	Participação Cosan ⁽ⁱ⁾	Equivalência patrimonial	Total do investimento em 31 de dezembro de 2023
Empresa						
Vale S.A	4.539.007.580	190.965.062	210.866.700	4,90%	96.075	15.662.485

- (i) Percentual de participação excluindo ações em tesouraria para cálculo de equivalência patrimonial. Participação da Cosan sob as ações totais é de 4,65% em 31 de dezembro de 2023.

Premissas para avaliação do valor justo dos ativos e passivos

Dado que não há o controle sobre a Vale, nos deparamos com certas dificuldades para acessar informações da empresa. A Vale, visando manter a igualdade de informações para todos os seus acionistas, não compartilha dados financeiros que não sejam de conhecimento público, incluindo detalhes adicionais sobre suas operações. Portanto, recorreremos às informações públicas disponíveis em 31 de dezembro de 2023 para realizar análises e apoiar a determinação do valor justo dos ativos e passivos identificados na alocação do preço pago. Essas informações estão de acordo com as demonstrações financeiras divulgadas ao mercado em 22 de fevereiro de 2024 e foram devidamente auditadas por um auditor independente.

A metodologia utilizada para avaliação foi a do fluxo de caixa descontado.

Taxa de desconto

Para cálculo do custo de capital próprio da Vale, foi utilizado a metodologia *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM"), que tem como objetivo avaliar se uma ação é valorizada quando seu risco e o valor do dinheiro no tempo são comparados a seu retorno esperado.

Como taxa livre de risco, foi considerada a taxa de retorno média de 2 anos, com observações diárias do Títulos do Tesouro dos Estados Unidos de 30 anos ("T-Bond") em 30 de novembro de 2023, correspondendo a 3.50%, chegando a um *Weighted Average Cost of Capital* ("WACC") entre 10% e 13%.

Identificação dos ativos intangíveis

Marca: A Vale é reconhecida no mercado como uma das principais empresas no setor de commodities. No entanto, a empresa se dedica à produção e venda de commodities minerais, um segmento altamente competitivo e focado em custos. As commodities são produtos básicos cujos preços são determinados pelo mercado internacional, indiferenciados em relação ao fornecedor, produzidos em grande escala e sem distinção entre si. Portanto, concluímos que a marca da Vale não oferece um diferencial significativo em suas operações que justifique sua inclusão na alocação do valor pago.

Relacionamento com clientes: Os clientes de uma empresa de mineração são, em sua maioria, indústrias que procuram matérias-primas baseando-se principalmente no preço, e não na relação com o fornecedor. Devido às características dos produtos, as receitas provenientes de contratos com clientes podem ser facilmente substituídas. A Vale, assim como outros participantes do mercado de *commodities*, tem acesso amplo a compradores, tanto locais quanto internacionais, e não depende de relacionamentos ou fidelização de clientes para comercializar sua produção. Neste segmento, os contratos são estabelecidos para definir condições de entrega, pagamento e especificações técnicas, mas os preços são determinados pelo mercado internacional. As referências de preço internacional comumente utilizadas são a *London Metal Exchange* ("LME") e a *Commodities Exchange* ("COMEX").

Portanto, independentemente da regularidade do fornecimento, a Companhia entende que os atuais clientes da Vale não representam um ativo que confere uma vantagem competitiva significativa e, por isso, não são considerados um intangível a ser avaliado.

Ativos minerários: Se refere ao direito exclusivo de exploração dos direitos minerários das minas de ferro, níquel e cobre, operadas pela Vale. Sem esses direitos, a Vale não poderia realizar suas operações. A vida útil desses direitos é determinada pela exaustão das reservas minerais, sendo assim, eles foram considerados em nossas avaliações para a determinação do valor a ser alocado.

A alocação do valor do ativo minerário foi realizada pela diferença do valor disponível a ser alocado, pois qualquer valor remanescente deveria aumentar o valor deste ativo. Para o período projetado, a vida útil econômica dos direitos minerários acompanha a exaustão das reservas das minas por unidade de negócio. As projeções foram realizadas considerando a divisão por unidade de negócio, alinhadas com as divulgações financeiras da Vale para o mercado de seus números por unidade de negócio. Essas unidades de negócio são: (i) Minerais Ferrosos, (ii) Metais para Transição Energética, e (iii) Demais Negócios.

Adicionalmente, ao longo de 2023, a Companhia realizou diversas antecipações de pagamentos das dívidas 4131 com as instituições financeiras JP Morgan e Citibank, assim como a alienação permanente de 9,5 milhões de ações da Vale em 18 de dezembro equivalente à participação de 0,21% do total de ações da referida companhia na estrutura do *Collar Financing*. Estas transações acarretaram o aumento de sua participação direta em 31 de dezembro de 2023 para 2,45%, e participação total de 4,65% sob o total de ações da companhia, o que está em linha com sua estratégia de passar a enxergar a companhia como um investimento em coligadas, vide nota 1.1 (b). Adicionalmente, em 19 de abril de 2024 a Companhia efetuou a alienação de mais 33.525 milhões de ações equivalente à participação de 0,74% do total de ações na estrutura do *Collar Financing*. Com esta última antecipação de pagamentos a Companhia liquidou 100% das dívidas atreladas à operação e derivativos collar.

a) Ativos adquiridos

A Cosan Oito realizou os seguintes investimentos na Vale: (a) aquisição de ações no mercado à vista e (b) compra por meio de operação privada com proteção parcial via derivativos (*collar*), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Inception date		Saldo em 30 de novembro de 2023 ⁽ⁱ⁾	
	%	Valor	%	Valor
Participação direta	1,47%	4.918.245	2,45%	8.220.927
Participação <i>Collarizada</i>	3,14%	11.117.824	2,40%	8.053.154
	4,61%	16.036.069	4,85%	16.274.081

(i) A partir de 01 de dezembro de 2023, por conta da obtenção da influência significativa, a Companhia reclassificou sua participação de investimento financeiro para investimento em coligadas.

b) Dívidas contraídas e antecipações parciais

Foram contratados os seguintes empréstimos para aquisição dos ativos, juntamente com os bancos abaixo:

Credor	Valor principal ⁽ⁱⁱ⁾	Vencimentos	Moeda ⁽ⁱ⁾	Taxa juros anual ⁽ⁱ⁾
JP Morgan S.A.	789.659	out-24	Euro	2,95%
JP Morgan S.A.	1.825.467	out-25	Euro	3,20%
JP Morgan S.A.	1.785.329	out-26	Euro	3,40%
JP Morgan S.A.	741.320	out-27	Euro	3,56%
Citibank S.A.	526.443	out-24	lenc	0,25%
Citibank S.A.	1.216.939	out-25	lenc	0,25%
Citibank S.A.	1.190.274	out-26	lenc	0,25%
Citibank S.A.	494.199	out-27	lenc	0,25%
Total	8.569.630			

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Foram contratadas dívidas (Resolução 4131) nas moedas especificadas acima com 4 vencimentos com valores pré-fixados e que foram contratados instrumentos financeiros derivativos com CDI mais equivalente 0,45%.
- (ii) Conforme demonstrado no quadro abaixo, desde agosto de 2023, a subsidiária Cosan Oito efetuou diversas liquidações parciais das dívidas listadas acima e concluiu a liquidação de 100% do saldo em abril de 2024 juntamente com a operação de derivativos do *collar financing*.

Data base	Participação Cosan			Liquidação dívidas Efeito caixa		Ganho/Perda liquidação Collar Financing
	Direta	Collarizada	Total ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Principal	Juros	
<i>Inception date</i> (Outubro/2022)	1,47%	3,14%	4,61%	8.569.630	—	—
Agosto de 2023	1,65%	3,21%	4,85%	(275.866)	(4.878)	28.961
Outubro de 2023	1,75%	3,11%	4,85%	(252.540)	(624)	28.009
Novembro de 2023	2,45%	2,40%	4,85%	(1.844.022)	(41.355)	30.525
Dezembro de 2023⁽ⁱⁱ⁾	2,45%	2,20%	4,65%	(561.259)	(14.047)	29.487
Janeiro de 2024 ⁽ⁱ⁾	2,62%	2,03%	4,65%	(1.698.606)	(49.773)	188.140
Fevereiro de 2024 ⁽ⁱ⁾	3,91%	0,74%	4,65%	(2.067.956)	(63.689)	303.431
Abril de 2024 ^{(i)/(iv)}	3,91%	—	3,91%	(1.918.773)	(65.880)	331.116

- (i) Liquidação realizada após o fechamento do exercício de 2023, sendo tratada como evento subsequente.
- (ii) Em 18 de dezembro de 2023, foi realizada a liquidação antecipada de dívidas, derivativos e alienação permanente de 9,5 milhões de ações da Vale equivalente à participação de 0,21% do total de ações da referida companhia na estrutura do *Collar Financing*, o que resultou em um efeito caixa positivo de R\$68.573.
- (iii) Participação da Cosan sob as ações totais da Vale.
- (iv) Em 19 de abril de 2024, a Companhia efetuou a alienação de mais 33.525 milhões de ações equivalente à participação de 0,74% do total de ações na estrutura do *Collar Financing*, juntamente com a liquidação antecipada do restante da dívida. Com esta última antecipação de pagamentos a Companhia liquidou 100% das dívidas atreladas à operação e derivativos collar, passando a deter apenas participação direta na Vale.

c) Derivativos contratados

Para proteção referente a aquisição da participação de 3,14% foram contratados derivativos consistindo em uma combinação de *call* e *put* (*Collar*). Adicionalmente, foram contratados: (i) opção a Termo (*forward*) que dá direito de aquisição de 1,60% da Vale (opcionalidade) e; (ii) derivativos consistindo em uma combinação de posições de *call* e *put* (*collar* sintético).

Os derivativos *collar* e *collar* sintético protegem a Companhia da desvalorização do valor das ações abaixo dos strikes das *puts*, ao mesmo tempo, permitem que a Cosan Oito participe parcialmente de aumentos futuros no valor das ações limitados aos strikes das *calls*.

Descrição	Inception Date		Saldo em 31 de dezembro de 2023	
	%	Valor (pago)/recebido	% ⁽ⁱ⁾	Valor justo
<i>Collar</i>	3,14%	499.197	2,20%	89.401
Call Spread	1,60%	(888.612)	1,60%	562.435
<i>Forward</i>		(1.134.933)		366.296
<i>Collar</i> sintético		246.321		196.139

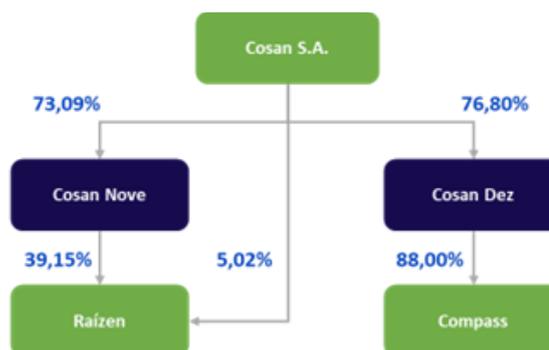
Total	(389.415)	651.836
--------------	------------------	----------------

- (i) Redução do percentual de participação via operação de *collar* devido às liquidações que ocorreram ao longo de 2023, o que resultaram em um ganho financeiro de R\$116.982. Conforme demonstrado no item (b) acima, a até o mês de abril de 2024 a Companhia efetuou a liquidação de 100% dos derivativos de *Collar*, restande em aberto apenas os derivativos de *Call Spread*.

d) Emissão de ações preferenciais

Em 23 e 28 de dezembro de 2022, foram concluídos os investimentos realizados pelo Bradesco BBI S.A. (“Bradesco”) e Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) que passaram a deter 23,20% e 26,91% do capital social das subsidiárias Cosan Dez Participações S.A. (“Cosan Dez”) e Cosan Nove Participações S.A. (“Cosan Nove”) pelos montantes de R\$4.000.000 e R\$4.115.000, respectivamente.

Como parte da emissão das ações preferenciais pela Cosan Nove e Cosan Dez, a Cosan S.A. contribuiu seus investimentos na Raízen e Compass Gás e Energia. A estrutura após a contribuição dos investimentos segue conforme demonstrado:



Dividendos desproporcionais

As subsidiárias Cosan Nove e Cosan Dez possuem ações preferenciais em circulação classificadas no patrimônio líquido pela participação dos não controladores. A Companhia calcula sua participação nos lucros ou prejuízos após ajustar os dividendos dessas ações, independentemente de tais dividendos terem sido declarados ou não. Isso significa efetivamente que a participação dos não controladores, representada pelas ações preferenciais, está recebendo uma parcela do lucro ou equivalente aos dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, a participação societária e benefício econômico de Cosan S.A. sobre Cosan Nove e Cosan Dez, considerando os dividendos desproporcionais eram conforme demonstrados abaixo.

	% de participação societária	% de benefício econômico ⁽ⁱ⁾
Cosan Nove	73,09%	66,16%
Cosan Dez	76,80%	72,00%

- (i) Percentual utilizado para cálculo de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2023. Para os cálculos dos dividendos da Cosan Nove e Cosan Dez para os acionistas preferencialistas são utilizados os lucros das respectivas subsidiárias multiplicando pelos percentuais de participação utilizando os percentuais definidos nos Acordos de Acionistas.

Opção de compra (“Call”)

A Companhia possui uma opção de compra a qual lhe confere o direito de recompra da totalidade das ações preferenciais da Cosan Nove e da Cosan Dez, podendo ser exercida a partir do terceiro ano após a celebração dos respectivos acordos em dezembro de 2022.

Em dezembro de 2023, a Companhia mensurou o valor justo da opção de compra e concluiu que está fora do preço.

Opção de venda contingente

Nos acordos de acionistas celebrados entre a Companhia e os bancos Itaú e Bradesco referentes a emissão de ações preferenciais, foi definido que ambas as instituições financeiras possuem uma opção de venda contingente somente quando ocorridos os efeitos materiais adversos específicos previstos em contrato, os quais estão no controle da Companhia e, portanto, não constituem uma obrigação financeira.

Os preços dos exercícios das opções são calculados com base nos valores iniciais de R\$4.115.000 e R\$4.000.000 corrigidos por uma taxa média ponderada de CDI + 1,25% menos os dividendos recebidos pelos acionistas não controladores nesse período, o qual, em 31 de dezembro de 2023 é representado pelos valores R\$4.203.917 e R\$4.201.215, respectivamente.

e) **Resumo do efeito contábil dos eventos mencionados nos tópicos anteriores**

Abaixo um resumo do efeito contábil dos eventos mencionados acima:

			Investimento em subsidiárias e associadas	Dívidas contraídas ^(vi)	Derivativos			Dividendos a receber, líquido	Dividendos a pagar
	Nota	Ativo financeiro			Collar ⁽ⁱ⁾	Collar Sintético ⁽ⁱⁱ⁾	Forward ⁽ⁱⁱ⁾		
Saldo em 1º de janeiro de 2023		19.586.193	—	(8.808.673)	(2.840.544)	(1.237.907)	1.954.493	22.842	—
- Impactos no resultado do exercício									
Marcação a mercado das ações ⁽ⁱⁱⁱ⁾	22	(3.312.112)	—	—	—	—	—	—	—
Juros e variação monetária e cambial (<i>accrua</i>)	22	—	—	599.515	—	—	—	—	—
Dividendos declarados pela Vale ^{(vii) (viii)}	21	—	—	—	—	—	—	1.339.340	—
Custos de operações bancárias com derivativos	22	—	—	—	—	—	—	(554.998)	—
Marcação a mercado dos derivativos	22	—	—	(2.011.980)	3.046.926	1.434.046	(1.588.197)	—	—
Resultado com equivalência patrimonial		—	96.075	—	—	—	—	—	—
Custo da venda de participação societária ^(ix)		—	(701.575)	—	—	—	—	—	—
- Impactos no fluxo de caixa - (recebimento) / pagamento									
Dividendos pagos aos minoritário da Cosan Nove e Dez		—	—	—	—	—	—	—	821.772
Dividendos (recebidos) da Vale ^(iv)		—	—	—	—	—	—	(1.305.410)	—
Custos de operações bancárias com derivativos ^(v)		—	—	—	—	—	—	586.855	—
Pagamento parcial de empréstimos		—	—	2.994.592	—	—	—	—	—
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		—	—	438.138	—	—	—	—	—
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		—	—	—	(116.981)	—	—	—	—
- Movimentos de balanço									
Dividendos a pagar minoritários referente estrutura de emissão de ações preferenciais		—	—	—	—	—	—	—	(821.772)
Imposto de renda retido na fonte		—	—	—	—	—	—	(88.629)	—
Equivalência patrimonial de reservas e outros resultados abrangentes		—	(6.096)	—	—	—	—	—	—
Transferência para investimento em coligadas - 1.1	9.1	(16.274.081)	16.274.081	—	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023		—	15.662.485	(6.788.408)	89.401	196.139	366.296	—	—

- (i) *Collar* contratado para proteção de 3,21% das ações adquiridas.
- (ii) *Forward* e *collar* sintéticos contratados para o direito de aquisição e proteção, respectivamente, de 1,65% de ações da Vale.
- (iii) Marcação a mercado composta por:
 - a) 2,45% de participação das ações adquiridas a vista totalizando R\$1.669.686; e
 - b) 2,41% de participação das ações com proteção *Collar* totalizando R\$1.642.426.
- (iv) O saldo recebido de dividendos é composto por R\$1.250.712 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de R\$54.698 referente ao valor provisionado em 31 de dezembro de 2022.
- (v) O saldo pago de custos de operações bancárias com derivativos é composto por R\$554.998 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de R\$31.857 referente ao valor provisionado em 31 de dezembro de 2022.
- (vi) Inclui também derivativos contratados (NDF) para proteção de câmbio e juros.
- (vii) O Conselho de Administração da Vale aprovou, em 27 de julho de 2023, a distribuição de juros sobre o capital próprio (“JCP”) no valor total bruto de R\$8.276.501, correspondente ao valor total de R\$1,917008992 por ação, apurados conforme o seu balanço de 30 de junho de 2023. Em 26 de outubro de 2023, também foi aprovada a remuneração aos acionistas no valor de R\$10.033. Desse montante, R\$6.738 milhões é referente a dividendos correspondente ao valor total de R\$1,565890809 por ação e R\$3.295 referente a juros sobre o capital próprio (“JCP”) correspondente ao valor total de R\$0,765770758 por ação como juros sobre o capital próprio.
- (viii) Após a obtenção de influência significativa, conforme descrito no item (e) acima, a Companhia não terá mais o seu resultado impactado por distribuição de dividendos, pois o investimento agora é atualizado pelo método de equivalência patrimonial.
- (ix) O montante da receita relacionada ao custo mencionado nesse item foi de R\$699.929.

2. EVENTOS RELEVANTES NO PERÍODO

VENDA DE AÇÕES DA SINLOG TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA S.A.

Em 10 de março de 2023, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a NSTECH MK LTDA, prevendo a alienação da totalidade de sua participação societária na Sinlog Tecnologia em Logística S.A. A transação foi concluída em 02 de maio de 2023, pelo montante de R\$45.000 dividido em três parcelas iguais, sendo a primeira recebida nessa mesma data e as parcelas remanescentes a serem pagas anualmente corrigidas por 100% da CDI. Essa operação gerou um ganho no resultado da Companhia no valor de R\$14.884 na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, nota explicativa 21.

EMIÇÃO DO SENIOR NOTES 2030

Em 20 de junho de 2023 a Companhia emitiu uma oferta de *senior notes* no volume total de US\$550.000 mil equivalente a R\$2.668.380, por meio de sua subsidiária integral Cosan Luxembourg S.A (“Cosan Luxemburgo”). A emissão do *senior notes* ocorreu uma taxa de

juros anual de US\$ + 7,50%, com vencimento em junho de 2030 e pagamento de juros semestral.

EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Em 20 de abril e 20 de junho de 2023, a Cosan emitiu duas debêntures, não conversíveis em ações, no valor principal total de R\$1.000.000 cada em série única que incide juros a uma taxa igual a DI mais 2,4% a.a. com vencimento em abril e junho de 2028 respectivamente, sendo o principal devido no vencimento e pagamento de juros semestral.

ADIÇÃO DIREITO DE USO – CONTRATO FRSU COMPASS S.A

Em 01 de julho de 2023, a subsidiária Compass efetuou a adição como Direito de Uso do contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (“FRSU”) no montante de R\$1.510.810 com contrapartida no passivo de arrendamento conforme notas explicativas 11.4. Direito de uso e 5.5. Passivo de arrendamento. O ativo arrendado será utilizado para recepção, armazenamento e regaseificação de GNL (“Gás Natural Liquefeito”) no TRSP – Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. (“TRSP”). O prazo do contrato é de 10 anos com razoável certeza de prorrogação por dois períodos de 5 anos, ou seja, o prazo de arrendamento desse direito de uso foi considerado até junho de 2043.

TENDER OFFER SENIOR NOTES 2027

Em 18 de julho de 2023 a subsidiária Cosan Luxembourg S.A. concluiu o *tender-offer* do *senior notes* 2027 com a recompra de títulos da dívida no montante de US\$250.000mil equivalente a R\$1.201.000 em valor agregado do principal, com pagamento de juros accruados de US\$8.069mil equivalente a R\$38.763 e prêmio de US\$ 7.500mil equivalente a R\$36.030.

EMISSÃO DE DEBÊNTURES RUMO S.A.

Em 15 de setembro de 2023 a subsidiária Rumo captou R\$1.500.000 com a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$750.000, com taxa de IPCA+5,76% e prazo de 6 anos, enquanto a segunda é de R\$750.000 com taxa de IPCA+6,18% e prazo de 10 anos. Ambas as séries terão pagamentos de juros semestrais e amortização de 100% do principal no vencimento. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento. Estas debêntures possuem as mesmas cláusulas financeiras restritivas (“*financial covenants*”) que as demais dívidas e compromissos ESG, conforme demonstrado na nota 5.1.

NOTA DE CRÉDITO DE EXPORTAÇÃO - RUMO

Em 07 de julho de 2023, a subsidiária Rumo captou uma Nota de Crédito de Exportação (“NCE”), no montante de R\$725.000, equivalentes a USD150.000 mil, com vencimento em 18 meses, amortização trimestral e custo de SOFR + 1,30%. Juntamente com a dívida foi contratado um Swap para transformação do custo da dívida para 108,9% do CDI.

REALIZAÇÃO DA RECEITA DIFERIDA

Em 01 julho de 2022, a subsidiária indireta Compass Comercialização S.A. (“Compass Comercialização”) firmou um instrumento contratual para cancelamento das cargas de Gás Natural Liquefeito (“GNL”) com entregas previstas com fornecedores externos para 2023. Em contrapartida foi acordada uma compensação financeira entre as partes cujo recebimento foi inicialmente registrado no balanço da Compass Comercialização na rubrica de receita diferida. Em 13 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as obrigações

de performance remanescentes, foi realizado o reconhecimento na rubrica de outras receitas operacionais do montante de R\$923.214, sendo R\$845.233 relacionado ao instrumento acima citado e R\$77.981 relacionado ao reconhecimento de bonificação recebida, conforme nota 22.

INTERNAÇÃO SENIOR NOTES 2030

Em 29 de setembro de 2023 a Companhia efetuou a internação dos recursos remanescentes oriundos do *senior notes* 2030, por meio da emissão de debêntures pela Cosan S.A., referenciadas em dólares americanos no montante de equivalentes a US\$300.000 mil, equivalentes a R\$1.491.000, com cupom anual de 16,04% a.a. para primeiro pagamento de juros e 8,02% a.a. para os demais. Em contrapartida, a Cosan Luxembourg contratou um *Total Return Swap* (“TRS”) com o mesmo montante e contraparte em dólares americanos, com frequência de pagamentos semestral e remuneração anual de 15,52% a.a. para a primeira remuneração de juros e 7,50% a.a. para os demais, a qual possui como ativo subjacente a emissão das debêntures. Para mais informações vide nota 5.4 (e).

INTERNAÇÃO SENIOR NOTES 2029

Em julho de 2019, a Cosan Limited (“Cosan Limited”) realizou uma oferta de *senior notes* no volume total de US\$750.000 mil, equivalente a R\$4.147.650 com cupom de 5,5% e vencimento em 2029 (“Bond 2029”).

A Companhia avaliou alternativas para uma Internalização da dívida dos *senior notes* e em Dezembro de 2023 efetuou a operação de Internação junto ao Banco Santander adquirindo uma posição em um *Total Return Swap* (“TRS”) junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. Grand Cayman Branch (“Santander Cayman”), que terá como ativo subjacente debêntures cambiais, referenciadas em USD, emitidos pela Companhia, no valor de US\$598.000 mil, equivalente a R\$2.916.206.800, nos termos da Resolução CVM 160 (“Debêntures”), as quais foram integralmente subscritas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), e com isto foi realizado a liquidação total do intercompany, remetendo o recurso a Cosan Lux, e adquirindo a posição de TRS.

CISÃO PARCIAL COMMIT E ATIVO DISPONÍVEL PARA VENDA

Em 09 de outubro de 2023, foi aprovada a cisão parcial da controlada indireta Commit Gás S.A. (“Commit”) para uma nova companhia denominada Norgás S.A. (“Norgás”). A parcela cindida é composta pela participação societária da Commit nas seguintes empresas: Companhia de Gás do Ceará (“CEGÁS”), Companhia Potiguar de Gás (“POTIGÁS”), Gás de Alagoas S.A. (“ALGÁS”), Sergipe Gás S.A. (“SERGÁS”) e Companhia Pernambucana de Gás (“COPERGÁS”). A subsidiária Compass Gás e Energia detém 51% de participação societária da Norgás, mesmo percentual que detém na Commit, não alterando a participação sobre as companhias acima referidas.

A ocorrência desse evento reforça a estratégia da Compass de alienação de sua participação na Norgás, e com isso, na mesma data esses investimentos para fins de balanço patrimonial foram classificados como ‘ativo e passivo mantido para venda’ e para fins de demonstrativo do resultado foram classificados como ‘operação descontinuada’. Para mais detalhes vide nota explicativa 8.

AQUISIÇÃO DE 51% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA NA BIOMETANO VERDE PAULÍNIA S.A.

Em 20 de outubro de 2023, a Compass Comercialização concluiu a aquisição do controle

de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. (“BVP”). Para mais detalhes vide nota explicativa 9.2.

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA MOOVE

Durante o terceiro trimestre de 2023, foi aprovada pela Administração da subsidiária Moove a realização de uma reorganização societária que consiste na criação de uma nova entidade nas Ilhas Cayman, a Moove Lubricants Holdings – “MLH”, e a subsequente transferência de todos os ativos da atual *holding* do Grupo Moove, Cosan Lubes Investments – “CLI”, para a nova entidade. A nova entidade passará a ser a *holding* do Grupo Moove e a CLI será liquidada.

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES ATRELADA A METAS ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE (“ESG”)

Em 01 de novembro de 2023, a subsidiária Compass emitiu debêntures simples e não conversíveis, no montante de R\$1.736.385 com remuneração semestral equivalente a CDI + 1,55% a.a. e vencimentos em 01 de novembro de 2029 (50%) e 01 de novembro de 2030. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a investimentos e reforço de capital de giro.

Esta 2ª emissão de debêntures está atrelada a Metas ESG de:

(i) Volume distribuído de Biometano (milhares de m³): Aumentar em 50 vezes o volume diário distribuído em 2022 até 2027, alcançando 0,25mln/m³ dia;

(ii) Diversidade em Cargos de Liderança: Alcançar 47% de pessoas na liderança compostas por Grupos de Diversidade até 2027.

A subsidiária Compass sofrerá um *step-up* de 12,5 *basis points* para cada meta que não for atingida, o que aumentaria a taxa a partir de abril de 2028 (data de verificação) para até CDI + 1,85% a.a.

OITAVA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA COSAN

Em 08 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Cosan S.A. aprovou a oferta pública da 8ª emissão de debêntures simples, em regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão será no montante total de R\$1.250.000,00, com incidência de juros semestrais a uma taxa igual a DI mais um spread de 1,80% a.a. e com vencimento do principal em 21 de janeiro de 2031, com amortização linear parcial em 21 de janeiro de 2030 e na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Companhia.

EMISSÃO DE NOTAS COMERCIAIS

Em 14 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Cosan S.A. aprovou a oferta pública da 4ª emissão de notas comerciais, em duas tranches. A primeira tranche tem valor total de R\$550.000, incide juros a uma taxa igual ao DI mais um spread de 1,75% e vence em 27 de dezembro de 2028. A segunda tranche tem valor de principal total de R\$450.000, incide juros a uma taxa igual ao DI e mais um spread 1,80% e vence em 30 janeiro de 2031, com amortização linear parcial em 30 janeiro de 2030 e na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Companhia.

ATIVO DISPONÍVEL PARA VENDA - TUP PORTO SÃO LUÍS S.A

A Companhia efetuou estudos para venda do Porto e está comprometida com o plano de

venda do ativo, a qual espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano. Diante disto, a Companhia reclassificou para ativo para disponível para venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

IMPACTO DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS

Após a eclosão da guerra na Ucrânia no final de fevereiro de 2022, vários países impuseram sanções à Rússia, Bielorrússia e certas regiões da Ucrânia. Houve uma mudança abrupta na situação geopolítica, com incertezas sobre a duração do conflito, mudanças no escopo das sanções e ações de retaliação, incluindo novas leis. Essas novas circunstâncias limitam a liberdade de operação das empresas do Grupo Cosan na região da Rússia e levam a uma distorção e volatilidade no nível de atividade. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, matérias-primas e outros custos de insumos, bem como tensões na cadeia de suprimentos e um aumento da inflação em muitos países.

Os riscos relacionados à segurança cibernética, perda de reputação, possíveis sanções adicionais, controles de exportação e outros regulamentos (incluindo restrições à transferência de fundos de e para a Rússia) aumentaram. A guerra em curso pode seguir afetando a produção e a demanda do consumidor. O Grupo Cosan avaliou as consequências da guerra nas Demonstrações Financeiras, considerando principalmente os impactos nos principais julgamentos e estimativas significativas, além das operações que podem ser afetadas, como:

- i. Volume transportado de fertilizantes;
- ii. Produção da cana-de-açúcar, devido a condições desfavoráveis para obtenção de fertilizante;
- iii. Aumento nos preços do petróleo, como resultado de uma oferta mais limitada de petróleo russo, pode levar a uma diminuição de nossas margens e a uma pressão nos custos de aquisição de insumos básicos, como óleo diesel;
- iv. Dívida e capital de terceiros para as nossas atividades de financiamento e investimento, impactados pelas medidas do governo brasileiro e do Banco Central do Brasil para conter a inflação, como o aumento da taxa básica de juros;
- v. Aquisição de trilhos ferroviários pela Rumo: embora a Rumo seja capaz de obter trilhos ferroviários de outros fornecedores não-russos os preços cobrados e os prazos exigidos por esses fornecedores podem ser desfavoráveis em relação às condições comerciais praticadas no passado.

Adicionalmente, a Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais. O Grupo Cosan continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), ou “IFRS”, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

As informações materiais próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 28 de maio de 2024, e estão sendo reapresentadas em substituição às originalmente emitidas em 26 de abril de 2024, em função da resolução da limitação de escopo de auditoria das entidades legais estrangeiras situadas no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, vinculadas ao segmento Moove e contemplam, adicionalmente, atualizações e aprimoramento de divulgações conforme a seguir: (i) exclusão da nota explicativa 4.4 – Informações adicionais ao segmento Moove, a qual foi retirada por não ser mais aplicável, e (ii) adição da nota explicativa 9.4 – Investimentos em Associadas com Influência Significativa; (iii) complemento dos eventos subsequentes ocorridos de 27 de abril a 28 de maio de 2024; (iv) ajustes na nota 5.6 de abertura de dívidas referentes ao valor justo em 31 de dezembro de 2023 e ajuste de valor acumulado; e (v) reclassificação entre linhas na nota 4.1 e nota 19, ambas referente ao segmento Moove.

A Moove efetuou as reclassificações abaixo, motivadas pela adoção inicial e que tiveram como objetivo refletir de forma mais precisa sua performance operacional:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Nota 4.1 – Receita Operacional Líquida por Segmento

Segmentos reportados	31/12/2023 (Reapresentado)	Reclassificação	31/12/2023
Moove			
Produto acabado	8.520.267	1.040.117	7.480.150
Óleo básico	765.408	(7.224)	772.632
Serviços	792.951	(1.032.893)	1.825.844
	10.078.626	—	10.078.626

Segmentos reportados	31/12/2022 (Reapresentado)	Reclassificação	31/12/2022
Moove			
Produto acabado	8.050.310	(43.906)	8.094.216
Óleo básico	596.443	—	596.443
Serviços	333.324	43.906	289.418
	8.980.077	—	8.980.077

Nota 19 – Receita Operacional Líquida

	31/12/2023 (Reapresentado)	Reclassificação	31/12/2023 Consolidado
Momento específico no tempo			
Distribuição de gás	15.737.450	—	15.737.450
Lubrificantes, óleo básico e outros	9.285.675	1.032.893	8.252.782
Arrendamento e venda de propriedades	743.411	—	743.411
Comercialização de energia	—	—	—
Outros	538.445	—	538.445
	26.304.981	1.032.893	25.272.088
Ao longo do tempo			
Transporte ferroviário	10.379.017	—	10.379.017
Receita de construção	1.494.141	—	1.494.141
Operações de contêineres	558.699	—	558.699
Outros serviços	792.951	(1.032.893)	1.825.844
	13.224.808	(1.032.893)	14.257.701
Eliminações	(61.292)	—	(61.292)
Total das receitas líquidas	39.468.497	—	39.468.497

	31/12/2022 (Reapresentado)	Reclassificação	31/12/2022 Consolidado
Momento específico no tempo			
Distribuição de gás	17.854.412	—	17.854.412
Lubrificantes, óleo básico e outros	8.646.753	(43.906)	8.690.659
Arrendamento e venda de propriedades	834.616	—	834.616

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Comercialização de energia	238.544	—	238.544
Outros	418.847	—	418.847
	27.993.172	(43.906)	28.037.078
Ao longo do tempo			
Transporte ferroviário	9.503.965	—	9.503.965
Receita de construção	1.217.818	—	1.217.818
Operações de contêineres	337.543	—	337.543
Outros serviços	333.324	43.906	289.418
	11.392.650	43.906	11.348.744
Eliminações	(63.036)		(63.036)
Total das receitas líquidas	39.222.786	—	39.222.786

Estas demonstrações financeiras reapresentadas não contemplam modificação em relação ao balanço patrimonial, demonstrações de resultado, resultado abrangente, patrimônio líquido e fluxo de caixa anteriormente divulgados.

3.2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto por aquelas descritas abaixo:

MOEDA FUNCIONAL DE APRESENTAÇÃO E MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, suas subsidiárias e controlada em conjunto, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, consomem e geram recursos. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano, euro ou a libra esterlina. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada na participação de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada de tal controle, perda ou influência significativa é perdida, o valor

acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

A tabela a seguir apresenta a taxa de câmbio, expressa em reais para os exercícios indicados, conforme informado pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”):

Moeda	31/12/2023	31/12/2022
Dólar (USD)	R\$4,84	R\$5,22
Libra esterlina (£)	R\$6,16	R\$6,28
Euro (€)	R\$5,35	R\$5,57
Iene (¥)	R\$0,03	R\$0,04

USO DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Cosan e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 1.1 – Participação societária na Vale S.A.
- Nota 5.5 – Passivos de arrendamentos
- Nota 5.7 – Contas a receber de clientes
- Nota 5.10 – Ativo e passivo financeiro setorial
- Nota 5.11 – Mensuração de valor justo reconhecido
- Nota 9.2 – Aquisição de subsidiárias
- Nota 10 – Investimentos em controlada em conjunto
- Notas 11.1 e 11.2 – Imobilizado, intangível e ágio
- Notas 11.5 – Propriedades para investimento
- Nota 12 – Compromissos
- Nota 15 – Imposto de renda e contribuição social
- Nota 16 - Provisões para demandas judiciais
- Nota 23 – Obrigações de benefício pós-emprego
- Nota 24 – Remuneração baseada em ações

3.3. IMPACTOS CONTÁBEIS RELACIONADOS ÀS INICIATIVAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (“ESG”)

Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board* (“ISSB”) emitiu as normas IFRS S1 - General Requisitos para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima, que fornecem novos requisitos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e

oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgação específicas relacionadas ao clima.

A Companhia está tomando as tratativas necessárias para o atendimento da norma cuja adoção é necessária para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026 conforme Resolução 193 da CVM emitida em outubro de 2023.

Iniciativas da Companhia

Fomentando uma gestão mais transparente, publicaremos pela primeira vez o Relatório Integrado da Cosan S.A. em 2024 referente ao exercício de 2023 em conformidade com a Resolução CVM Nº 014 sobre Relato Integrado. Consideramos também as diretrizes do GRI Standard 2021, indicadores da *Sustainable Accounting Standards Board* (“SASB”) e as recomendações do *Task force on Climate-related Financial Disclosures* (“TCFD”).

A Companhia assumiu o compromisso de integrar a sustentabilidade em seus negócios por meio de uma estratégia denominada “Visão ESG 2030 Cosan” com uma estrutura de visão de longo prazo, a qual foi repassada para todas as empresas do grupo reunindo objetivos e direcionadores que vão nortear a performance ambiental, social e de governança de todo o Grupo para os próximos anos.

As ações dentro da estratégia da Companhia com as iniciativas de ESG são avaliadas e monitoradas dentro do contexto dos julgamentos contábeis críticos e das principais estimativas da Companhia, sendo que, futuras alterações no cenário global podem trazer impactos para o resultado e saldos contábeis de ativos e passivos da Companhia em exercícios sociais subsequentes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou os potenciais impactos climáticos e sociais nas principais estimativas críticas e não foram identificados impactos materiais.

A Cosan iniciou um processo de reavaliação de sua materialidade e definição dos temas prioritários para a Companhia. Após um criterioso processo que envolveu conversas com stakeholders internos e externos, estudo de benchmarks, análise de ratings e rankings ESG e uma depuração dos temas materiais mais importantes para nossa companhia e para os nossos negócios, chegamos ao resultado da nossa matriz de materialidade. Essa construção foi baseada no conceito de dupla materialidade, garantindo o atendimento às melhores práticas do mercado.

O ano de 2023 foi dedicado na consolidação e avanço na governança e gestão do “Visão ESG 2030 Cosan”, que reúne nossos Objetivos e Direcionadores que vão nortear a performance ambiental, social e de governança de todo o Grupo para os próximos anos, iniciando um projeto de transformação na geração de valor para todas as partes relacionadas, com 5 grandes objetivos:

1. Governança Corporativa: (i) Atender às melhores práticas de governança e de transparência; (ii) Ser referência em Gestão e Comunicação ESG
2. Mudanças Climáticas: (iii) Gerir e reduzir as emissões de gases de efeito estufa e oferecer caminhos para a transição energética segura; (iv) Realizar análise de cenários e plano de adaptação aos riscos climáticos;

3. Diversidade, Equidade e Inclusão: (v) Fomentar um ambiente seguro de trabalho diverso, equitativo e inclusivo; (vi) Garantir a evolução contínua na agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão;
4. Impacto Social Positivo: (vii) Gerar impacto social positivo nas comunidades e na sociedade; (viii) Promover Investimento Social;
5. Segurança das Pessoas: (ix) Promover a segurança das pessoas envolvidas nas operações; (x) Ser referência no tema.

O reporte sobre os avanços de cada frente do “Visão ESG 2030”, estão disponíveis no Relatório Integrado da Cosan.

Pilar Ambiental e Climático

De maneira geral reconhecemos a relevância que nosso portfólio exerce na concretização e aceleração do tema de Mudanças Climáticas. Investindo nas potencialidades do Brasil, oferecemos oportunidades fundamentais nessa transformação, por meio da infraestrutura sólida e já estabelecida dos nossos negócios, e por meio do desenvolvimento de alternativas de baixo carbono para diversos setores da economia.

Construímos nosso portfólio de modo a combinar nossa expertise em gestão com setores de alto potencial e em exposição à descarbonização e transição energética no Brasil e no mundo. Cada empresa do portfólio desempenha um papel fundamental na viabilização da transição energética, de modo que a forma como atuamos permite a substituição gradual de combustíveis fósseis, através da mistura com combustíveis de fontes renováveis e da oferta proativa de produtos e soluções de baixo carbono. Dessa maneira, contribuímos para que os avanços da transição energética no Brasil ocorram de maneira faseada, segura e economicamente viável, utilizando-se da infraestrutura já existente.

O etanol produzido pela Raízen é menos poluente do que a gasolina e surge como alternativa na descarbonização de setores de difícil abatimento de emissões (*hard-to-abate sectors*). A operação da Rumo com os trens utilizados para transportar commodities agrícolas emitem 7x menos gases de efeito estufa na atmosfera do que os caminhões. A operação de distribuição de gás, atrelada às operações da Compass é essencial para substituir o carvão e garantir a transição energética segura, assim como as oportunidades que se apresentam com o biometano. A fabricação dos lubrificantes da Moove permite melhorar a produtividade a um custo baixo, tanto nos veículos quanto nas plantas industriais.

O portfólio de terras agrícolas consiste em três gestoras: Radar, Tellus e Janus. A Radar, focada em preservação ambiental desde sua criação em 2008, busca as melhores terras para locação a produtores de destaque, como a Raízen. As empresas gerenciam cerca de 320 mil hectares, e nos últimos cinco anos, uma média de 200 hectares anuais foi restaurada, totalizando aproximadamente 1.000 hectares.

Desde 2019 todos os nossos negócios fazem o inventário de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). O mapeamento é realizado de acordo com as diretrizes do Greenhouse Gas Protocol e de sua versão nacional, o Programa Brasileiro GHG Protocol. Em 2023, novamente, Raízen, Rumo, Compass e Moove foram reconhecidas pelo GHG com o selo Ouro, concedido às empresas que atendem a todos os critérios

de transparência na publicação de seus dados de emissões e os submetem à verificação por instituição independente. Garantindo uma evolução contínua na gestão de emissões, em 2023, realizamos um estudo de recomendações de melhoria no processo de todos os inventários de GEE das empresas do portfólio, assegurando o alinhamento com as melhores práticas existentes no mercado.

Seguimos comprometidos com a redução da pegada de carbono do nosso portfólio, através da busca contínua por eficiência, produtividade e inovação nas nossas operações.

Pilar Social

Para Cosan, valorizar a diversidade e promover a inclusão reafirmam a potência das pessoas que fazem acontecer a Cosan, neste contexto, o “Visão ESG 2030” trouxe metas claras de diversidade, equidade e inclusão (DEI) incluídas às ambições de crescimento da Cosan e do portfólio.

O principal indicador de diversidade acompanhado pela Cosan é o de mulheres na liderança e está conectado a um compromisso público assumido pela Companhia e por todas as suas empresas. A meta é aplicável para a gestora, para o Conselho de Administração da Companhia e para todos os negócios. Um sinalizador importante de adesão ao compromisso é que tanto a Cosan, Rumo e Raízen, empresas do seu ecossistema já contam com duas mulheres ou mais em seus Conselhos de Administração (na Rumo, são três). As outras empresas da Companhia também estão se movimentando para ampliar a participação.

Todas as iniciativas conduzidas demonstram uma trajetória consistente e intencional de evolução do tema. Isso se evidencia e concretiza com o reconhecimento e entrada da Cosan no índice iDiversa, da B3.

A responsabilidade social é um pilar estratégico da Companhia. Todas as empresas do portfólio da Cosan possuem programas de longo prazo de relacionamento comunitário no entorno das operações. Entendemos que além de criar empregos e aumentar a arrecadação de impostos nos municípios e nos negócios localizados, podemos e devemos assumir uma responsabilidade ainda maior: a de gerar um impacto social significativo nas comunidades, deixando um legado positivo.

Pilar de Governança Corporativa e Transparência

Desde 2022 por meio da Visão ESG 2030, a Companhia desenvolveu uma camada adicional de governança para gestão ESG do portfólio.

Desta forma, a gestão da agenda socioambiental e climática são supervisionadas diretamente pelo Conselho de Administração da Cosan por meio do Comitê de Estratégia e Sustentabilidade.

O órgão é responsável por acompanhar a estratégia, os compromissos e metas ESG, bem como promover amplo debate sobre tendências que envolvem o tema como mudanças climáticas, diversidade e inclusão, e engajamento de stakeholders. O Conselho de Administração pondera os impactos da Companhia e de suas controladas

na sociedade e no meio ambiente ao aprovar as estratégias de seus respectivos negócios e atua para manter o alinhamento das políticas e melhores práticas em todos os negócios que controla, garantindo a autonomia necessária para as empresas do portfólio. O Comitê de Estratégia e Sustentabilidade realiza reportes ao Conselho de Administração, com os avanços da Companhia relacionados a sustentabilidade e cumprimento do plano Visão ESG 2030 Cosan.

Além disso, a Companhia criou a Comissão de Sustentabilidade, importante instância de governança formada pelas equipes e lideranças de sustentabilidade da Cosan e dos negócios. A Comissão é responsável por implementar e monitorar os compromissos e as metas assumidas, apresentar o status de cada uma delas à alta direção do Grupo, promover o debate sobre tendências da agenda ESG – dialogando com diferentes atores e propor pautas a serem levadas ao Comitê de Estratégia e Sustentabilidade da Cosan, bem como identificar sinergias e promover troca de experiências entre as empresas do grupo.

Com o intuito de desenvolver as melhores práticas de mercado e aprimorar nossa performance nos reportes ESG, bem como engajar a alta liderança na agenda, a remuneração variável dos executivos da Companhia e dos demais colaboradores é composta por métricas ESG determinadas com base na análise da performance das nossas empresas em índices e ratings de mercado altamente relevantes para diversos stakeholders, entre eles, nossos investidores e acionistas. A remuneração variável também considera projetos estratégicos, compostos por maturidade de segurança da informação do Grupo e maturidade de controles internos.

Dessa forma, garantimos que a gestão dos temas socioambientais e climáticos estejam interligados com a estratégia de negócios e com o objetivo de impulsionar as potencialidades do Brasil.

Riscos

Os riscos originados pelas mudanças climáticas nas operações dos nossos negócios se traduzem em riscos financeiros e estratégicos para a Cosan, podendo afetar a estratégia de crescimento e os retornos esperados do nosso portfólio. Adicionalmente, eles podem potencializar outros riscos já identificados em nosso monitoramento.

Dessa forma, o mapeamento dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas em nossos negócios se torna parte central de nossa Estratégia de Sustentabilidade - Visão 2030, impulsionando nossa compreensão e atendimento às recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (*Taskforce on Climate-related Financial Disclosures* – TCFD).

Em 2023 trabalhamos no aprimoramento, em todo o nosso portfólio, do processo de identificação, avaliação e gestão dos riscos e oportunidades relacionadas às Mudanças Climáticas, incorporando o acompanhamento desses riscos no processo formal de gestão de riscos do nosso portfólio. Adicionalmente, a partir de um estudo aprofundado, desenvolvemos uma matriz de riscos climáticos específica para cada empresa. Essas matrizes foram integradas tanto à matriz geral de riscos de cada negócio quanto, de maneira consolidada, à matriz da Cosan.

Contratos de dívidas com cláusulas de ESG

O *Senior Notes* 2028 da subsidiária Rumo foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A Rumo tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixa emissão de carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”. A companhia emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores.

O *Senior Notes* 2032 da Rumo foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs), com as seguintes metas sustentáveis: redução de 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada à meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por TKU em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019. A Companhia será beneficiada com *stepdown* de 25 *basis points* em cada série caso atinja essa meta, o que reduziria a taxa a partir de 2024 para CDI + 1,54% na 1ª série e IPCA + 4,52% na 2ª série. Conforme divulgado na nota 25 de eventos subsequentes, em abril de 2024 foi verificado o cumprimento da condição para o *Step Down* de Taxa e a companhia será beneficiada a partir do próximo período de capitalização.

A 17ª Debênture da Rumo S.A. está atrelada a meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* em ambas as séries caso não atinja as metas.

Em 01 de novembro de 2023, a subsidiária Compass emitiu debêntures simples e não conversíveis, no montante de R\$1.736.385 com remuneração semestral equivalente a CDI + 1,55% a.a. e vencimentos em 01 de novembro de 2029 (50%) e 01 de novembro de 2030. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a investimentos e reforço de capital de giro. Esta 2ª emissão de debêntures está atrelada a Metas ESG de: (i) Volume distribuído de Biometano (milhares de m³): Aumentar em 50 vezes o volume diário distribuído em 2022 até 2027, alcançando 0,25mln/m³ dia; (ii) Diversidade em Cargos de Liderança: Alcançar 47% de pessoas na liderança compostas por Grupos de Diversidade até 2027. A subsidiária Compass sofrerá um *step-up* de 12,5 *basis points* para cada meta que não for atingida, o que aumentaria a taxa a partir de abril de 2028 (data de verificação) para até CDI + 1,85% a.a.

3.4. RECLASSIFICAÇÃO NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A ARSESP através da deliberação 1.205 de 18 de agosto de 2021, NTF-044-2021, divulgou um novo Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas do setor de distribuição de gás canalizado para empresas sobre sua regulamentação com aplicabilidade a partir do exercício de 2023.

Conforme nota técnica acima citada, a ARSESP determina que a contabilização das variações, positivas e negativas, entre o preço incluído nas tarifas e o efetivamente pago pela concessionária ao supridor, que são periodicamente repassadas aos usuários por meio de contas gráficas, deve ser registrada no grupo de receitas operacional líquida. A política contábil usualmente aplicada pela subsidiária Compass é consistente com o entendimento da essência da operação, classificando os efeitos da Conta Corrente Regulatória (“CCR”) em seu resultado bruto, porém com alocações no grupo de custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados. Em complemento, o documento também menciona que a classificação de despesas e custos podem variar em relação às práticas comumente adotadas em que parte dos gastos administrativos também são admitidos como custos das operações relacionadas a serviços de distribuição de gás canalizado.

A subsidiária indireta Comgás reavaliou voluntariamente a forma de apresentação da classificação dos efeitos da CCR e despesas gerais e administrativas, por entender que tal apresentação atenderá as exigências da ARSESP e OCPC08, fornecendo informações mais consistentes nas consolidações alinhadas com as práticas adotadas pelo grupo. Estas reclassificações não impactam os principais indicadores, tais como lucro do exercício e patrimônio líquido, utilizados pela subsidiária indireta Comgás e nas demais distribuidoras de gás da Compass.

A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

	Consolidado		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	39.737.368	(414.582)	39.322.786
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(30.753.137)	196.318	(30.556.819)
Resultado bruto	8.984.231	(218.264)	8.765.967
Despesas de vendas	(1.276.279)	—	(1.276.279)
Despesas gerais e administrativas	(1.976.331)	218.264	(1.758.067)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.752.222	—	1.752.222
Resultado Operacional	(1.500.388)	218.264	(1.282.124)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	7.483.843	—	7.483.843

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro do exercício antes dos juros das operações em continuidade, depreciação e amortização (*“EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization”*).

Segmentos reportados:

- i. Raízen: atua na (i) produção, comercialização, originação e trading de etanol, (ii) produção e comercialização de bioenergia, (iii) revenda e trading de energia elétrica, (iv) produção e comercialização de outros produtos renováveis (energia solar e biogás), (v) produção, comercialização, originação e trading de açúcar e (vi) distribuição e comercialização de combustíveis e lubrificantes e operações relacionadas ao negócio de lojas de conveniências Shell Select e proximidade OXXO do Grupo Nós, uma joint venture com a FEMSA Comércio.
- ii. Compass: tem como atividades principais: (i) distribuição de gás natural canalizado em todo Brasil para clientes dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural.
- iii. Moove: produção e distribuição de lubrificantes licenciados da marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina, Estados Unidos da América e no mercado europeu. Além disso, sob a marca Comma, produz e distribui para os mercados e atividades corporativas da Europa e Ásia.
- iv. Rumo: serviços de logística para transporte ferroviário, armazenamento e carregamento portuário de mercadorias, principalmente grãos e açúcar, locação de locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários, além da operação de contêineres.
- v. Radar: Referência em gestão de propriedades agrícolas, a Radar investe em um portfólio diversificado e com alto potencial de valorização, através de participação nas empresas Radar, Tellus e Janus.

Reconciliação:

- i. Cosan Corporativo: representa a reconciliação da estrutura corporativa da Cosan, que é composta por: (i) alta administração e equipes corporativas, que incorrem em despesas gerais e administrativas e outras despesas (receitas operacionais), incluindo investimentos pré-operacionais; (ii) resultado de equivalência patrimonial dos ativos, incluindo a participação na Vale S.A.; e (iii) resultado financeiro atribuído a caixa e dívidas da controladora, holdings intermediárias (Cosan Oito, Cosan Nove e Cosan Dez) e empresas financeiras *offshores*, e projetos de mineração e

investimento no *Climate Tech Fund*, fundo administrado pela *Fifth Wall*, especializado em inovação tecnológica.

Embora a Raízen S.A. seja uma *joint venture* registrada por equivalência patrimonial e não seja consolidada proporcionalmente, a Administração continua a revisar as informações por segmento. A reconciliação desses segmentos é apresentada na coluna “Desconsolidação de controlada em conjunto”.

A Companhia reavaliou a sua estrutura de segmentos apresentados como itens de reconciliação e adicionou à estrutura Cosan Corporativo a empresa Cosan Dez e Cosan Investimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Segmentos reportados					Reconciliação			31/12/2023
	Raizen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado									
Receita operacional líquida	221.693.298	17.767.327	10.078.626	10.937.716	743.411	2.709	(221.693.298)	(61.292)	39.468.497
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(202.926.764)	(14.256.031)	(7.359.606)	(6.838.433)	(153.470)	(3.648)	202.926.764	61.292	(28.549.896)
Lucro bruto	18.766.534	3.511.296	2.719.020	4.099.283	589.941	(939)	(18.766.534)	—	10.918.601
Despesas de vendas	(5.773.538)	(164.399)	(1.144.957)	(40.658)	—	(566)	5.773.538	—	(1.350.570)
Despesas gerais e administrativas	(2.815.532)	(788.015)	(645.634)	(559.973)	(74.355)	(459.997)	2.815.532	—	(2.527.974)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.968.248	607.226	(336)	(100.780)	2.253.803	1.164.464	(1.968.248)	—	3.924.377
Resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(219.896)	178.978	—	75.333	20.015	2.647.255	219.896	(2.571.182)	350.399
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	—	—	—	1.266	—	1.694.679	—	—	1.695.945
Resultado financeiro	(5.962.849)	(730.954)	(319.136)	(2.555.382)	30.798	(4.322.353)	5.962.849	—	(7.897.027)
Despesas financeiras	(6.241.261)	(1.658.582)	(242.751)	(3.621.093)	(6.776)	(5.808.228)	6.241.261	—	(11.337.430)
Receitas financeiras	797.560	1.283.024	116.408	1.190.685	37.577	400.440	(797.560)	—	3.028.134
Variação cambial	1.240.924	152.592	(155.618)	368.259	(3)	1.412.208	(1.240.924)	—	1.777.438
Derivativos	(1.760.072)	(507.988)	(37.175)	(493.233)	—	(326.773)	1.760.072	—	(1.365.169)
Imposto de renda e contribuição social	(1.936.598)	(859.311)	(332.090)	(197.174)	(147.636)	1.261.785	1.936.598	—	(274.426)
Resultado do exercício	4.026.369	1.754.821	276.867	721.915	2.672.566	1.984.338	(4.026.369)	(2.571.182)	4.839.325
Resultado líquido do exercício com operações descontinuadas	—	45.419	—	—	—	20.384	—	(20.384)	45.419
Resultado atribuído aos:									
Acionistas controladores	3.863.605	1.410.630	193.888	218.886	768.162	1.094.391	(3.863.605)	(2.591.566)	1.094.391
Acionistas não controladores	162.764	389.610	82.979	503.029	1.904.404	910.331	(162.764)	—	3.790.353
	4.026.369	1.800.240	276.867	721.915	2.672.566	2.004.722	(4.026.369)	(2.591.566)	4.884.744
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	8.071.288	899.635	273.772	2.175.834	275	15.427	(8.071.288)	—	3.364.943
EBITDA	19.997.104	4.244.721	1.201.865	5.650.305	2.789.679	5.060.333	(19.997.104)	(2.571.182)	16.375.721
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	11.396.056	2.317.889	177.971	3.689.877	39.892	42.333	(11.396.056)	—	6.267.962
Reconciliação EBITDA									
Resultado líquido do exercício	4.026.369	1.754.821	276.867	721.915	2.672.566	1.984.338	(4.026.369)	(2.571.182)	4.839.325
Impostos de renda e contribuição social	1.936.598	859.311	332.090	197.174	147.636	(1.261.785)	(1.936.598)	—	274.426
Resultado financeiro	5.962.849	730.954	319.136	2.555.382	(30.798)	4.322.353	(5.962.849)	—	7.897.027
Depreciação e amortização	8.071.288	899.635	273.772	2.175.834	275	15.427	(8.071.288)	—	3.364.943
EBITDA	19.997.104	4.244.721	1.201.865	5.650.305	2.789.679	5.060.333	(19.997.104)	(2.571.182)	16.375.721

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Segmentos reportados					Reconciliação			31/12/2022 (Reapresentado)
	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado									
Receita operacional líquida	244.293.722	19.719.205	8.980.077	9.841.508	834.616	10.416	(244.293.722)	(63.036)	39.322.786
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(233.658.136)	(16.364.835)	(6.990.171)	(6.695.147)	(560.274)	(9.428)	233.658.136	63.036	(30.556.819)
Lucro bruto	10.635.586	3.354.370	1.989.906	3.146.361	274.342	988	(10.635.586)	—	8.765.967
Despesas de vendas	(5.148.014)	(163.256)	(1.072.488)	(30.619)	—	(9.916)	5.148.014	—	(1.276.279)
Despesas gerais e administrativas	(2.425.318)	(563.466)	(347.591)	(468.574)	(45.535)	(332.901)	2.425.318	—	(1.758.067)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	283.606	(91.905)	29.002	348.543	1.302.442	164.140	(283.606)	—	1.752.222
Resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(119.338)	98.033	—	40.462	20.799	3.109.119	119.338	(2.849.516)	418.897
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	—	—	—	—	—	(92.179)	—	—	(92.179)
Resultado financeiro	(4.105.064)	(377.136)	(101.872)	(2.329.035)	4.106	(2.353.999)	4.105.064	—	(5.157.936)
Despesas financeiras	(3.010.398)	(1.291.850)	(114.249)	(1.521.478)	(3.550)	(1.775.408)	3.010.398	—	(4.706.535)
Receitas financeiras	811.948	898.100	75.817	1.108.620	7.656	3.687.328	(811.948)	—	5.777.521
Variação cambial	963.060	102.655	(15.394)	374.859	—	(201.374)	(963.060)	—	260.746
Derivativos	(2.869.674)	(86.041)	(48.046)	(2.291.036)	—	(4.064.545)	2.869.674	—	(6.489.668)
Imposto de renda e contribuição social	864.710	(329.185)	(10.062)	(193.116)	(74.915)	725.682	(864.710)	—	118.404
Resultado do exercício	(13.832)	1.927.455	486.895	514.022	1.481.239	1.210.934	13.832	(2.849.516)	2.771.029
Resultado líquido do exercício com operações descontinuadas	—	49.846	—	—	—	17.180	—	(17.180)	49.846
Resultado atribuído aos:									
Acionistas controladores	(66.054)	1.834.528	340.914	156.380	749.840	961.066	66.054	(2.866.696)	1.176.032
Acionistas não controladores	52.222	142.773	145.981	357.642	731.399	267.048	(52.222)	—	1.644.843
	(13.832)	1.977.301	486.895	514.022	1.481.239	1.228.114	13.832	(2.866.696)	2.820.875
Outras informações selecionadas									
Depreciação e amortização	9.297.498	776.248	251.886	1.966.945	238	19.163	(9.297.498)	—	3.014.480
EBITDA	12.524.020	3.410.024	850.715	5.003.118	1.552.286	2.858.414	(12.524.020)	(2.849.516)	10.825.041
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	9.339.898	1.659.202	109.263	2.717.745	19.212	25.952	(9.339.898)	—	4.531.374
Reconciliação EBITDA									
Resultado líquido do exercício	(13.832)	1.927.455	486.895	514.022	1.481.239	1.210.934	13.832	(2.849.516)	2.771.029
Impostos de renda e contribuição social	(864.710)	329.185	10.062	193.116	74.915	(725.682)	864.710	—	(118.404)
Resultado financeiro	4.105.064	377.136	101.872	2.329.035	(4.106)	2.353.999	(4.105.064)	—	5.157.936
Depreciação e amortização	9.297.498	776.248	251.886	1.966.945	238	19.163	(9.297.498)	—	3.014.480
EBITDA	12.524.020	3.410.024	850.715	5.003.118	1.552.286	2.858.414	(12.524.020)	(2.849.516)	10.825.041

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

31/12/2023

	Segmentos reportados					Reconciliação			Consolidado
	Raízen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	7.915.876	3.931.532	773.552	7.233.993	39.946	2.679.458	(7.915.876)	—	14.658.481
Títulos e valores mobiliários	349.584	800.267	77.814	1.396.107	239.361	990.412	(349.584)	—	3.503.961
Contas a receber de clientes	13.438.430	1.550.973	1.101.854	556.298	234.801	710	(13.438.430)	—	3.444.636
Instrumentos financeiros derivativos	10.888.050	175.655	—	1.561.493	—	809.651	(10.888.050)	—	2.546.799
Estoques	17.310.692	292.335	1.284.773	215.605	—	1	(17.310.692)	—	1.792.714
Ativos financeiro setorial	—	548.700	—	—	—	—	—	—	548.700
Outros ativos financeiros	103.774	2.423	690	—	—	—	(103.774)	—	3.113
Outros ativos circulantes	8.478.292	1.553.524	193.836	841.417	375.716	3.152.651	(8.478.292)	(1.106.687)	5.010.457
Outros ativos não circulantes	13.957.596	1.166.991	209.823	3.528.375	14.378	3.832.013	(13.957.596)	(180.880)	8.570.700
Investimentos em subsidiárias e associadas	—	1.630.124	2	312.302	88.656	32.792.891	—	(17.212.606)	17.611.369
Investimentos em controladas em conjunto	1.321.982	—	—	48.566	—	11.693.876	(1.321.982)	—	11.742.442
Ativos biológicos	3.818.316	—	—	—	—	—	(3.818.316)	—	—
Propriedades para investimentos	—	—	—	—	15.976.126	—	—	—	15.976.126
Ativo de contrato	3.108.696	1.041.421	10.684	—	—	—	(3.108.696)	—	1.052.105
Direito de uso	9.645.522	1.588.292	195.953	7.703.754	3.319	22.200	(9.645.522)	—	9.513.518
Imobilizado	30.144.420	1.255.012	755.955	19.176.386	24	52.597	(30.144.420)	—	21.239.974
Intangíveis	9.677.254	13.299.255	2.679.983	6.664.143	—	6.906	(9.677.254)	—	22.650.287
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(39.634.986)	(10.017.150)	(2.207.028)	(18.964.841)	—	(25.715.635)	39.634.986	—	(56.904.654)
Passivos financeiros derivativos	(7.870.706)	(360.784)	(742)	(1.471.795)	—	(1.581.824)	7.870.706	—	(3.415.145)
Fornecedores	(20.150.654)	(1.534.041)	(1.494.568)	(1.084.931)	(68.422)	(2.563)	20.150.654	—	(4.184.525)
Ordenados e salários a pagar	(966.452)	(301.560)	(147.313)	(318.550)	—	(61.906)	966.452	—	(829.329)
Passivos financeiros setoriais	—	(1.810.698)	—	—	—	—	—	—	(1.810.698)
Outras contas a pagar circulantes	(10.642.734)	(1.703.128)	(336.080)	(1.583.216)	(182.298)	(1.239.688)	10.642.734	571.201	(4.473.209)
Passivos de arrendamento	(11.304.874)	(1.636.943)	(198.964)	(3.406.843)	(3.502)	(29.542)	11.304.874	—	(5.275.794)
Outras contas a pagar não circulantes	(12.284.662)	(2.678.578)	(580.103)	(6.537.271)	(543.490)	(2.367.850)	12.284.662	716.444	(11.990.848)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	27.303.416	8.793.622	2.320.121	15.870.992	16.174.615	25.034.358	(27.303.416)	(17.212.528)	50.981.180
Ativo total	130.158.484	28.836.504	7.284.919	49.238.439	16.972.327	56.033.366	(130.158.484)	(18.500.173)	139.865.382
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	26.561.384	5.798.294	1.624.273	4.766.403	5.023.574	20.955.291	(26.561.384)	(17.212.528)	20.955.307
Acionistas não controladores	742.032	2.995.328	695.848	11.104.589	11.151.041	4.079.067	(742.032)	—	30.025.873
Total do patrimônio líquido	27.303.416	8.793.622	2.320.121	15.870.992	16.174.615	25.034.358	(27.303.416)	(17.212.528)	50.981.180

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Segmentos reportados						Reconciliação		31/12/2022 (Reapresentado)
	Raizen	Compass	Moove	Rumo	Radar	Cosan Corporativo	Desconsolidação de controlada em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Itens do balanço patrimonial:									
Caixa e equivalentes de caixa	4.902.800	3.403.634	865.370	7.385.421	25.582	1.621.709	(4.902.800)	—	13.301.716
Títulos e valores mobiliários	126.206	578.358	62.919	840.061	217.061	20.401.367	(126.206)	—	22.099.766
Contas a receber de clientes	10.316.720	1.931.205	1.101.336	578.324	314.834	1.843	(10.316.720)	—	3.927.542
Instrumentos financeiros derivativos	7.023.284	391.863	—	874.843	—	2.885.046	(7.023.284)	—	4.151.752
Estoques	16.043.114	133.881	1.509.357	225.813	—	8	(16.043.114)	—	1.869.059
Ativos financeiro setorial	—	342.333	—	—	—	—	—	—	342.333
Outros ativos financeiros	230.780	277	450	—	—	88.511	(230.780)	—	89.238
Outros ativos circulantes	10.285.568	1.037.586	405.314	724.415	74.623	1.690.662	(10.285.568)	(1.042.433)	2.890.167
Outros ativos não circulantes	8.938.318	897.654	297.616	3.385.624	7.643	3.041.082	(8.938.318)	(266.513)	7.363.106
Investimentos em subsidiárias e associadas	—	2.525.292	—	381.469	74.505	16.118.992	—	(16.186.315)	2.913.943
Investimentos em controladas em conjunto	1.371.430	—	—	—	—	11.221.356	(1.371.430)	—	11.221.356
Ativos biológicos	3.254.850	—	—	—	9.992	—	(3.254.850)	—	9.992
Propriedades para investimentos	—	—	—	—	14.103.060	—	—	—	14.103.060
Ativos de contrato	3.297.856	1.110.335	8.380	—	—	—	(3.297.856)	—	1.118.715
Direito de uso	9.556.152	83.059	170.120	7.732.284	3.584	23.822	(9.556.152)	—	8.012.869
Imobilizado	25.210.448	671.573	805.377	17.049.188	34	422.264	(25.210.448)	—	18.948.436
Intangível	9.337.192	12.015.135	2.854.874	6.774.306	—	477.627	(9.337.192)	—	22.121.942
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(33.551.302)	(8.278.839)	(2.862.154)	(16.758.088)	—	(25.088.135)	33.551.302	—	(52.987.216)
Passivos financeiros derivativos	(4.909.074)	(400.351)	(18.146)	(1.412.945)	—	(3.459.490)	4.909.074	—	(5.290.932)
Fornecedores	(18.789.160)	(1.842.810)	(1.602.936)	(746.433)	(71.684)	(115.988)	18.789.160	—	(4.379.851)
Ordenados e salários a pagar	(837.208)	(193.585)	(112.590)	(296.833)	—	(56.513)	837.208	—	(659.521)
Passivos financeiros setoriais	—	(1.616.616)	—	—	—	—	—	—	(1.616.616)
Outras contas a pagar circulantes	(7.176.122)	(779.928)	(397.704)	(1.786.009)	(905.816)	(1.235.770)	7.176.122	484.407	(4.620.820)
Passivos de arrendamento	(10.568.042)	(76.606)	(166.651)	(3.254.011)	(3.708)	(31.182)	10.568.042	—	(3.532.158)
Outras contas a pagar não circulantes	(7.983.554)	(3.326.667)	(571.672)	(6.286.975)	(465.486)	(3.402.216)	7.983.554	824.537	(13.228.479)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	26.080.256	8.606.783	2.349.260	15.410.454	13.384.224	24.604.995	(26.080.256)	(16.186.317)	48.169.399
Ativo total	109.894.718	25.122.185	8.081.113	45.951.748	14.830.918	57.994.289	(109.894.718)	(17.495.261)	134.484.992
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	22.507.108	5.738.714	1.647.259	4.613.308	4.187.415	20.652.788	(22.507.108)	(16.186.317)	20.653.167
Acionistas não controladores	3.573.148	2.868.069	702.001	10.797.146	9.196.809	3.952.207	(3.573.148)	—	27.516.232
Total do patrimônio líquido	26.080.256	8.606.783	2.349.260	15.410.454	13.384.224	24.604.995	(26.080.256)	(16.186.317)	48.169.399

4.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA POR SEGMENTO

Segmentos reportados	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2022 (Reapresentado)
Raizen		
Etanol	23.312.258	29.652.112
Açúcar	29.070.524	23.695.768
Gasolina	66.267.702	66.586.914
Diesel	90.281.586	106.684.577
Cogeração	3.724.090	3.688.108
Outros	9.037.138	13.986.243
	221.693.298	244.293.722
Compass		
Distribuição de gás natural		
Industrial	11.411.212	12.945.164
Residencial	2.202.348	2.200.849
Cogeração	710.288	943.907
Automotivo	592.917	928.468
Comercial	820.685	814.962
Receita de construção	1.494.142	1.217.818
Outros	535.735	429.493
	17.767.327	19.480.661
Comercialização de energia elétrica	—	238.544
	17.767.327	19.719.205
Moove		
Produto acabado	8.520.267	8.050.310
Óleo básico	765.408	596.443
Serviços	792.951	333.324
	10.078.626	8.980.077
Rumo		
Operações norte	8.346.314	7.635.243
Operações sul	2.032.703	1.739.391
Operações de contêineres	558.699	466.874
	10.937.716	9.841.508
Radar		
Arrendamento e venda de propriedades	743.411	834.616
Reconciliação		
Cosan Corporativo	2.709	10.416
Desconsolidação controladas em conjunto, ajustes e eliminações	(221.754.590)	(244.356.758)
Total	39.468.497	39.322.786

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE ÁREA GEOGRÁFICA

	Receita líquida		Outros ativos não circulantes	
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Brasil	33.816.723	33.714.249	12.584.481	11.957.039
Europa ⁽ⁱ⁾	3.050.235	3.080.840	8.969	7.762
América Latina ⁽ⁱⁱ⁾	144.853	697.117	3.275	7.294
América do Norte ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.456.686	1.770.487	10.087	17.173
Ásia e outros	—	60.093	—	—
Total	39.468.497	39.322.786	12.606.812	11.989.268

Principais países:

- (i) Inglaterra, França, Espanha e Portugal;
- (ii) Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai; e
- (iii) Estados Unidos da América.

4.3 PRINCIPAIS CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária Rumo possuía um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,42% da sua receita operacional líquida, com um montante aproximado de R\$1.213.263. Em 2022 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 9,89% da receita operacional líquida da subsidiária com um montante aproximado de R\$858.831.

5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Política contábil:

Mensuração dos ativos e passivos financeiros

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis

de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, ou quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.667.155	759.965	3.298.142	1.134.030
Títulos e valores mobiliários	5.3	705.777	724.050	3.503.961	22.099.766
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	157.816	1.368.809	2.546.799	4.151.752
Outros ativos financeiros		—	—	3.113	89.238
		2.530.748	2.852.824	9.352.015	27.474.786
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	102.821	588.496	11.360.339	12.167.686
Contas a receber de clientes	5.7	—	—	3.444.636	3.927.542
Caixa restrito	5.3	81.621	35.039	203.252	139.933
Recebíveis de partes relacionadas	5.8	348.096	737.340	340.091	476.542
Ativos financeiros setoriais	5.10	—	—	548.700	342.333
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	319.135	609.456	255.777	161.147
		851.673	1.970.331	16.152.795	17.215.183
Total		3.382.421	4.823.155	25.504.810	44.689.969
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(13.496.324)	(5.475.628)	(33.952.162)	(21.620.197)
Fornecedores	5.9	(2.431)	(115.146)	(4.184.525)	(4.379.851)
Contraprestação a pagar		—	—	(203.094)	(223.960)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		—	—	(476.895)	(954.547)
Passivos de arrendamento	5.5	(29.543)	(30.365)	(5.275.794)	(3.532.158)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Concessões a pagar	13	—	—	(3.565.373)	(3.351.410)
Pagáveis a partes relacionadas	5.8	(6.648.867)	(10.458.897)	(323.238)	(387.736)
Dividendos a pagar	17	(276.065)	(279.979)	(549.054)	(892.006)
Passivos financeiros setoriais	5.10	—	—	(1.810.698)	(1.616.616)
Parcelamento de débitos tributários	14	(211.226)	(202.140)	(217.348)	(208.760)
		(20.664.456)	(16.562.155)	(50.558.181)	(37.167.241)
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		—	—	(22.952.492)	(31.367.019)
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(645.985)	(618.947)	(3.415.145)	(5.290.932)
		(645.985)	(618.947)	(26.367.637)	(36.657.951)
Total		(21.310.441)	(17.181.102)	(76.925.818)	(73.825.192)

- (i) As subsidiárias da Companhia possuem operações que buscam maneiras de melhorar a eficiência do capital de giro e geralmente negociam o alongamento dos prazos de pagamento com seus fornecedores e firmam acordos de pagamento estruturados (também conhecidos como *reverse factoring* ou risco sacado) com intermediários terceirizados, como instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo antecipado pela Rumo e Moove junto a instituições financeiras era de R\$342.276 e R\$175 (R\$817.869 e R\$64.099 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente. Essas operações tiveram bancos de primeira linha como contrapartes, a uma taxa média de 12,42% a.a. (14,53% a.a. em 31 de dezembro de 2022) para a Rumo e CDI + 2,5% a.a. (CDI + 2,5% a.a. em 31 de dezembro de 2022) para a Moove. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 111 e 103 dias (109 e 102 dias em 31 dezembro de 2022), respectivamente. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados no resultado financeiro, tendo representado R\$95.356 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$96.752 em 31 de dezembro de 2022).

O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores a agentes financeiros é classificado na demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.

5.1. CLÁUSULAS RESTRITIVAS

Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Companhia	Dívida	Meta	Índice
Cosan			
Cosan S.A.	* Debênture 1ª emissão	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,0x	2,42
Cosan Luxembourg S.A.	* Senior Notes 2027 * Senior Notes 2029 * Senior Notes 2030	Dívida líquida <i>proforma</i> ^(iv) / EBITDA <i>proforma</i> ^(iv) não poderá ser superior a 3,5x	2,0
Compass			
Comgás S.A.	* Debênture 4ª emissão	Endividamento de curto prazo/ Endividamento total ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 0,6x	0,17

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Comgás S.A.	* Debenture 4ª a 9ª * BNDES * Resolução 4131	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,0x	1,32
Sulgás	* BNDES	Dívida Líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 3,5x	(0,02)
		Índice de endividamento geral (Exigível total / Passivo total+ Patrimônio Líquido) não poderá ser superior a 0,8	0,69

Moove

MLH	*Syndicated Loan	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x ao fim de cada trimestre	1,13
		ICSD ^(x) não poderá ser inferior a 2,5x ao fim de cada trimestre	5,25

Rumo

Rumo S.A.	* Debênture (11ª, 12ª, 13ª e 14ª) ^(viii) * ECA	ICJ ^(ix) = EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ /Resultado financeiro ^(v) não poderá ser inferior a 2,0x	3,84
Rumo S.A.	* NCE * ECA	Dívida líquida/EBITDA não poderá ser superior a 3,5x	1,81
Rumo Luxembourg S.à r.l.	* Senior Notes 2028 ^(vi) * Senior Notes 2032 ^(vii) * Debêntures ^(viii)	Dívida líquida/EBITDA não poderá ser superior a 3,5x	1,81
Brado	* NCE	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,3x	1,18

- (i) A Dívida Líquida consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias (“Dívida Bruta”), líquida de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos sobre dívida.
- (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses.
- (iii) Endividamento total significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, e instrumentos financeiros derivativos circulante e não circulante.
- (iv) Dívida líquida e EBITDA proforma, incluindo o equivalente a 50% das informações financeiras de joint venture conforme determinado nos contratos. A dívida líquida e o EBITDA proforma são uma medida não GAAP. O EBITDA proforma corresponde ao período acumulado dos últimos 12 meses. Para os *covenants* dos sênior notes são excluídos os valores das subsidiárias irrestritas.
- (v) O resultado financeiro da dívida líquida é representado pelo custo da dívida líquida.
- (vi) Senior Notes due 2028 foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A subsidiária Rumo tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixo carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “modernização da ferrovia”. A subsidiária emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores.
- (vii) O *Senior Notes* 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs) com

a meta sustentável de redução de 17,6% até 2026 de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU), tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

- (viii) As debêntures 11^a, 12^a e 13^a emissões, possuem *covenant* contratual de alavancagem limitada a 3,0x. Contudo, elas possuem um consentimento prévio (*waiver*) que permitem a emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027.
- (ix) Índice de Cobertura de Juros (“ICJ”).
- (x) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”).

5.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	251	147	209.479	307.819
Conta remunerada	102.400	184.386	431.011	974.198
Aplicações financeiras	1.667.325	1.163.928	14.017.991	12.019.699
	1.769.976	1.348.461	14.658.481	13.301.716

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas ⁽ⁱ⁾	1.667.155	759.965	3.259.210	1.181.280
Certificado de depósitos bancários – CDB	—	—	—	123.052
Outras aplicações	—	—	38.932	—
	1.667.155	759.965	3.298.142	1.304.332
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	—	—	616.633	96.841
Certificado de depósitos bancários – CDB	—	403.823	9.807.983	10.396.376
Outras	170	140	295.233	222.150
	170	403.963	10.719.849	10.715.367
	1.667.325	1.163.928	14.017.991	12.019.699

- (i) As operações compromissadas estão alocadas no fundo WG Renda Fixo Crédito Privado Fundo de Investimento (“WG”) o qual foi constituído sob forma de condomínio aberto e possui a gestão do Itaú Unibanco Asset Management Ltda. (“Itaú Asset”). A carteira do fundo é composta majoritariamente por aplicações em títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras *onshore* da Companhia são remuneradas a taxas próximas de 100% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário, ou “CDI”), em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022. As aplicações financeiras *offshore* são remuneradas em taxas em torno de 100% dos fundos do Fed (Sistema de Reserva Federal). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na Nota 5.12.

5.3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E CAIXA RESTRITO

Política contábil:

Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os instrumentos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos instrumentos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado, ambos com vencimento médio dos títulos do governo entre dois e cinco anos, porém podem ser resgatados prontamente e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários				
Investimentos financeiros em entidades listadas ⁽ⁱ⁾	—	—	—	19.586.193
Ativos financeiros patrimoniais ⁽ⁱⁱ⁾	705.777	724.050	3.107.813	2.059.325
Certificado de depósitos bancários – CDB	—	—	300.142	363.145
Fundos ESG	—	—	96.006	91.103
	705.777	724.050	3.503.961	22.099.766
Circulante	705.777	724.050	3.407.955	2.422.470
Não circulante	—	—	96.006	19.677.296
Total	705.777	724.050	3.503.961	22.099.766
Caixa restrito				
Valores mobiliários dados em garantia	81.621	35.039	203.252	139.933
	81.621	35.039	203.252	139.933
Circulante	—	—	7.860	8.024
Não circulante	81.621	35.039	195.392	131.909
Total	81.621	35.039	203.252	139.933

- (i) Após a obtenção de influência significativa na Vale S.A, os saldos do ativo financeiros foram transferidos para investimentos em subsidiárias e associadas. Veja mais detalhes na nota 1.1.
- (ii) Os títulos de dívida soberana declararam juros ligados ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou “SELIC”, com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI.

5.4. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil:

Inicialmente são mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o montante da obrigação nos termos do contrato; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

a) Composição

Descrição	Encargos financeiros			Controladora		Vencimento	Objetivo
	Indexador	Taxa anual de juros	Moeda	31/12/2023	31/12/2022		
Sem garantia							
Debêntures	CDI + 2,65%	14,61%	Real	1.208.141	1.819.837	ago-25	Investimentos
	CDI + 1,65%	13,49%	Real	784.475	787.519	ago-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,50%	13,32%	Real	406.471	407.308	mai-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,90%	13,77%	Real	1.117.966	1.120.577	mai-32	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,00%	13,88%	Real	942.010	946.379	ago-31	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	1.020.673	—	abr-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	998.542	—	jun-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	1.260.684	—	jan-31	Gerenciamento de capital
	IPCA + 5,75%	10,43%	Real	412.478	394.008	ago-31	Gerenciamento de capital
	8,02% + variação cambial ⁽ⁱ⁾	16,04%	Dólar	1.451.867	—	set-29	Gerenciamento de capital
	7,52% base 360	7,52%	Dólar	2.897.097	—	jun-30	Gerenciamento de capital
Notas Comerciais	CDI + 1,75%	13,60%	Real	547.755	—	dez-28	Gerenciamento de capital
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	448.165	—	jan-31	Gerenciamento de capital
Total				13.496.324	5.475.628		
Circulante				800.987	802.549		
Não circulante				12.695.337	4.673.079		

- (i) A operação possui uma taxa de juros para o primeiro fluxo de juros de 16,04% a.a., enquanto para os demais fluxos será de 8,02% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros			Consolidado		Vencimento	Objetivo	Segmentos
	Indexador	Taxa anual de juros	Moeda	31/12/2023	31/12/2022			
Com garantia								
Resolução 4.131								
	Pré-fixado	-	Euro	—	868.367	out-24	Investimentos	Cosan Corporativo
	Pré-fixado	-	lene	—	578.708	out-24	Investimentos	Cosan Corporativo
	Pré-fixado	3,20%	Euro	860.658	2.009.452	out-25	Investimentos	Cosan Corporativo
	Pré-fixado	0,25%	lene	602.487	1.338.697	out-25	Investimentos	Cosan Corporativo
	Pré-fixado	3,40%	Euro	1.954.022	1.966.061	out-26	Investimentos	Cosan Corporativo
	Pré-fixado	0,25%	lene	1.135.226	1.309.330	out-26	Investimentos	Cosan Corporativo
	Pré-fixado	3,56%	Euro	812.496	816.172	out-27	Investimentos	Cosan Corporativo
	Pré-fixado	0,25%	lene	470.951	543.160	out-27	Investimentos	Cosan Corporativo
BNDES	URTJLP	8,60%	Real	2.210.390	2.221.900	jul-31	Investimentos	Rumo
	Pré-fixado	6,00%	Real	128.494	280.919	dez-24	Investimentos	Rumo
	Pré-fixado	3,50%	Real	29	378	jan-24	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	295.058	—	dez-36	Investimentos	Compass
	IPCA + 6,01%	10,71%	Real	304.276	—	dez-36	Investimentos	Compass
	99,98% do CDI	7,82%	Real	1.547.664	1.653.501	jun-34	Investimentos	Compass
	IPCA + 4,10%	8,71%	Real	112.946	131.885	abr-29	Investimentos	Compass
	IPCA + 5,74%	10,42%	Real	598.752	544.925	dez-36	Investimentos	Compass
Nota de crédito de exportação								
	CDI + 1,03%	15,39%	Real	78.965	98.003	fev-26	Investimentos	Rumo
	CDI + 2,25%	15,16%	Real	60.774	62.760	mai-26	Investimentos	Rumo
	CDI + 2,20%	14,20%	Real	30.252	—	mar-26	Gerenciamento de capital	Rumo
	CDI + 2,07%	14,85%	Real	52.101	50.467	mar-25	Gerenciamento de capital	Rumo
	CDI + 0,80%	-	Real	—	355.770	dez-23	Investimentos	Rumo
	SOFR + 1,30%	6,65%	Dólar	487.544	—	jan-25	Investimentos	Rumo
Cédula de Crédito Bancário	IPCA	5,41%	Real	954.205	806.028	jan-48	Investimentos	Rumo
Debêntures	CDI + 1,79%	13,65%	Real	753.435	754.785	jun-27	Investimentos	Rumo
	CDI + 1,30%	13,10%	Real	759.390	759.175	out-27	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,77%	9,41%	Real	773.556	632.440	jun-31	Investimentos	Rumo
Export Credit Agency (“ECA”)								
	Euribor + 0,58%	4,52%	Euro	48.849	68.455	set-26	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,10%	10,63%	Real	140.016	73.717	jan-30	Investimentos	Compass
				15.172.536	17.925.055			
Sem garantia								
Resolução 4131								
	Pré-fixado	-	Libra	—	125.707	dez-23	Investimentos	Moove
	Pré-fixado	5,50%	Dólar	31.920	45.124	mar-25	Investimentos	Moove
	Pré-fixado	-	Dólar	—	395.285	mai-23	Investimentos	Compass
	Pré-fixado	2,13%	Dólar	943.486	1.000.957	fev-25	Investimentos	Compass
	Pré-fixado	4,04%	Dólar	734.191	—	mai-26	Investimentos	Compass
	Pré-fixado	1,36%	Dólar	362.774	377.705	fev-24	Investimentos	Compass
Perpetual Notes	Pré-fixado	8,25%	Dólar	2.451.160	2.641.732	nov-40	Aquisição	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2027	Pré-fixado	7,00%	Dólar	2.016.330	3.587.265	jan-27	Aquisição	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2028	Pré-fixado	5,25%	Dólar	2.178.449	2.196.083	jan-28	Aquisição	Rumo
Sênior Notes Due 2029	Pré-fixado	5,50%	Dólar	3.622.922	3.953.564	set-29	Aquisição	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2030	Pré-fixado	7,50%	Dólar	2.642.023	—	jun-30	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
Sênior Notes Due 2032	Pré-fixado	4,20%	Dólar	2.066.885	2.124.051	jan-32	Aquisição	Rumo
Pré-pagamento	3M Libor + 1,00%	-	Dólar	—	104.667	out-23	Gerenciamento de capital	Moove
	1,27%	-	Dólar	—	151.871	jul-23	Gerenciamento de capital	Moove
Debêntures	IPCA + 4,68%	9,32%	Real	396.201	518.680	fev-26	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,50%	9,13%	Real	1.596.910	1.523.382	jun-31	Investimentos	Rumo
	IPCA + 3,60%	8,19%	Real	413.881	367.476	dez-30	Investimentos	Rumo
	CDI + 2,65%	14,61%	Real	1.208.141	1.819.837	ago-25	Investimentos	Cosan Corporativo
	IPCA + 6,80%	11,53%	Real	1.004.762	893.852	abr-30	Investimentos	Rumo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	IPCA + 3,90%	8,50%	Real	1.113.820	1.048.252	out-29	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,73%	10,41%	Real	551.709	537.261	out-33	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,00%	8,61%	Real	1.077.141	941.203	dez-35	Investimentos	Rumo
	IPCA + 4,54%	9,17%	Real	254.232	80.987	jun-36	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,99%	10,69%	Real	470.177	435.780	jun-32	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,76%	10,45%	Real	753.439	—	ago-29	Investimentos	Rumo
	IPCA + 6,18%	10,88%	Real	749.252	—	mai-33	Investimentos	Rumo
	IPCA + 5,87%	-	Real	—	907.366	dez-23	Investimentos	Compass
	IPCA + 4,33%	8,95%	Real	554.147	523.837	out-24	Investimentos	Compass
	IGPM + 6,10%	6,10%	Real	359.639	372.171	mai-28	Investimentos	Compass
	CDI + 1,90%	13,77%	Real	1.117.966	1.120.577	mai-32	Investimentos	Cosan Corporativo
	CDI + 1,50%	13,32%	Real	406.471	407.308	mai-28	Investimentos	Cosan Corporativo
	CDI + 1,95%	13,83%	Real	735.565	824.866	ago-24	Investimentos	Compass
	CDI + 1,45%	13,27%	Real	399.457	399.616	dez-26	Investimentos	Compass
	CDI + 1,55%	13,38%	Real	1.764.022	—	nov-30	Investimentos	Compass
	109,20% do CDI	9,78%	Real	550.342	491.153	ago-31	Investimentos	Compass
	IPCA + 7,36%	12,12%	Real	80.960	114.014	dez-25	Investimentos	Compass
	IPCA + 5,22%	9,88%	Real	533.854	467.841	ago-36	Investimentos	Compass
	CDI + 1,65%	13,49%	Real	784.475	787.519	ago-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	1.020.673	—	abr-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 2,40%	14,33%	Real	998.542	—	jun-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 2,00%	13,88%	Real	942.011	946.379	ago-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	1.260.684	—	jan-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	IPCA + 5,75%	10,43%	Real	412.478	394.008	ago-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
Gerenciamento de capital	CDI + 1,60%	-	Real	—	100.170	jun-23	Gerenciamento de capital	Moove
	SOFR + 1,50%	1,50%	Dólar	2.175.107	2.334.615	mai-27	Aquisição	Moove
Notas Comerciais	CDI + 1,75%	13,60%	Real	547.755	—	dez-28	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
	CDI + 1,80%	13,66%	Real	448.165	—	jan-31	Gerenciamento de capital	Cosan Corporativo
				41.732.118	35.062.161			
Total				56.904.654	52.987.216			
Circulante				4.882.398	4.542.205			
Não circulante				52.022.256	48.445.011			

Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas estão apresentadas na nota explicativa 5.6.

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 11,65% a.a. (13,65% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e TJLP de 6,55% a.a. (7,20% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Todas as dívidas com data de vencimento denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.6), exceto para bônus perpétuos.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures que estão classificados como não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
1 a 2 anos	569.067	571.971	4.800.498	4.534.638
2 a 3 anos	—	571.564	6.255.752	6.663.907

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

3 a 4 anos	360.698	—	6.626.698	5.631.841
4 a 5 anos	3.319.442	372.687	7.554.468	8.550.932
5 a 6 anos	3.327.245	772.925	8.143.128	4.836.087
6 a 7 anos	3.101.714	428.001	6.777.099	6.527.516
7 a 8 anos	1.650.648	794.668	2.599.593	2.180.672
Acima de 8 anos	366.523	1.161.263	9.265.020	9.519.418
	12.695.337	4.673.079	52.022.256	48.445.011

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	8.164.256	45.659.037
Combinação de negócios	—	12.825
Captação	9.450.210	23.886.960
Amortização de principal	—	(15.278.378)
Pagamento de juros	(830.380)	(3.441.978)
Transferência	(12.196.109)	—
Juros, variação cambial e valor justo	887.651	2.148.750
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.475.628	52.987.216
Captação	8.636.528	12.785.628
Amortização de principal	(579.942)	(8.054.763)
Pagamento de juros	(973.919)	(3.552.292)
Pagamento de juros sobre obras em andamento	—	(288.569)
Juros, variação cambial e valor justo	938.029	3.027.434
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.496.324	56.904.654

c) Garantias

A subsidiária Rumo possui contratos de financiamentos com bancos de fomento, destinados à investimentos, garantidos conforme cada contrato, por fianças bancárias, com custo médio 0,70% a.a. ou por garantias reais e conta caução. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fianças bancárias contratadas era de R\$3.120.034 (R\$3.037.453 em 31 de dezembro de 2022).

A subsidiária CLI possui garantia bancária para um empréstimo da Cosan Lubrificantes S.R.L. ("Moove Argentina"), com custo médio anual de 0,18%, e garantia com bancos de primeira linha para pagamento a terceiros, com custo médio anual de 3,90%. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fianças contratadas era de R\$31.931 (R\$44.813 em 31 de dezembro de 2022).

A subsidiária Cosan Oito dispõe de empréstimos em moeda estrangeira (Resolução 4.131) com instituições bancárias de primeira linha, que possuem como garantia 100% das ações da Vale que estão na estrutura de *Collar*.

d) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias dispunham de linhas de crédito em bancos que não foram utilizadas, no valor de R\$2.102.756 (R\$3.052.987 em 31 de dezembro de 2022). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

e) **Compensação de ativos e passivos**

INTERNAÇÃO SENIOR NOTES 2030

Em junho de 2023, a Companhia por meio de sua subsidiária Cosan Luxembourg S.A. (“Cosan Lux”), realizou uma oferta de *senior notes* no montante de US\$550.000 mil com cupom de 7,50% e vencimento em 2030 (“*Senior Notes 2030*”).

Em 29 de setembro de 2023 a Companhia efetuou a internação dos recursos remanescentes oriundos desta dívida, por meio da emissão de debêntures pela Cosan S.A., referenciadas em dólares americanos no montante de R\$ 1.491 milhões (equivalentes a US\$ 300.000 mil), com cupom anual de 16,04% a.a. para primeiro pagamento de juros e 8,02% a.a. para os demais. Em contrapartida, a Cosan Luxembourg contratou um *Total Return Swap* (“TRS”) com o mesmo montante e contraparte em dólares americanos, com frequência de pagamentos semestral e remuneração anual de 15,52% a.a. para a primeira remuneração de juros e 7,50% a.a. para os demais, a qual possui como ativo subjacente a 7ª emissão da debênture.

INTERNAÇÃO SENIOR NOTES 2029

Em julho de 2019, a Cosan Limited (“Cosan Limited”) realizou uma oferta de *senior notes* no volume total de US\$750.000 mil, equivalente a R\$4.147.650, com cupom de 5,5% e vencimento em 2029 (“*Bond 2029*”).

A Companhia realizou a incorporação reversa da Cosan Limited, aprovada em janeiro de 2021, sendo certo que a Companhia sucedeu a Cosan Limited em todos os direitos e obrigações decorrentes, conforme aditado no *First Supplemental Indenture*, datado de fevereiro de 2021.

Posteriormente, a Companhia cedeu seus direitos e obrigações para a Cosan Luxembourg (“Cosan Lux”) conforme o *Second Supplemental Indenture*, datada de maio de 2022, em conjunto com a *Third Supplemental Indenture*, datada de julho de 2022. Na cessão de direitos, a Companhia e a Cosan Lux firmaram um contrato de mútuo (julho de 2022), com o compromisso de pagamento por parte da Companhia no valor de juros e principal, exatamente igual ao *Bond 2029*. Foram realizados dois aditamentos, onde a Companhia realizou pré-pagamento de US\$30.000 mil, equivalente a R\$164.250, e US\$121.313 mil, equivalente a R\$641.090, realizados em julho e agosto de 2022, respectivamente. O saldo do principal do contrato foi de US\$ 598.687 mil, equivalente a R\$2.919.557.

Em dezembro de 2023 a Companhia efetuou a operação de Internação junto ao Banco Santander adquirindo uma posição em um *Total Return Swap* (“TRS”) junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. Grand Cayman Branch (“Santander Cayman”), que terá como ativo subjacente debêntures cambiais, referenciadas em USD, emitidos pela Companhia, no valor de US\$598.000 mil, equivalente a R\$2.919.557, nos termos da Resolução CVM 160 (“*Debêntures*”), as quais foram integralmente subscritas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), e com isto foi realizado a liquidação total do intercompany, remetendo o recurso a Cosan Lux, e adquirindo a posição de TRS.

Uma vez que a Companhia possui o direito legalmente executável de compensar os valores e ter intenção de liquidá-los simultaneamente, para fins de consolidação a Companhia efetuou a compensação no balanço patrimonial do ativo referente a contratação do TRS

com o passivo da dívida oriunda das debêntures, apresentando-os pelo valor líquido, assim como seus respectivos impactos na demonstração do resultado. Desta forma, também não é efetuada análise de sensibilidade pois ambas as transações não possuem risco para a Companhia.

	Consolidado		
	Valor bruto	Valor compensado	Valor líquido
TRS (Nocional)	4.347.487	(4.347.487)	—
TRS (Juros)	6.704	(6.704)	—
	4.354.191	(4.354.191)	—
Debêntures (principal e variação cambial) ⁽ⁱ⁾	(4.347.487)	4.347.487	—
Debêntures (juros)	(6.704)	6.704	—
	(4.354.191)	4.354.191	—

- (i) Os montantes são equivalentes à US\$898.000 mil, tendo como taxa de conversão a PTAX de 29 de dezembro de 2023 de R\$ 4,8413.

f) Valor justo e exposição ao risco financeiro

O valor justo dos empréstimos é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 5.11).

Os detalhes da exposição da Companhia aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na Nota 5.12.

5.5. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são feitos na data de início, descontados à taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia geralmente usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte:

- i. pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência;
- ii. pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos usando o índice ou taxa na data de início;
- iii. valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual; e

- iv. o preço de exercício da opção de compra se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pelo locatário de rescindir o arrendamento.

Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia:

- i. quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido;
- ii. usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros; e
- iii. faz ajustes específicos ao arrendamento, por ex. prazo, país, moeda e segurança.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia e suas subsidiárias foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 8,23% e 13,73%, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato.

Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia pode contabilizar dois ou mais contratos em conjunto desde que:

- i. tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte; e
- ii. tenham sido celebrados em datas próximas; ou
- iii. se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto; ou
- iv. se tiverem obrigações de performance/ contraprestações inter-relacionadas nos contratos; ou
- v. se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos variáveis do arrendamento com base em um índice ou taxa, que não são incluídos no passivo do arrendamento até que entrem em vigor. Quando os ajustes aos pagamentos do arrendamento com base em um índice ou taxa entram em vigor, o passivo do arrendamento é reavaliado e ajustado contra o ativo de direito de uso.

Os pagamentos do arrendamento são alocados entre o principal e o custo financeiro. O custo financeiro é debitado ao resultado ao longo do período do arrendamento de forma a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Ativos de baixo valor compreendem equipamentos de TI e pequenos itens de móveis de escritório.

Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido).

Para locações de armazéns, lojas de varejo e equipamentos, os seguintes fatores são normalmente os mais relevantes:

- Se houver penalidades significativas para encerrar (ou não prorrogar), o grupo é normalmente razoavelmente certo de estender (ou não encerrar).
- Se espera que quaisquer melhorias em propriedades arrendadas tenham um valor remanescente significativo, a Companhia normalmente tem uma certeza razoável de estender (ou não rescindir).
- Caso contrário, a Companhia considera outros fatores, incluindo durações históricas de arrendamento e os custos e interrupção de negócios necessários para substituir o ativo arrendado.

A maioria das opções de extensão em escritórios e locações de veículos não foi incluída no passivo de arrendamento, porque a Companhia poderia substituir os ativos sem custo significativo ou interrupção dos negócios.

A avaliação subsequente do passivo do arrendamento é pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. É reavaliada quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma mudança nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia do valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação, um a opção será exercida na compra, extensão ou rescisão ou se houver um pagamento do arrendamento revisado essencialmente fixo.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	40.047	3.267.678
Combinação de negócios	—	174.229
Adições	542	224.714
Baixas	(7.769)	(116.157)
Apropriação de juros e variação cambial	3.437	377.449
Amortização de principal	(5.051)	(400.248)
Pagamento de juros	(3.933)	(211.611)
Reajuste contratual	3.092	221.077
Transferências entre passivos	—	(4.973)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.365	3.532.158
Adições ⁽ⁱ⁾	—	1.923.138
Baixas	—	(15.329)
Apropriação de juros e variação cambial	7.566	458.507
Amortização de principal	(5.524)	(490.012)
Pagamento de juros	(3.615)	(236.948)
Reajuste contratual	751	104.280
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29.543	5.275.794
Circulante	8.959	733.063
Não circulante	20.584	4.542.731
	29.543	5.275.794

- (i) A adição do período é composta, principalmente, pelo contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (“FRSU”) conforme nota 2.

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram consideradas na determinação do prazo e na classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foram registrados para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	43.115	56.612
Despesas relativas à arrendamentos de curto prazo	37.739	14.986
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	5.376	1.445
	<u>86.230</u>	<u>73.043</u>

Os saldos de arrendamentos registrados pela Companhia incluem o contrato da subsidiária indireta Rumo Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da subsidiária indireta Rumo Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, sendo, portanto, prontamente determinável em tais casos. Ou seja, nesses casos a valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular 2/2019 da CVM. Essa particularidade da Companhia faz com que os efeitos sobre os saldos (dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação) caso a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, não são relevantes para influenciarem as decisões dos usuários e, conseqüentemente, para serem apresentados nas demonstrações financeiras.

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$32.244 (R\$6.318 em 31 de dezembro de 2022).

5.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. hedge de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou

- ii. hedge de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de hedge, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de hedge. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não circulante quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de hedge devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, os resultados reais de cada hedge estão dentro de uma faixa de 60% a 140%.

A Companhia possui um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*. Para este portfólio, não há compromisso de compra com um contrato de venda.

A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado à valor justo na data do balanço.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco

no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

Um ativo financeiro anteriormente contabilizado de acordo com a IFRS 9/CPC 48 pode tornar-se uma investida contabilizada por equivalência patrimonial quando:

- o investidor adquire uma participação adicional; ou
- há uma mudança nas circunstâncias que resulte na obtenção de influência significativa ou controle conjunto.

A Companhia utiliza instrumentos de swap, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Nocional		Valor justo		Nocional		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos de taxa de câmbio								
Contratos a termo ⁽ⁱ⁾	—	—	—	—	6.716	53.012	(147)	(485)
Contratos de opções cambiais	—	—	—	—	363.098	676.214	30.677	25.360
	—	—	—	—	369.814	729.226	30.530	24.875
Derivativos de commodity								
Contratos de opções de gás	—	—	—	—	28.494	—	4.333	—
Contratos de opções de commodity ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	—	—	—	—	—	21.744
	—	—	—	—	28.494	—	4.333	21.744
Risco de taxa de câmbio e juros								
Contratos de Swap (juros) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	7.038.443	9.255.278	(9.945)	(195.017)	7.209.400	9.255.278	(10.686)	(155.518)
Contratos de Swap (juros e câmbio) ^(iv)	10.434.580	7.318.840	(562.802)	901.749	18.260.969	17.191.070	(1.546.736)	790.840
Contratos a termo (juros e câmbio) ^(v)	126.472	—	(3.720)	—	8.985.594	12.811.427	(939.559)	760.152
Contratos de Swap (juros e inflação) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	—	—	14.307.844	10.070.343	853.639	(500.444)
	17.599.495	16.574.118	(576.467)	706.732	48.763.807	49.328.118	(1.643.342)	895.030
Risco de preço da ação								
Contratos de Swap - (TRS) ^(vi)	1.775.341	1.515.827	88.298	43.130	1.775.341	1,515.827	88.297	43.130
Call Spread ^(v)	—	—	—	—	5.594.212	5.594.212	366.296	1.954.493
Collar (Ações Vale) ^(v)	—	—	—	—	13.114.720	16.931.662	285.540	(4.078.452)
	1.775.341	1.515.827	88.298	43.130	20.484.273	24.041.701	740.133	(2.080.829)
Total dos instrumentos financeiros			(488.169)	749.862			(868.346)	(1.139.180)
Ativo circulante			54.935	—			202.399	1.086.698
Ativo não circulante			102.881	1.368.809			2.344.400	3.065.054
Passivo circulante			(364.747)	—			(1.250.520)	(1.039.357)
Passivo não circulante			(281.238)	(618.947)			(2.164.625)	(4.251.575)
Total			(488.169)	749.862			(868.346)	(1.139.180)

- (i) A Companhia e suas subsidiárias possuem contratos a termo de câmbio e/ou opções indexadas a câmbio para proteção de exposições e despesas em moeda estrangeira.
- (ii) Opções de compra (*Call options*) em *brent* para fins de *hedge*, visando proteção caso o preço da *commodity* fique acima do preço pactuado em detrimento da guerra Ucrânia e Rússia.
- (iii) A Companhia contratou derivativos para proteção da exposição a juros pré-fixados em reais de forma a converter tal dívida em pós-fixada.
- (iv) A Companhia e a subsidiária Rumo possuem operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em U.S.\$ + juros fixos e passiva em percentual do

CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

- (v) A Companhia contratou derivativos para proteção da exposição das variações do preço das ações da Vale, conforme descrito na Nota 1.1.
- (vi) A Companhia firmou negociação de derivativos (*Total Return Swap*) ou “TRS”, com bancos comerciais. De acordo com o TRS, que terá liquidação financeira, a Cosan receberá o retorno sobre a variação do preço das ações CSAN3 ajustados pelos dividendos do período e pagará juros anuais referenciados em CDI + *Spread*. O valor contratado equivalente de ações CSAN3 com TRS foi de 97.215.812 ações e o valor total inicial foi de R\$1.265.790. Em 31 de dezembro de 2023, o resultado da marcação a mercado, registrado na receita financeira na Companhia foi de R\$83.390 (uma receita financeira de R\$375.693 em 31 de dezembro de 2022).

Abaixo demonstramos a abertura do valor de registro dos instrumentos financeiros derivativos de dívidas e não dívida:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos financeiros de dívidas	5.12	(576.467)	706.733	(990.764)	(1.228.928)
Instrumentos financeiros não dívida		88.298	43.129	122.418	89.748
		(488.169)	749.862	(868.346)	(1.139.180)

Os instrumentos financeiros derivativos de dívidas, são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

a) *Hedge de valor justo*

A Companhia, por meio de suas controladas, adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são mensurados e reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que os termos do *swap* de taxa de juros e câmbio correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa, ou seja, montante nominal, prazo e pagamento. A Companhia estabeleceu o índice de cobertura próximo a 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do *swap* de taxa de juros e câmbio é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto. As fontes de inefetividade de *hedge* que se espera que afetem a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pela Companhia são, principalmente: (i) redução ou modificação no item coberto; e (ii) uma mudança no risco de crédito da Companhia ou da contraparte dos *swaps* contratados. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

Hedge risco de câmbio Objetos	Nacional	Valor contábil		Valor justo acumulado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Senior Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	(2.791.600)	(2.178.449)	(2.196.083)	167.874	(336.161)
Senior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	(2.259.375)	(2.066.885)	(2.124.051)	126.408	(629.220)
NCE USD (Rumo Malha Norte)	(483.400)	(487.544)	—	3.147	—

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Pré pagamento de exportação – (“PPE”) 1 (Moove)	—	—	(156.884)	—	2.389
Pré pagamento de exportação – (“PPE”) 2 (Moove)	—	—	(104.667)	—	2.624
Total débito	(5.534.375)	(4.732.878)	(4.581.685)	297.429	(960.368)

Instrumentos financeiros derivativos

Swaps Senior Notes 2028 (Rumo Luxembourg)	2.791.600	(460.939)	(418.674)	42.265	685.200
Swaps Senior Notes 2032 (Rumo Luxembourg)	2.259.375	(239.630)	(128.986)	110.644	804.558
Swap de câmbio e juros (Rumo Malha Norte)	483.400	5.293	—	(5.293)	—
Swap - PPE 1 (Moove)	—	—	(11.079)	—	(11.079)
Swap - PPE 2 (Moove)	—	—	(7.067)	—	(7.067)
Total derivativos	5.534.375	(695.276)	(565.806)	147.616	1.471.612

Total	—	(5.428.154)	(5.147.491)	445.045	511.244
--------------	----------	--------------------	--------------------	----------------	----------------

	Nocional	Valor contábil		Valor justo acumulado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Hedge risco de juros					
Objetos					
5ª emissão - série única (Comgás)	—	—	(907.366)	—	(33.892)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	(1.000.000)	(803.990)	(851.689)	54.807	70.260
Debêntures (Rumo)	(7.485.276)	(7.973.671)	(5.755.679)	397.073	(327.290)
Finem (Rumo)	(28.107)	(36.301)	(28.115)	971	(1.644)
CCB (Rumo)	(975.292)	(954.205)	(785.366)	(10.088)	(4.418)
Total débito	(9.488.675)	(9.768.167)	(8.328.215)	442.763	(296.984)

Instrumentos financeiros derivativos

Swaps 5ª emissão - série única (Comgás)	—	—	221.000	(221.000)	1.248
BNDES Projeto VIII (Comgás)	1.000.000	(56.085)	(90.193)	34.108	(61.242)
Swaps Debêntures (Rumo)	7.485.276	559.964	(148.662)	(708.626)	72.856
Finem (Rumo)	28.107	1.600	(558)	(2.158)	558
CCB (Rumo)	975.292	(15.221)	(6.976)	8.245	6.976
Total derivativos	9.488.675	490.258	(25.389)	(889.431)	20.396

Total	—	(9.277.909)	(8.353.604)	(446.668)	(276.588)
--------------	----------	--------------------	--------------------	------------------	------------------

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram designados a estruturas de *hedge* documentadas.

A Companhia optou por designar de forma irrevogável os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são semelhantes aos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

		Valor contábil			Ajuste de valor acumulado	
		Nocional	31/12/2023		31/12/2023	
			(Reapresentado)	31/12/2022		(Reapresentado)
Risco de câmbio						
Objetos						
Senior Notes 2027 (Cosan Luxembourg)	USD+7,0%	(1.897.790)	(2.016.330)	(3.587.265)	528.855	967.778
Export Credit Agreement (Rumo)	EUR + 0,58%	(38.054)	(48.849)	(68.455)	(1.444)	377
Resolução 4.131 (Rumo)	USD + 2,20%	—	—	—	—	247
Resolução 4.131 (Comgás - 2021)	USD + 1,60%	(407.250)	(362.774)	(377.705)	2.106	15.545
Resolução 4.131 (Comgás - 2022)	USD + 2,51%	(1.097.400)	(943.486)	(1.000.957)	33.324	51.798
Resolução 4.131 (Comgás - 2023)	USD + 4,76%	(749.310)	(734.191)	—	(5.468)	—
Resolução 4.131 (Comgás - 2018)	USD + 4,32%	—	—	(395.285)	—	(2.680)
Total		(4.189.804)	(4.105.630)	(5.429.667)	557.373	1.033.065

Instrumentos derivativos

Swap Senior Notes 2027 (Cosan Luxembourg)	113,15% do CDI	1.897.790	(46.214)	1.285.454	(379.397)	(736.466)
Swap de câmbio e juros (Rumo)	108% do CDI	38.054	9.316	15.468	6.153	15.067
Swap de câmbio e juros (Rumo)	118% do CDI	—	—	—	—	47.527
Resolução 4.131 (Comgás - 2021)	CDI + 1,25%	407.250	(63.184)	(50.245)	(12.939)	(88.612)
Resolução 4.131 (Comgás - 2022)	CDI + 1,20%	1.097.400	(212.180)	(160.369)	(51.811)	(217.215)
Resolução 4.131 (Comgás - 2023)	CDI + 1,30%	749.310	(22.611)	—	(22.611)	—
Resolução 4.131 (Comgás - 2018)	107,9% do CDI	—	—	123.760	(123.760)	(61.685)
Total derivativos		4.189.804	(334.873)	1.214.068	(584.365)	(1.041.384)
Total		—	(4.440.503)	(4.215.599)	(26.992)	(8.319)

		Valor contábil			Ajuste de valor acumulado	
		Nocional	31/12/2023		31/12/2023	
			(Reapresentado)	31/12/2022		(Reapresentado)
Risco de juros						
Objetos						
4ª emissão - 3ª série (Comgás)	IPCA + 7,36%	(114.818)	(80.960)	(114.014)	(708)	(114.014)
6ª emissão - série única (Comgás)	IPCA + 4,33%	(523.993)	(554.147)	(523.837)	3.509	(523.837)
9ª emissão - 1ª série (Comgás)	IPCA + 5,12%	(500.000)	(550.342)	(491.153)	19.868	(6.179)
9ª emissão - 2ª série (Comgás)	IPCA + 5,22%	(500.000)	(533.854)	(467.841)	34.919	9.737
BNDES Projetos VI e VII (Comgás)	IPCA + 4,10%	(160.126)	(112.946)	(131.885)	(150)	(131.885)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	IPCA + 3,25%	(870.149)	(743.674)	(801.812)	5.967	(801.812)
BNDES Projeto IX (Comgás)	IPCA + 5,74%	(565.582)	(598.752)	(544.925)	(19.875)	(544.925)
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,68%	(300.000)	(396.201)	(518.680)	13.474	(6.070)
Debêntures (Rumo)	IPCA + 4,50%	(600.000)	(774.939)	(704.954)	34.721	(34.745)
Total		(4.134.668)	(4.345.815)	(4.299.101)	91.725	(2.153.730)

Instrumentos derivativos

Swaps 4ª emissão - 3ª série (Comgás)	94,64% CDI	—	—	—	—	(3.900)
Swaps 4ª emissão - 3ª série (Comgás)	112,49% CDI	114.818	4.567	(778)	5.345	(5.096)
6ª emissão - série única (Comgás)	89,9% CDI	523.993	20.116	(10.419)	30.535	(26.161)
Swaps 9ª emissão - 1ª série (Comgás)	109,20% CDI	500.000	42.093	(17.705)	59.798	(37.517)
Swaps 9ª emissão - 2ª série (Comgás)	110,60% CDI	500.000	26.901	(40.441)	67.342	(53.304)
BNDES Projetos VI e VII (Comgás)	87,50% CDI	160.126	64	(2.046)	2.110	(6.923)
BNDES Projeto VIII (Comgás)	82,94% CDI	870.149	(6.578)	(21.039)	14.461	(48.613)
BNDES Projeto IX (Comgás)	98,9% CDI	565.582	46.904	(6.632)	53.536	(6.632)
Debêntures (Rumo)	107% CDI	300.000	81.885	76.194	(5.691)	(4.819)
Debêntures (Rumo)	103% CDI	600.000	147.429	74.092	(73.337)	8.252
Total derivativos		4.134.668	363.381	51.226	154.099	(184.713)
Total		—	(3.982.434)	(4.247.875)	245.824	(2.338.443)

c) Hedge de fluxo de caixa

Compass

Contratos de compra e venda de gás natural

A subsidiária indireta Compass Comercialização S.A. celebrou contratos de compra (risco JKM) e venda (risco Brent) de gás natural com entidade terceira e parte relacionada. Com o intuito de proteger e mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural, a subsidiária designou essa operação sujeita a *hedge accounting* para a respectiva proteção de fluxos de caixas.

Nessa contratação, os benefícios esperados são: reduzir o risco financeiro associado a flutuações nos preços do gás natural, evitar oscilações no resultado financeiro dos instrumentos de *hedge*, proteger as margens da subsidiária, assim como, manter a previsibilidade em seus custos ou receitas, garantindo uma maior estabilidade nos resultados operacionais.

Receitas altamente prováveis em dólares americanos (Passivo de arrendamentos)

A subsidiária indireta TRSP adotou uma estratégia de *hedge accounting* para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de 20 anos, através de instrumentos de proteção não derivativos – passivo de arrendamento em dólares norte-americanos já contratado.

Rumo

Custo de investimento em ativo fixo

A subsidiária Rumo S.A contratou certos instrumentos derivativos para proteger determinados custos de investimento contratados para o período de 2023 e optou por atrelar os instrumentos as estruturas de *hedge* documentadas:

Em 31 dezembro de 2023 não houve parcela inefetiva reclassificada para o resultado. Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido das subsidiárias e a estimativa de realização no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

a) Composição

Instrumentos financeiros	Subsidiária	Risco	Unidade	Nocional	Valor justo 31/12/2023	Valor contábil em 31/12/2023
Futuro	Compass	BRENT	Barril	368.000	(2.843)	(2.843)
Passivo de arrendamento	Compass	Câmbio	BRL	1.548.942	(18.071)	(18.071)
Efeito no balanço				1.916.942	(20.914)	(20.914)

b) Movimentação

Instrumentos financeiros	Resultado financeiro líquido	Resultado abrangente do exercício ⁽ⁱ⁾	Ganhos ou (perdas) realizadas
Futuro (BRENT)	(9.785)	(2.843)	—
Futuro (JKM) ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	12.012
Passivo de arrendamento	—	(18.071)	—
NDF (Non deliverable forwards) ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	(2.280)
Em 31 de dezembro de 2023	(9.785)	(20.914)	9.732

- (i) Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos é de R\$7.110.
(ii) Operações liquidadas em dezembro de 2023.

5.7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, conseqüentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	2.790.623	3.085.227
Receita não-faturada ⁽ⁱ⁾	782.813	968.147
Mercado externo - moeda estrangeira	32.308	28.786
	3.605.744	4.082.160
Provisão para perdas de crédito esperadas	(161.108)	(154.618)
	3.444.636	3.927.542
Circulante	3.330.488	3.769.908
Não circulante	114.148	157.634
	3.444.636	3.927.542

- (i) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	3.181.795	3.514.756
Vencidas		
Até 30 dias	203.143	376.868
De 31 a 60 dias	48.968	40.389
De 61 a 90 dias	18.146	20.254
Mais de 90 dias	153.692	129.893

Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(161.108)	(154.618)
	3.444.636	3.927.542

As alterações nas perdas de crédito esperadas são as seguintes:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	(115.052)
Combinação de negócios	(31.923)
Adições/reversões	(28.463)
Variação cambial	(4.905)
Baixas	25.725
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(154.618)
Adições/reversões	(31.053)
Variação cambial	1.353
Baixas	23.210
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(161.108)

5.8. PARTES RELACIONADAS

Política contábil:

As operações envolvendo partes relacionadas foram realizadas conforme condições contratuais previamente acordadas. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	7.798	7.555	63.004	79.297
Rumo S.A.	6.214	3.045	—	—
Elevações Portuárias S.A.	10	—	21.633	5.424
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	5.722	3.418	—	—
Aguassanta Participações S.A.	88	2.184	88	2.184
Compass Gás e Energia S.A.	4.253	996	—	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	9.286	14.286
Vale S.A.	—	—	5.000	—
Norgás S.A.	—	—	8.976	—
Outros	121	7.269	452	6.512
	24.206	24.467	108.439	107.703
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	36.020	20.585	36.032	20.586
Cosan Oito S.A.	—	6.742	—	—
Cosan Nove Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	121.621	—	—
Cosan Dez Participações S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	111.659	111.659	—	—
Ligga S.A. ^(iv)	—	—	107.000	107.252
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	—	96.473	—	—
Outros	1.466	—	—	—
	149.145	357.080	143.032	127.838
Total do ativo circulante	173.351	381.547	251.471	235.541

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	—	—	—	47.731
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	36.952	43.810
			36.952	91.541
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	46.911	149.347	46.935	149.347
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	127.834	206.446	—	—
Outros	—	—	4.733	113
	174.745	355.793	51.668	149.460
Total do ativo não circulante	174.745	355.793	88.620	241.001
Recebíveis de partes relacionadas	348.096	737.340	340.091	476.542

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	4.099	6.208	232.713	296.051
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	—	—	10.500	—
Aguassanta Participações S.A.	—	—	984	6.419
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	1.065	1.855	—	—
Vale S.A.	—	—	4.000	—
Outros	6.065	3.038	39.542	20.569
	11.229	11.101	287.739	323.039
Operações financeiras e societárias				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	32.405	60.866	34.421	64.697
Cosan Overseas Limited	31.282	33.715	—	—
Cosan Luxembourg S.A. ^(v)	123.983	1.085.617	—	—
Outros	—	46.191	—	—
	187.670	1.226.389	34.421	64.697
Total do passivo circulante	198.899	1.237.490	322.160	387.736
Passivo não circulante				
Operações financeiras e societárias				
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	655.683	765.148	—	—
Cosan Luxembourg S.A. ^(v)	3.355.612	5.829.147	—	—
Cosan Overseas Limited ^(v)	2.437.595	2.627.112	—	—
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	1.078	—	1.078	—
Total do passivo não circulante	6.449.968	9.221.407	1.078	—
Pagáveis a partes relacionadas	6.648.867	10.458.897	323.238	387.736

- (i) Os ativos circulantes e não circulantes a receber da Raízen S.A e suas controladas são, substancialmente, créditos tributários que serão reembolsados à Companhia quando realizados. As ações preferenciais são usadas para a Raízen reembolsar a Cosan, com dividendos preferenciais, quando a perda operacional líquida é consumida na Raízen.

O passivo circulante representa reembolso à Raízen S.A. e suas controladas, relacionadas a despesas relacionadas a disputas judiciais liquidadas e outras responsabilidades, geradas antes da formação da joint venture, que são de responsabilidade da Cosan S.A.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato de assunção de direitos e obrigações entre a Companhia e a subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ("CLE") e transferidos ativos e passivos referentes ao negócio de combustíveis, da aquisição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. ("Esso") em

2008, que não foram contribuídos na formação da Raízen, fato que gerou incremento nas contas ativas e passivas de partes relacionadas da Companhia naquele exercício e que vem sendo movimentado na medida em que as transações são liquidadas. Essa transferência de ativos e passivos não geram impactos na posição consolidada da Companhia, tampouco nas informações por segmento.

- (iii) Os montantes em destaque referem-se aos gastos incorridos pela Cosan S.A. no processo de emissão de ações preferenciais da Cosan Nove e Cosan Dez, enquanto estavam em processo de constituição, e que serão reembolsados por essas entidades.
- (iv) Adiantamento para futuro aumento de capital.
- (v) Estas operações servem como meio de transferência de recursos da Companhia para as subsidiárias, estas que são as titulares dos *Senior Notes* e que são responsáveis por honrar suas obrigações. Os acréscimos observados nestes saldos passivos referem-se à constituição de mútuo decorrente da transferência da dívida do *Senior Notes due 2029* e variação cambial, que incidiu sobre as operações de Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) que temos hoje entre a Companhia e as subsidiárias Cosan Lux e Cosan Overseas Limited (“Cosan Overseas”).

b) Transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	—	—	974.612	908.588
Elevações Portuárias S.A.	—	—	15.434	—
Vale S.A.	—	—	56.000	—
Outros	—	—	—	6.910
	—	—	1.046.046	915.498
Compra de produtos / insumos / serviços				
Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	—	—	(2.251.896)	(2.528.022)
Elevações Portuárias S.A.	—	—	(16.536)	—
Vale S.A.	—	—	(52.000)	—
Terminal Marítimo do Guarujá S.A.	—	—	(74.785)	—
	—	—	(2.395.217)	(2.528.022)
Receitas (despesas) compartilhadas				
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	(176)	(1.425)	—	—
Compass Gás e Energia S.A.	10.908	6.001	—	—
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	5.275	3.816	—	—
Elevações Portuárias S.A.	—	—	(753)	—
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	—	280	—	—
Raízen S.A.	(4.887)	(1.701)	(83.054)	(68.120)
Rumo S.A.	6.195	4.365	—	—
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	129	138	—	—
Outros	56	—	(2)	96
	17.500	11.474	(83.809)	(68.024)
Resultado financeiro				
Cosan Luxembourg S.A.	(269.661)	102.283	—	—
Cosan Overseas Limited	(14.199)	(28.818)	—	—
Raízen S.A.	—	(106)	—	(106)
Aldwych Temple VentureCapital Limited	46.191	2.472	—	—
Outros	—	12	—	(92)
	(237.669)	75.843	—	(198)
Total	(220.169)	87.317	(1.432.980)	(1.680.746)

- (i) O montante está relacionado a compra de combustíveis e prestação de serviço de transporte logístico pela subsidiária Rumo.

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseado em ações. Em 27 de abril de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. Apresentamos a seguir o resultado da Controladora em 31 de dezembro de 2023, conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	44.465	38.227
Transações com pagamentos baseados em ações	73.513	59.015
Benefícios pós-emprego	532	464
	<u>118.510</u>	<u>97.706</u>

5.9. FORNECEDORES

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas entre 30 e 45 dias do reconhecimento.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores de materiais e serviços	2.431	115.146	3.110.114	2.923.486
Fornecedores de gás ⁽ⁱ⁾ /transportes e logística	—	—	1.074.411	1.456.365
	<u>2.431</u>	<u>115.146</u>	<u>4.184.525</u>	<u>4.379.851</u>
Circulante	2.431	115.146	3.920.273	4.318.362
Não circulante	—	—	264.252	61.489
Total	<u>2.431</u>	<u>115.146</u>	<u>4.184.525</u>	<u>4.379.851</u>

- (i) O saldo em aberto de fornecimento de gás natural refere-se, principalmente aos contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”).

As quantias escrituradas de fornecedores e outras contas a pagar são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo.

5.10. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pelas agências reguladoras, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras.

No caso das distribuidoras reguladas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (“ARSESP”), conforme disposto na deliberação nº 1010 da ARSESP, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados as distribuidoras ou devolvidos aos usuários no encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pelas distribuidoras, mas que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com o advento da referida deliberação, as subsidiárias Comgás e Necta entendem não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras.

Contudo, para as demais distribuidoras que operam nos outros estados do País o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais somente serão registrados após a deliberação do órgão regulador.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	558.310	(1.372.283)	(813.973)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	(466.743)	—	(466.743)
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾	—	16.876	16.876
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	80.996	(120.804)	(39.808)
Diferimento do IGP-M ^(iv)	110.013	—	110.013
Combinação de negócios	59.757	(140.405)	(80.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	342.333	(1.616.616)	(1.274.283)
Custo do gás ^{(i) (v)}	27.954	—	27.954
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾	12.425	(47.144)	(34.719)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	49.098	(146.938)	(97.840)
Diferimento do IGP-M ^(iv)	116.890	—	116.890

Saldo em 31 de dezembro de 2023	548.700	(1.810.698)	(1.261.998)
Circulante	207.005	(70.013)	136.992
Não circulante	341.695	(1.740.685)	(1.398.990)
Total	548.700	(1.810.698)	(1.261.998)

- (i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes.
- (ii) Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício, conforme deliberação nº 1.359 de 10 de dezembro de 2022.
- (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.
- (iv) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial, reconhecidas no ativo não circulante, conforme deliberação nº 1.162 de 26 de maio de 2021 e 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021.
- (v) Inclui os efeitos de R\$34.193 em 30 de junho de 2023, R\$75.158 em 26 de setembro de 2023 e R\$68.063 em 24 de novembro de 2023, referentes aos valores redistribuídos aos consumidores.

Diante da audiência pública realizada pela ARSESP no dia 9 de janeiro de 2023, relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases, as subsidiárias e representantes do setor apresentaram importantes contribuições a serem consideradas pela agência durante o período de análise. Conforme a deliberação nº 1.491 de 24 de janeiro de 2024, a disponibilização do Relatório Circunstanciado referente às contribuições recebidas ficou prorrogada em até 120 dias, a contar do dia subsequente a data final da prorrogação anterior, ou seja, de 27 de janeiro de 2024. Dessa forma, até que se concluam as análises dessas contribuições por parte da agência reguladora, o tema segue em aberto e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessa demonstração financeira.

5.11. MENSURAÇÃO DE VALOR JUSTO

Política contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados;

- ii. para *swaps* usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
- iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. As técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. uso de preços de mercado cotados;
- ii. valor justo é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de juros construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para

esse fim ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e de sua contraparte; este é calculado com base nos spreads de crédito derivados do swap de inadimplência de crédito atual; e

- iii. para outros instrumentos financeiros, analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas de valor justo resultantes são incluídas no nível 2, exceto para uma contraprestação contingente a pagar em que os valores justos foram determinados com base nos valores presentes e as taxas de desconto utilizadas foram ajustadas para o risco de contraparte ou de crédito próprio.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos consolidados são os seguintes:

	Nota	Valor contábil		Valor justo dos ativos e passivos					
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023			31/12/2022		
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos									
Aplicações em fundos de investimento	5.2	3.298.142	1.304.332	—	3.298.142	—	—	1.304.332	—
Títulos e valores mobiliários	5.3	3.503.961	22.099.766	—	3.503.961	—	19.586.193	2.513.573	—
Outros ativos financeiros		3.113	89.238	3.113	—	—	89.238	—	—
Propriedades para investimentos ⁽ⁱ⁾	11.5	15.976.126	14.103.060	—	—	15.976.126	—	—	14.103.060
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	2.546.799	4.151.752	—	2.546.799	—	—	4.151.752	—
Total		25.328.141	41.748.148	3.113	9.348.902	15.976.126	19.675.431	7.969.657	14.103.060
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e Debêntures ⁽ⁱⁱ⁾	5.4	(56.904.654)	(52.987.216)	—	(22.952.492)	—	—	(31.367.019)	—
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(3.415.145)	(5.290.932)	—	(3.415.145)	—	—	(5.290.932)	—
Total		(60.319.799)	(58.278.148)	—	(26.367.637)	—	—	(36.657.951)	—

- (i) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade), e em certa medida baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”). As taxas de desconto utilizadas variam entre 11,12% a.a. e 11,20% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (11,20% a 13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Para as avaliações a valor justo das propriedades para investimento nos períodos intercalares às avaliações anuais, a administração considera as tendências regionais de mercado apresentadas pelo relatório S&P Global Commodity Insights para o mercado imobiliário rural brasileiro. Caso a Administração acredite razoavelmente que os valores das propriedades mudaram de forma diferente da variação pelo relatório S&P Global Commodity Insights, com base em seu entendimento das condições atuais de mercado e evidências de propostas recebidas pelos ativos, ponderações poderão ser realizados para determinação do valor justo de mercado das propriedades.

- (ii) O valor justo dos empréstimos da Companhia não difere significativamente do seu valor contábil exceto pelas dívidas que estão designada ao valor justo por meio do resultado.

Para as dívidas que possuem valor de mercado cotado na Bolsa de Valores de Luxemburgo a mensuração do valor justo se baseia no preço de mercado cotado da seguinte forma:

Dívida	Empresa	31/12/2023	31/12/2022
Sênior Notes 2028	Rumo Luxembourg S.à r.l.	96,41%	95,04%
Sênior Notes 2032	Rumo Luxembourg S.à r.l.	85,65%	80,36%
Sênior Notes 2027	Cosan Luxembourg S.A.	100,92%	100,92%

5.12. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explana a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição	Mensuração	Gestão
Risco de mercado – câmbio	i. Transações comerciais futuras. ii. Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	i. Fluxo de caixa futuro. ii. Análise de sensibilidade.	Moeda estrangeira.
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	Análise de sensibilidade	Swap de taxa de juros.
Risco de mercado – preço	i. Transações comerciais futuras. ii. Investimento em valores mobiliários.	i. Fluxo de caixa projetado ii. Análise de sensibilidade	i. Preço futuro de energia elétrica (compra e venda). ii. Derivativo de proteção para valorização e desvalorização das ações.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas, dividendos e propriedades para investimentos.	i. Análise por vencimento. ii. Ratings de crédito.	Disponibilidades e linhas de crédito.
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro.	Disponibilidades e linhas de crédito.

A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem

áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as que possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os créditos de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes definidas pelo Comitê de Gestão de Riscos. Geralmente, a Companhia busca aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

(i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, euros, iene e libra esterlina:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	284.956	1.138.948
Fornecedores	(441.768)	(97.259)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.861.084)	(13.698.102)
Arrendamentos	(1.627.104)	(94.716)
Contraprestação a pagar	(203.094)	(223.960)
Instrumentos financeiros derivativos	14.182.102	7.728.609
Exposição cambial, líquida	(12.665.992)	(5.246.480)

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, efetuadas por terceiro especializado, no vencimento das transações para as empresas com moeda funcional reais (positiva e negativa, antes dos efeitos fiscais),

conforme segue:

Instrumento	Risco	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa cambial	43.130	116.704	190.278	(30.445)	(104.019)
Contas a receber de clientes	Baixa cambial	252	2.234	4.217	(1.731)	(3.713)
Fornecedores	Alta cambial	(32)	(285)	(538)	221	473
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa cambial	1.637.844	7.019.308	11.124.823	(1.168.664)	(5.211.482)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	(3.156.486)	(7.857.863)	(13.541.119)	3.606.358	9.319.729
Arrendamentos	Alta cambial	(1.602.279)	(2.022.389)	(2.442.499)	(1.182.168)	(500.436)
Contraprestação a pagar	Alta cambial	(6.658)	(14.979)	(23.301)	1.664	9.986
Impactos no resultado antes dos impostos		(3.084.229)	(2.757.270)	(4.688.139)	1.225.235	3.510.538

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, efetuadas por terceiro especializado, no vencimento das transações para as empresas com moeda funcional reais (positiva e negativa, antes dos efeitos fiscais), conforme segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio					
	31/12/2023	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	4,8413	5,0000	6,2500	7,5000	3,7500	2,5000
Euro	5,3516	5,6500	7,0625	8,4750	4,2375	2,8250
GBP	6,1586	6,5000	8,1250	9,7500	4,8750	3,2500
JPY	0,0342	0,0379	0,0473	0,0568	0,0284	0,0189

(ii) Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	1.341.723	1.677.154	2.012.584	1.006.292	670.861
Títulos e valores mobiliários	301.620	377.026	452.431	226.215	150.810
Caixa restrito	20.131	25.164	30.197	15.098	10.066
Arrendamento e concessão parcelados	(107.615)	(134.519)	(161.422)	(80.711)	(53.807)
Passivos de arrendamento	(441.671)	(442.081)	(442.493)	(441.262)	(440.855)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.928.668)	1.463.062	1.184.732	1.171.704	2.301.380
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.031.467)	(3.271.263)	(3.793.309)	(2.227.171)	(1.705.125)
Outros passivos financeiros	(39.589)	(48.132)	(56.674)	(31.046)	(22.504)
Impactos no resultado antes dos impostos	(2.885.536)	(353.589)	(773.954)	(360.881)	910.826

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil ("BACEN"), como segue:

	Provável	Cenários			
		25%	50%	(25%)	(50%)
SELIC	10,08%	12,60%	15,13%	7,56%	5,04%
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	7,20%	8,75%	10,30%	5,65%	4,10%
TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	4,65%	3,10%
IPCA	3,85%	4,82%	5,78%	2,89%	1,93%
IGPM	3,34%	4,17%	5,01%	2,50%	1,67%
Fed Funds	4,25%	5,31%	6,38%	3,19%	2,13%
SOFR	4,20%	5,25%	6,30%	3,15%	2,10%

(iii) Risco de preço

• Gás Natural

As operações com derivativos de gás natural foram transacionadas com contrapartes bancárias e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço. Nossas posições em aberto em derivativos de gás natural são:

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
Derivativos de Brent – opções	Variação no preço U.S.\$ / bbl	7.375	9.216	11.067	5.527	3.689

• Opções

Utilizamos instrumentos financeiros derivativos ora chamados opções para limitar a nossa exposição as variações do valor das ações de Vale objeto de opção de compra. A metodologia empregada e amplamente aceita para calcular o valor justo das opções é baseada no modelo de precificação de Black & Scholes. Os valores calculados na análise de sensibilidade da estrutura mencionada refletem os impactos dos valores intrínsecos das opções conforme valorização ou desvalorização das ações.

Instrumento	Participação	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
VALE3 (Collar) ⁽ⁱ⁾	2,20%	7.788.856	8.158.058	8.434.888	7.361.797	7.006.051
VALE3 (Call Spread)	1,60%	563.903	826.670	1.004.452	272.147	72.611

(i) Conforme mencionado na nota 1.1 (c) dos 100% dos derivativos Collar foram liquidados em abril de 2024.

• Total Return Swap (TRS)

Estamos expostos a riscos atrelados aos preços de ações da CSAN3. Com o objetivo de mitigar tais exposições foram contratados derivativos de swap de retorno total de 96.185.412 ações da CSAN3 nos quais a Companhia recebe a variação do preço da ação e proventos na ponta ativa e paga CDI + 1,65% na ponta passiva.

A análise de sensibilidade considera o preço de fechamento das ações conforme demonstrado abaixo:

Cenários

Instrumento	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Valor do investimento	41.557	470.525	941.049	(470.525)	(941.049)
Valor da ação (CSAN3)	19,36	24,20	29,04	14,52	9,68

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	14.658.481	13.301.716
Contas a receber de clientes	3.444.636	3.927.542
Títulos e valores mobiliários	3.503.961	2.513.574
Caixa restrito	203.252	139.933
Instrumentos financeiros derivativos	2.546.799	4.151.752
Recebíveis de partes relacionadas	340.091	476.542
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	255.777	161.147
Outros ativos financeiros	3.113	89.238
	24.956.110	24.761.444

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos e outros investimentos em bancos. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia.

O risco de crédito das contas a receber de arrendamentos é classificado em duas categorias de clientes: (i) Nível 1 e (ii) Nível 2. A maioria das propriedades para investimento das subsidiárias são arrendadas a clientes classificados no Nível 1, sem histórico de atrasos no pagamento ou inadimplência e com uma situação financeira sólida. Para mitigar o risco de crédito relacionado aos recebíveis de arrendamentos, a política da Companhia limita ao mínimo sua exposição a clientes do Nível 2. Para as contas a receber relacionadas com a venda de propriedades para investimento, o risco é mitigado pela concessão da posse de terrenos ao cliente apenas quando o pagamento de um sinal pela transação é recebido. Além disso, o título de propriedade é transferido somente mediante o recebimento integral dos pagamentos em aberto.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
AAA	20.475.536	16.769.858
AA	172.871	3.133.455
A	124.932	138.478
Not rated	139.154	65.184
	20.912.493	20.106.975

c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023				31/12/2022	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.504.188)	(5.300.723)	(23.711.254)	(33.419.306)	(67.935.471)	(63.200.127)
Fornecedores	(3.920.273)	(264.252)	—	—	(4.184.525)	(4.379.851)
Outros passivos financeiros	(476.895)	—	—	—	(476.895)	(924.562)
Parcelamento de débitos tributários	(53.210)	(1.505)	(1.810)	(160.742)	(217.267)	(208.760)
Passivos de arrendamento	(658.131)	(818.888)	(1.233.690)	(18.164.132)	(20.874.841)	(16.436.839)
Arrendamento e concessão parcelados	(266.814)	(291.161)	(579.320)	—	(1.137.295)	(1.137.173)
Pagáveis a partes relacionadas	(322.160)	—	—	—	(322.160)	(387.736)
Dividendos a pagar	(549.054)	—	—	—	(549.054)	(892.006)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.149.524)	(1.327.485)	(3.146.345)	1.705.459	(4.917.895)	(84.126)
	(13.900.249)	(8.004.014)	(28.672.419)	(50.038.721)	(100.615.403)	(87.651.180)

d) Risco de gestão de capital

O grupo administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital principalmente através do índice de alavancagem, calculado como dívida líquida sobre EBITDA. A política do grupo é manter esse índice em até 3,3x, o qual representa o menor *ratio* de *covenants* dos componentes do grupo.

A política da Companhia é manter uma base de capital sólida para promover a confiança de suas controladoras, dos seus credores e do mercado, e para assegurar o desenvolvimento futuro do negócio.

Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital do Grupo, entre outras coisas, visa assegurar o cumprimento dos compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos que definem os requisitos de estrutura de capital.

6. OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	3.699	3.699	487.160	975.878
PIS	—	—	110.904	350.867
Créditos tributários	33.639	31.774	33.639	31.774
ICMS	—	—	924.180	845.450
ICMS CIAP	—	—	189.813	118.809
Outros	4.647	4.667	132.863	76.348
	41.985	40.140	1.878.559	2.399.126
Circulante	8.346	8.366	745.856	1.324.203
Não circulante	33.639	31.774	1.132.703	1.074.923
Total	41.985	40.140	1.878.559	2.399.126

7. ESTOQUES

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda). O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende materiais diretos, mão-de-obra direta e uma proporção adequada de despesas gerais variáveis e fixas, sendo as últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque com base nos custos médios ponderados.

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	1.254.818	1.504.134
Peças e acessórios	178.260	168.777
Materiais para construção	316.370	152.789
Almoxarifado e outros	43.266	43.359
	1.792.714	1.869.059

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 78.709 em 31 de dezembro 2023 (R\$ 38.747 em 31 de dezembro de 2022).

8. ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Política contábil:

A Companhia classifica os ativos não circulantes e grupos para alienação como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados principalmente por meio de uma transação de venda e não por meio de uso contínuo. Ativos não circulantes e grupos para alienação classificados como mantidos para venda (exceto propriedades para investimento mensuradas ao valor justo) são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Os custos de venda são os custos incrementais diretamente atribuíveis à alienação de um ativo (grupo de alienação), excluindo despesas financeiras e despesas de imposto de renda.

O critério para classificação de mantidos para venda é considerado atendido somente quando a venda for altamente provável e o ativo ou grupo para alienação estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. As ações necessárias para concluir a venda devem indicar que é improvável que mudanças significativas na venda sejam feitas ou que a decisão de venda seja retirada. A administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo e espera-se que a venda seja concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial.

a) Ativos mantidos para venda:

	Propriedades mantidas para venda	Outros ativos mantidos para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	—	—	—
Combinação de negócios	268.385	—	268.385
Transferências	322.430	—	322.430
Venda de propriedades agrícolas destinadas a venda	(550.432)	—	(550.432)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	40.383	—	40.383
Adições	—	1.795.773	1.795.773
Transferências ⁽ⁱ⁾	444.782	—	444.782
Venda de propriedades agrícolas destinadas a venda	(142.773)	—	(142.773)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	342.392	1.795.773	2.138.165

- (i) Transferências oriundas do grupo de propriedades para investimento conforme nota 11.5, decorrente das propostas de venda das Fazendas Grão de Ouro e Dourados (Tellus Brasil Participações S.A.); Fazenda Santa Rita Cana (Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.); Gleba Macaé (Radar II Propriedades Agrícolas S.A.).

Adições de Outros ativos mantidos para venda

Conforme mencionado na nota explicativa 2 os saldos correspondentes ao balanço patrimonial da Norgás e TUP Porto São Luis S.A foram reclassificados para rubrica de ativo e passivo mantido para venda, conforme abaixo:

	Norgás	TUP Porto São Luis S.A	Total
Caixa e equivalentes de caixa	—	48.231	48.231
Outros tributos a recuperar	—	3.030	3.030
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	18.646	—	18.646
Investimentos em subsidiárias e associadas	892.854	—	892.854
Imobilizado	—	395.757	395.757
Intangível	—	437.220	437.220
Outros ativos	—	35	35
Total	911.500	884.273	1.795.773

O saldo de R\$2.998 na controladora é composto por contas a receber de partes relacionadas com o TUP Porto São Luis S.A.

b) Passivos mantidos para venda:

	Norgás	TUP Porto São Luis S.A	Total
Fornecedores	—	17.248	17.248
Ordenados e salários a pagar	—	1.828	1.828
Outros passivos	—	456	456
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152.255	66.606	218.861
Total	152.255	86.138	238.393

c) Resultado de operação descontinuada:

Conforme mencionado na nota explicativa 2 os saldos correspondentes a demonstrações do resultado da Norgás foram reclassificados para a rubrica de resultado de operações descontinuada, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Equivalência patrimonial	15.654	17.180	45.419	49.846
Acionistas controladores	15.654	17.180	23.164	25.421
Acionistas não controladores	—	—	22.255	24.425

Reclassificação de saldo comparativo:

	Controladora		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	(162.865)	—	(162.865)
Equivalência patrimonial em associadas	3.926.759	(17.180)	3.909.579

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(333.622)	—	(333.622)
Resultado de equivalência patrimonial	3.593.137	(17.180)	3.575.957
Resultado financeiro líquido	(3.342.443)	—	(3.342.443)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	87.829	(17.180)	70.649
Imposto de renda e contribuição social	1.088.203	—	1.088.203
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	1.176.032	(17.180)	1.158.852
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	—	17.180	17.180
Lucro líquido do exercício	1.176.032	—	1.176.032

	Consolidado		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	7.483.843	—	7.483.843
Equivalência patrimonial em associadas	468.743	(49.846)	418.897
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(92.179)	—	(92.179)
Resultado de equivalência patrimonial	376.564	(49.846)	326.718
Resultado financeiro líquido	(5.157.936)	—	(5.157.936)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.702.471	(49.846)	2.652.625
Imposto de renda e contribuição social	118.404	—	118.404
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	2.820.875	(49.846)	2.771.029
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos	—	49.846	49.846
Lucro líquido do exercício	2.820.875	—	2.820.875

d) Reclassificação do saldo comparativo do fluxo de caixa:

	Controladora		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	87.829	(17.180)	70.649
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(3.926.759)	17.180	(3.909.579)
Demais itens de atividades operacionais	3.391.360	—	3.391.360
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(447.570)	—	(447.570)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(5.653.626)	—	(5.653.626)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	5.923.951	—	5.923.951
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa	(177.245)	—	(177.245)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.718.077	—	1.718.077
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(192.371)	—	(192.371)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.348.461	—	1.348.461

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado		
	31/12/2022 (Originalmente apresentado)	Reclassificação	31/12/2022 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.702.471	(49.846)	2.652.625
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	(468.743)	49.846	(418.897)
Demais itens de atividades operacionais	7.738.504	—	7.738.504
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	9.972.232	—	9.972.232
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	323.096	(44.969)	278.127
Operação descontinuada	—	44.969	44.969
Demais itens de atividades de investimentos	(21.068.877)	—	(21.068.877)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(20.745.781)	—	(20.745.781)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	8.305.476	—	8.305.476
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa	(2.468.073)	—	(2.468.073)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.174.130	—	16.174.130
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(404.341)	—	(404.341)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.301.716	—	13.301.716

9. INVESTIMENTO EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

9.1. INVESTIMENTO EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Política contábil:

i. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidadas quando o controle deixar de existir.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, consideramos todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

ii. **Associadas**

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, associadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

iii. **Investimentos em coligadas com influência significativa**

Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Se o investidor detém direta ou indiretamente menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. Para os investimentos com participação inferior a

vinte por cento a companhia realiza as devidas avaliações para determinar se possui influência significativa.

As participações nos investimentos com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*).

Ganhos não realizados decorrentes de transações com investimentos registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As subsidiárias e associadas da Companhia estão listadas abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Participação direta e indireta em subsidiária, excluindo ações em tesouraria		
Corporativo		
Cosan Corretora de Seguros Ltda	100,00%	100,00%
Cosan Nove Participações S.A.	73,09%	73,09%
Cosan Luxembourg S.A. ⁽ⁱ⁾	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	97,50%	97,50%
Barrapar Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Aldwych Temple	100,00%	100,00%
Vale S.A. ^(vi)	4,90%	—
Cosan Oito S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Atlântico Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Sinlog Tecnologia em Logística S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	—	57,48%
Cosan Dez Participações S.A.	76,80%	76,80%
Radar		
Radar Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Nova Amaralina S.A Propriedades Agrícolas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Terras da Ponta Alta S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	50,00%	50,00%
Tellus Brasil Participações S.A. ^(iv)	20,00%	20,00%
Janus Brasil Participações S.A. ^(iv)	20,00%	20,00%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A. ^(iv)	20,00%	20,00%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A. ^(iv)	20,00%	20,00%
Moove		
Moove Lubricants Holdings	70,00%	70,00%
Rumo		
Rumo S.A. ^(v)	30,42%	30,35%

- (i) Apesar de apresentar em 31 de dezembro de 2023 um valor de passivo a descoberto de R\$146.276, conforme demonstrado a seguir, não foram identificados outros eventos ou condições que, de forma individual ou coletiva, possam levantar dúvidas relevantes quanto à capacidade de manutenção de sua continuidade operacional. As subsidiárias contam com apoio financeiro da Companhia.
- (ii) Venda de participação concluída em 02 de maio de 2023, pelo montante de R\$ 45.000.
- (iii) A Companhia é acionista majoritária, detentora de 50% do capital social mais uma ação.
- (iv) A Companhia detém mais de 60,00% das ações com direito a voto de cada entidade, tem poder de decisão sobre as atividades relevantes de cada entidade e tem o direito de nomear a maioria dos membros do conselho de administração de cada entidade nos termos a um acordo paras social celebrado com alguns outros acionistas destas entidades.
- (v) A Companhia é a maior acionista. Além disso, a Companhia tem poder de decisão sobre as atividades relevantes desta entidade e tem o direito de nomear a maioria dos membros do conselho de administração conforme o acordo de acionistas celebrado com alguns outros acionistas da entidade.
- (vi) A partir de 30 de novembro de 2023, a Companhia passou a deter influência significativa na Vale S.A conforme explicado na nota 1.1, reconhecendo equivalência patrimonial sob o seu patrimônio líquido por meio da Cosan Oito. O valor de 4,9% refere-se ao percentual de participação excluindo ações em tesouraria para cálculo de equivalência patrimonial e recebimento de dividendos.

A seguir estão os investimentos em subsidiárias e coligadas em 31 de dezembro de 2023, que são relevantes para a Companhia:

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Benefício econômico (%)
Corporativo				
Cosan Corretora de Seguros Ltda	5.000	4.999	100,00%	100,00%
Cosan Nove Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	7.663.761.735	5.601.178.095	73,09%	66,16%
Cosan Luxembourg S.A.	500.010	500.010	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	4.850.000	4.850.000	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	41.481.296	41.481.046	100,00%	100,00%
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	160.000	156.000	97,50%	97,50%
Cosan Oito S.A.	8.194.005.000	8.194.005.000	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	300	300	100,00%	100,00%
Atlântico Participações Ltda.	928.005.000	928.004.997	100,00%	100,00%
Cosan Dez Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	3.473.458.687	2.667.494.858	76,80%	72,00%
Radar				
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	737.500	305.694	41,45%	41,45%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.111	50,00%	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	66.607.405	41,45%	41,45%
Nova Amaralina S.A Propriedades Agrícolas	30.603.159	12.685.010	41,45%	41,45%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	32.336.994	13.403.684	41,45%	41,45%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	6.659.494	41,45%	41,45%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.938	34.756.214	41,45%	41,45%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	128.977.921	53.461.349	41,45%	41,45%
Paineira Propriedade Agrícolas S.A.	132.667.061	54.990.497	41,45%	41,45%
Tellus Brasil Participações S.A.	119.063.044	71.609.945	60,14%	19,57%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Janus Brasil Participações S.A.	286.370.051	173.464.883	60,57%	19,57%
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	3.573.842	2.163.979	60,55%	19,57%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	12.912.970	7.819.194	60,55%	19,57%
Moove				
Moove Lubricants Holdings	34.963.764	24.474.635	70,00%	70,00%
Rumo				
Rumo S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	1.854.868.949	562.529.490	30,42%	30,42%

- (i) A participação relacionada a benefício econômico se diferencia da participação societária exclusivamente por conta de distribuição de dividendos conforme nota explicativa 1.1.
- (ii) Em 19 de julho de 2023 a subsidiária Rumo S.A. e a subsidiária indireta Rumo Malha Norte convocaram suas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias – AGEs, aprovando os atos societários relativos à Reorganização Societária, conforme comunicado pela Rumo S.A ao mercado nas datas de 20 de abril, 02 de junho e 19 de junho de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Operação descontinuada	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento (redução) de capital	Ganho (perda) com aumento de capital em subsidiária	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Dividendos a receber (ii)
Rumo											
Rumo S.A.	4.613.248	218.623	—	6.323	(391)	(51.986)	3.984	—	(23.335)	4.766.466	51.986
Corporativo											
Cosan Corretora de Seguros Ltda	244	1.013	—	—	—	—	—	—	—	1.257	—
Cosan Nove Participações S.A.	7.153.764	661.434	—	—	(39.996)	(88.496)	121.621	(32.732)	35.183	7.810.778	—
Cosan Dez Participações S.A.	4.311.213	825.074	15.654	—	1.502	33.456	5	—	(7.740)	5.179.164	11.717
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	1.486	(34)	—	—	—	—	—	—	—	1.452	—
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	346	(68)	—	—	—	—	—	—	—	278	—
Outros	73.565	(45.030)	—	—	(1.055)	—	—	—	(2.368)	25.112	—
Cosan Oito S.A.	8.258.622	(346.359)	—	—	11.230	(246.384)	2.716.500	—	(17.326)	10.376.283	—
Atlântico Participações Ltda	911.342	(8.921)	—	—	—	—	—	—	—	902.421	190
Cosan Global	128.868	(9.513)	—	—	—	—	—	—	—	119.355	—
Sinlog Tecnologia em Logística S.A. (i)	20.155	(2.661)	—	—	—	—	—	12.622	(30.116)	—	—
Radar											
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	943.255	174.346	—	—	—	37.831	(1.902)	—	—	1.153.530	8.199
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	222.967	4.331	—	—	—	(4.677)	(7.275)	—	—	215.346	—
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	390.615	35.196	—	—	—	16.010	—	—	—	441.821	1.960
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	31.504	(3.141)	—	—	—	(415)	—	—	—	27.948	1.712
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	192.332	12.971	—	—	—	14.881	—	—	—	220.184	—
Terras da Ponte Alta S.A.	81.292	14.440	—	—	—	(3.610)	—	—	—	92.122	11.072
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	169.216	40.115	—	—	—	1.404	—	—	—	210.735	4.433
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	170.613	40.163	—	—	—	19	(1.151)	—	—	209.644	2.694
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	251.370	52.944	—	—	—	27.139	—	—	—	331.453	4.863
Tellus Brasil Participações S.A.	634.068	138.418	—	—	—	(9.970)	(4.526)	—	16.847	774.837	—
Janus Brasil Participações S.A.	884.053	227.451	—	—	—	(18.407)	—	—	29.595	1.122.692	—
Duquetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	18.740	6.441	—	—	—	(7.458)	—	—	(2)	17.721	—
Gamioapar Empreendimentos e Participações S.A.	122.561	4.731	—	—	—	(11.654)	(1.231)	—	(71)	114.336	—
Moove											
Moove Lubricants Holdings	1.644.170	193.618	—	—	(183.732)	(35.808)	—	—	7.968	1.626.216	368
Outros	762	290	—	—	(57)	(368)	—	—	—	627	—
Total investimento em associadas	31.230.371	2.235.872	15.654	6.323	(212.499)	(348.493)	2.826.025	(20.110)	8.635	35.741.778	99.194
Corporativo											
Cosan Luxembourg S.A.	(146.473)	197	—	—	—	—	—	—	—	(146.276)	—
Total investimento passivo descoberto	(146.473)	197	—	—	—	—	—	—	—	(146.276)	—
Total	31.083.898	2.236.069	15.654	6.323	(212.499)	(348.493)	2.826.025	(20.110)	8.635	35.595.502	99.194

- (i) Em 10 de março de 2023, houve a transferência da Sinlog Tecnologia em Logística S.A. para ativos mantidos à venda, e conseqüentemente a sua venda definitiva conforme detalhado na nota explicativa 2.
- (ii) Dividendos a receber pela Cosan S.A de suas subsidiárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento de capital	Reclassificação de investimento	Acervo contribuído	Compra vantajosa	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Dividendos a receber (ii)
Rumo														
Rumo S.A.	4.490.787	156.420	—	1.344	1.837	(37.140)	—	—	—	—	—	—	4.613.248	37.131
Corporativo														
Compass Gás e Energia	—												—	—
Cosan Corretora de Seguros Ltda	—	239	—	—	—	—	5	—	—	—	—	—	244	—
Cosan Nove Participações S.A.	—	142.169	—	1.416.657	27.530	(33.765)	—	—	5.601.173	—	—	—	7.153.764	33.765
Cosan Dez Participações S.A.	—	32.154	17.180	2.558.635	16.882	(11.717)	138.933	—	1.559.146	—	—	—	4.311.213	48.745
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	879	(93)	—	—	—	—	700	—	—	—	—	—	1.486	—
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	555	(209)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	346	—
Outros	68.768	1.871	—	—	1.959	—	—	—	—	—	—	1.729	74.327	—
Cosan Oito S.A.	—	522.783	—	—	—	(124.161)	7.860.000	—	—	—	—	—	8.258.622	124.161
Atlântico Participações Ltda	433.615	(1.497)	—	—	—	—	479.224	—	—	—	—	—	911.342	190
Cosan Global	137.527	(8.659)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	128.868	—
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	17.052	(12.318)	—	9.339	—	—	6.082	—	—	—	—	—	20.155	—
Radar														
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	—	246.698	—	—	108	(60.482)	—	756.931	—	—	—	—	943.255	85.517
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	—	34.002	—	—	—	(9.614)	—	198.579	—	—	—	—	222.967	11.797
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	—	97.035	—	—	—	(25.459)	—	319.039	—	—	—	—	390.615	30.069
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	—	8.000	—	—	—	(1.981)	—	25.485	—	—	—	—	31.504	1.981
Nova Amaralina S.A.	—	53.686	—	—	—	(14.098)	—	152.744	—	—	—	—	192.332	19.358
Propriedades Agrícolas Terras da Ponte Alta S.A.	—	39.890	—	—	—	(8.907)	—	50.309	—	—	—	—	81.292	8.990
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	—	58.604	—	—	—	(15.790)	—	126.402	—	—	—	—	169.216	13.028
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	—	46.793	—	—	—	(13.259)	—	137.079	—	—	—	—	170.613	12.347
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	—	77.819	—	—	—	(25.776)	—	199.327	—	—	—	—	251.370	40.831
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	2.119.143	107.133	—	—	11.035	(132.885)	—	(2.104.426)	—	—	—	—	—	—
Tellus Brasil Participações S.A.	142.795	99.855	—	—	—	(26.410)	—	58.806	—	37.578	363.211	(41.767)	634.068	5.086
Janus Brasil	183.356	126.508	—	—	—	(122.661)	—	79.725	—	49.224	567.901	—	884.053	—

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Participações S.A. Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	—	1.453	—	—	—	—	—	—	—	1.798	10.022	5.467	18.740	—
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	—	9.020	—	—	—	—	—	—	—	10.741	66.500	36.300	122.561	—
Payly Soluções de Pagamentos S.A.	9.607	(3.748)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(5.859)	—	—
Moove														
Moove Lubricants Holdings	1.600.170	340.621	—	—	11.801	(308.422)	—	—	—	—	—	—	1.644.170	136.460
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Compass														
Compass Gás e Energia	5.583.215	1.523.381	—	(891)	(11.688)	(1.437.213)	—	—	(5.656.804)	—	—	—	—	—
Total investimento em associadas	14.787.469	3.699.610	17.180	3.985.084	59.464	(2.409.740)	8.484.944	—	1.503.515	99.341	1.007.634	(4.130)	31.230.371	609.456
Corporativo														
Cosan Luxembourg S.A.	(356.442)	209.969	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(146.473)	—
Total investimento passivo descoberto	(356.442)	209.969	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(146.473)	—
Total	14.431.027	3.909.579	17.180	3.985.084	59.464	(2.409.740)	8.484.944	—	1.503.515	99.341	1.007.634	(4.130)	31.083.898	609.456

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023				Saldo em 31 de dezembro de 2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício
Rumo								
Rumo S.A.	49.238.439	(33.367.447)	15.870.992	721.915	45.951.748	(30.541.294)	15.410.454	514.022
Corporativo								
Cosan Corretora de Seguros Ltda	1.475	(218)	1.257	1.013	245	(2)	243	239
Cosan Nove Participações S.A.	10.378.188	(393)	10.377.795	999.748	9.957.152	(169.079)	9.788.073	194.522
Cosan Dez Participações S.A.	29.394.361	(19.707.828)	9.686.533	1.804.326	25.124.201	(16.642.318)	8.481.883	62.650
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	2.013	(561)	1.452	(33)	2.048	(562)	1.486	(93)
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda	287	—	287	(69)	357	(1)	356	214
Cosan Luxembourg S.A.	8.141.418	(8.287.693)	(146.275)	198	7.394.386	(7.540.859)	(146.473)	209.969
Cosan Oito S.A.	17.148.403	(6.772.114)	10.376.289	(346.359)	21.105.355	(12.846.728)	8.258.627	522.783
Atlântico Participações Ltda	992.412	(89.991)	902.421	(8.921)	981.457	(70.115)	911.342	(1.497)
Cosan Global	119.355	—	119.355	(9.513)	128.868	—	128.868	(8.659)
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	—	—	—	—	18.503	(8.901)	9.602	(1.764)
Radar								
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	2.378.123	(91.077)	2.287.046	332.222	2.089.843	(224.131)	1.865.712	509.131
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	549.223	(29.692)	519.531	10.448	590.386	(52.469)	537.917	97.663
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	1.108.509	(42.596)	1.065.913	84.912	1.039.678	(97.302)	942.377	245.687
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	78.808	(11.380)	67.428	(7.577)	86.364	(10.360)	76.005	20.127
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	563.096	(31.890)	531.206	31.292	534.096	(70.085)	464.012	136.048
Terras da Ponte Alta S.A.	259.687	(37.436)	222.251	34.838	224.952	(28.830)	196.122	96.754
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	537.119	(28.711)	508.408	96.780	453.093	(44.851)	408.242	152.373
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	530.358	(24.585)	505.773	96.894	451.728	(40.117)	411.611	127.955
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	840.064	(40.418)	799.646	127.731	729.294	(122.854)	606.440	248.744
Tellus Brasil Participações Ltda	4.129.945	(171.300)	3.958.645	707.176	3.533.817	(294.358)	3.239.459	1.424.072
Janus Brasil Participações S.A.	6.017.992	(282.158)	5.735.834	1.162.047	5.031.454	(514.828)	4.516.626	1.910.077
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	97.542	(7.008)	90.534	32.906	98.862	(3.124)	95.739	19.403
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	617.029	(32.890)	584.139	24.170	644.621	(21.462)	623.159	119.273
Moove								
Moove Lubricants Holdings	7.969.260	(5.649.161)	2.320.099	276.938	8.969.378	(6.620.118)	2.349.260	486.897

b) Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária
Rumo			
Rhall Terminais Ltda	28.580	8.574	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	134.479.451	20,00%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%
Compass			
Gás de Alagoas S.A. – ALGÁS	810.896.963	238.728.878	29,44%
Companhia de Gás do Ceará – Cegás	39.400.000	11.599.428	29,44%
CEG Rio S.A.	1.995.022.625	746.251.086	37,41%
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	33.600.000	8.232.000	24,50%
Companhia Potiguar de Gás – Potigas	4.245.000	3.523.350	83,00%
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	61.610.000	30.188.900	49,00%
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	10.749.497	4.407.293	41,00%
Sergipe Gás S.A. – SERGÁS	1.593.656	661.363	41,50%
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	163.485.912	67.846.653	41,50%
Corporativo			
Vale S.A.	4.539.007.580	190.965.062	4,90%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Dividendos declarados	Redução de capital	Reclassificação para mantidos para venda	Reclassificação de ativo financeiro	Outros ⁽ⁱⁱ⁾	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Dividendos a receber ⁽ⁱ⁾
Rumo										
Rhall Terminais Ltda	5.654	1.716	—	(1.200)	—	—	—	—	6.170	—
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	8.464	(2.446)	—	—	—	—	—	—	6.018	—
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.468	8.826	—	(10.334)	—	—	—	—	15.960	—
Elevações Portuárias S.A.	296.746	38.992	—	(18.960)	(99.040)	—	—	—	217.738	—
Terminal XXXIX S.A.	53.136	28.247	—	(14.968)	—	—	—	—	66.415	—
Compass										
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	424.837	36.300	—	(57.956)	—	—	—	351	403.532	5.636
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	415.301	—	5.921	(19.238)	—	(401.984)	—	—	—	—
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	627.829	37.028	—	(24.525)	—	—	—	—	640.332	6.957
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	69.430	—	3.230	(5.466)	—	(67.194)	—	—	—	—
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	184.537	—	11.573	(13.676)	—	(183.880)	—	1.446	—	—
CEG Rio S.A.	274.480	84.822	—	(70.916)	—	—	—	—	288.386	20.708
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	291.543	20.828	—	(14.497)	—	—	—	—	297.874	2.496
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	168.887	—	14.371	(13.118)	—	(170.140)	—	—	—	—
Gás de Alagoas S.A. - Algás	68.448	—	10.324	(8.492)	—	(69.656)	—	(624)	—	—
Corporativo										
Vale S.A.	—	96.075	—	—	—	—	16.274.081	(707.671)	15.662.485	—
Outros	7.183	11	—	—	—	—	—	(735)	6.459	39
	2.913.943	350.399	45.419	(273.346)	(99.040)	(892.854)	16.274.081	(707.233)	17.611.369	35.836

(i) Dividendos a receber pelas controladoras das subsidiárias divulgadas no quadro, que são consolidadas na Cosan S.A.

(ii) O saldo de outros é composto principalmente pelo custo das ações vendidas da Vale S.A. no valor de R\$701.575.

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Alienação de investimento	Acervo contribuído	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Dividendos a receber ⁽ⁱ⁾
Rumo												
Rhall Terminais Ltda	4.907	1.647	—	—	—	(900)	—	—	—	—	5.654	71
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.725	4.445	—	—	—	—	—	—	—	(706)	8.464	151
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.563	5.689	—	—	—	(5.784)	—	—	—	—	17.468	118
Elevações Portuárias S.A.	—	6.190	—	135.159	—	—	155.397	—	—	—	296.746	717
Terminal XXXIX S.A.	30.649	22.487	—	—	—	—	—	—	—	—	53.136	—
Compass												
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	—	19.931	—	—	—	(6.831)	—	—	411.737	—	424.837	44.121
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	—	—	19.094	—	—	(9.493)	—	—	405.700	—	415.301	8.300

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	—	34.885	—	—	—	(15.524)	—	—	608.468	—	627.829	16.214
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	—	—	9.015	—	—	(3.441)	—	—	63.856	—	69.430	3.202
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	—	—	6.717	—	—	(4.189)	—	—	182.009	—	184.537	—
CEG Rio S.A.	—	29.686	—	—	—	(16.542)	—	—	261.336	—	274.480	14.968
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	—	13.530	—	—	—	(6.160)	—	—	284.173	—	291.543	3.837
Companhia Potiguar de Gás - Potigás	—	—	9.066	—	—	(8.390)	—	—	168.211	—	168.887	7.674
Gás de Alagoas S.A. - Algás	—	—	5.954	—	—	(2.985)	—	—	66.001	(522)	68.448	2.711
Radar												
Tellus Brasil Participações S.A.	142.798	128.860	—	—	—	(30.756)	—	58.806	(299.708)	—	—	—
Janus Brasil Participações S.A.	183.357	150.687	—	—	—	(35.559)	—	79.725	(378.210)	—	—	—
Corporativo												
TUP Porto São Luis S.A.	394.380	49	—	—	—	—	—	—	(393.579)	(850)	—	—
Outros	1.688	811	—	—	5.536	—	—	—	—	(852)	7.183	—
	780.067	418.897	49.846	135.159	5.536	(146.554)	155.397	138.531	1.379.994	(2.930)	2.913.943	102.084

(i) Dividendos a receber pelas controladoras das subsidiárias divulgadas no quadro, que são consolidadas na Cosan S.A.

Informações financeiras de subsidiárias e associadas:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023				Saldo em 31 de dezembro de 2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e passivo a descoberto	Lucro do exercício
Rumo								
Rhall Terminais Ltda.	33.060	(12.491)	20.569	5.983	33.382	(14.534)	18.848	5.811
Elevações Portuárias S.A.	1.251.643	(444.748)	806.895	194.954	950.538	(243.797)	706.741	127.554
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	298.815	(268.730)	30.085	4.721	273.760	(231.119)	42.641	19.881
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	242.779	(73.216)	169.563	88.867	254.748	(78.657)	176.091	58.139
Terminal XXXIX S.A.	481.569	(326.731)	154.838	53.986	433.412	(388.882)	44.530	44.530
Compass								
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	1.208.959	(685.288)	523.671	96.866	1.115.974	(458.322)	657.652	161.467
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	1.118.237	(399.252)	718.985	153.217	1.093.210	(453.632)	639.578	161.504
CEG Rio S.A.	1.944.385	(1.326.484)	617.901	233.099	1.910.875	(1.351.937)	558.938	150.969
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	390.976	(193.298)	197.678	56.649	339.695	(164.774)	174.921	11.448
Corporativo								
Vale S.A.	423.626.000	(232.661.000)	190.965.000	39.940.000	—	—	—	—

9.2. AQUISIÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS

Política contábil:

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Qualquer *goodwill* que surja é testado anualmente quanto à imparidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido.

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição:

- i. a valor justo; ou
- ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao justo valor.

A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado.

A consideração contingente depende de um negócio adquirido atingir metas dentro de um período fixo. As estimativas de desempenho futuro são necessárias para calcular as obrigações no momento da aquisição e em cada data de relatório subsequente. Além disso, estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma.

Mensuração dos valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação.

BIOMETANO VERDE PAULÍNIA S.A.

Em 20 de outubro de 2023, a subsidiária Compass Comercialização realizou a aquisição de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP") pelo montante de R\$247.152, sendo R\$100.000 via aporte de capital, R\$135.000 pagos em parcela única para os antigos acionistas controladores e R\$12.152 referente a contraprestação contingente.

A BVP é uma Companhia de capital fechado com sede no Brasil cujas atividades envolverão a purificação e tratamento de Biogás e de produção, movimentação e comercialização de

Biometano. A subsidiária Compass Comercialização realizou a aquisição em linha com o objetivo de expansão do segmento de Marketing & Serviços, oferecendo soluções cada vez mais completas aos seus clientes na direção de uma transição energética segura e eficiente.

Na avaliação realizada pela subsidiária Compass, o preço de aquisição foi alocado como contrato de fornecimento de biogás, contrato de comodato e licenças pelo valor justo de R\$384.277. Os ativos intangíveis serão amortizados até 2045.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos se encontra demonstrado a seguir:

Contraprestação transferida	31/12/2023
Aporte de capital	100.000
Transferência de caixa	135.000
Contraprestação contingente	12.152
Contraprestação transferida	247.152
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	100.341
Intangível	582.238
Fornecedores	(5)
Outras obrigações	(1)
IR e CS diferidos	(197.961)
Participação dos acionistas não controladores	(237.460)
Ativos líquidos e adquiridos	247.152
Contraprestação contingente	(12.152)
Rendimentos de aplicação financeira	341
Caixa recebido	(100.341)
Contraprestação transferida, líquida do caixa	135.000

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição lucro líquido no montante de R\$1.104, respectivamente geradas pela BVP. Se a subsidiária adquirida tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2023, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentaria um lucro líquido de R\$ 2.826 (não auditada).

A Administração para fins de procedimentos anuais avaliou os fatores da combinação de negócios e as estimativas utilizadas.

9.3. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação de não controladores
Radar			
Tellus Brasil Participações S.A.	119.063.044	95.250.435	80,00%
Janus Brasil Participações S.A.	286.370.051	229.096.041	80,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	3.573.842	2.859.074	80,00%
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	12.912.970	10.330.376	80,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	737.500	368.750	50,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	160.693.378	80.346.689	50,00%
Terras da Ponte Alta S.A.	16.066.329	8.033.165	50,00%
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	32.336.994	16.168.497	50,00%
Nova Amaralina S.A.	30.603.159	15.301.580	50,00%
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	132.667.061	66.333.531	50,00%
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	128.977.921	64.488.961	50,00%
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	83.850.938	41.925.469	50,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	81.440.221	40.720.111	50,00%
Rumo			
Rumo S.A.	1.854.868.949	1.291.629.301	69,58%
Moove			
Cosan Lubes Investments Limited	34.963.764	10.489.129	30,00%
Corporativo			
Cosan Nove Participações S.A.	7.663.761.735	2.062.583.640	26,91%
Cosan Dez Participações S.A.	3.473.458.687	805.963.829	23,20%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de qualquer eliminação intragrupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Ganho (perda) com aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios	Reclassificação	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Compass										
Comgás	27.151	11.419	—	—	444	(6.869)	—	—	—	32.145
Commit Gás S.A.	2.058.651	185.312	—	—	—	(309.324)	—	(372.030)	(109)	1.562.500
Norgás S.A.	—	—	—	—	—	—	—	372.030	—	372.030
Biometano Verde Paulínia S.A.	—	521	—	—	—	—	237.460	—	—	237.981
Compass Gás e Energia	782.583	192.358	—	—	132	(183.126)	—	—	(1.275)	790.672
Rumo										
Rumo S.A.	10.797.146	503.029	(12.250)	(9.280)	704	(122.165)	—	—	(52.595)	11.104.589
Moove										
Cosan Lubes Investments Limited	702.001	82.979	—	—	(78.742)	(15.346)	—	—	4.956	695.848
Corporativo										
Cosan Limited Partners Brasil	9	(2)	—	—	—	—	—	—	—	7
Cosan Nove Participações S.A.	2.634.310	338.315	—	32.732	(14.728)	(436.566)	—	—	12.956	2.567.019
Cosan Dez Participações S.A.	1.302.661	573.987	1	—	454	(372.772)	—	—	7.710	1.512.041
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	14.911	(1.969)	21.959	(12.622)	—	—	—	—	(22.279)	—
Radar										
Janus Brasil Participações S.A.	3.773.279	924.908	—	—	—	(74.830)	—	—	119.844	4.743.201
Tellus Brasil Participações S.A.	2.584.058	562.713	(18.400)	—	—	(40.531)	—	—	68.488	3.156.328
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	505.681	19.233	(5.004)	—	—	(47.377)	—	—	(289)	472.244
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	70.857	26.185	—	—	—	(30.319)	—	—	(8)	66.715
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	878.879	174.346	(1.902)	—	—	37.831	—	—	—	1.089.154
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	212.065	4.331	(7.275)	—	—	(4.677)	—	—	—	204.444
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	365.807	35.196	—	—	—	16.010	—	—	—	417.013
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	2.041	12.971	—	—	—	14.881	—	—	—	29.893
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	201.389	(3.141)	—	—	—	(415)	—	—	—	197.833
Terras da Ponte Alta S.A.	73.421	14.440	—	—	—	(3.610)	—	—	—	84.251
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	157.784	40.115	—	—	—	1.404	—	—	—	199.303
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	160.553	40.163	(1.151)	—	—	19	—	—	—	199.584
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	210.995	52.944	—	—	—	27.139	—	—	—	291.078
	27.516.232	3.790.353	(24.022)	10.830	(91.736)	(1.550.643)	237.460	—	137.399	30.025.873

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Mudança de participação em subsidiária	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Aquisição de não controladores	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Compass										
Comgás	28.466	14.881	—	—	(16.926)	—	—	—	730	27.151
Commit Gás S.A.	—	107.593	—	—	(64.435)	—	—	2.015.493	—	2.058.651
Compass Gás e Energia	761.432	221.871	(78)	3.197	(201.024)	—	—	—	(2.815)	782.583
Sulgás	—	6.466	—	—	(26.701)	—	(888.450)	908.883	(198)	—
Rumo										
Rumo S.A.	10.527.777	357.642	(21.358)	2.061	(89.194)	—	—	—	20.218	10.797.146
Moove										
Cosan Lubes Investments Limited	683.143	145.981	—	(127.123)	—	—	—	—	—	702.001
Corporativo										
Cosan Limited Partners Brasil	14	(5)	—	—	—	—	—	—	—	9
Cosan Nove Participações S.A.	—	53.353	(1.416.657)	10.070	(12.434)	4.115.000	—	—	(115.022)	2.634.310
Cosan Dez Participações S.A.	—	14.965	(2.592.096)	5.073	(3.540)	4.000.000	—	—	(121.741)	1.302.661
Sinlog Tecnologia em Logística S.A.	6.549	(7.677)	16.039	—	—	—	—	—	—	14.911
Payly	2.602	(1.626)	—	—	—	—	—	—	(976)	—
Radar										
Janus Brasil Participações S.A.	—	(10.971)	—	—	—	—	(196.857)	3.981.107	—	3.773.279
Tellus Brasil Participações S.A.	—	8.531	—	—	—	—	(7.508)	2.583.035	—	2.584.058
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	—	2.900	—	—	—	—	4.975	497.806	—	505.681
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	—	(788)	—	—	—	—	(4.534)	76.179	—	70.857
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	—	246.698	—	108	(124.858)	—	—	—	756.931	878.879
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	—	34.002	—	—	(20.516)	—	—	—	198.579	212.065
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	—	97.035	—	—	(50.267)	—	—	—	319.039	365.807
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	—	8.000	—	—	(31.444)	—	—	—	25.485	2.041
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	—	53.686	—	—	(5.041)	—	—	—	152.744	201.389
Terras da Ponte Alta S.A.	—	39.890	—	—	(16.778)	—	—	—	50.309	73.421
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	—	58.604	—	—	(27.222)	—	—	—	126.402	157.784
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	—	46.793	—	—	(23.319)	—	—	—	137.079	160.553
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	—	77.819	—	—	(66.151)	—	—	—	199.327	210.995
Violeta Fundo de Investimento Multimercado	2.119.102	69.200	(107.359)	11.143	(132.885)	—	—	—	(1.959.201)	—
	14.129.085	1.644.843	(4.121.509)	(95.471)	(912.735)	8.115.000	(1.092.374)	10.062.503	(213.110)	27.516.232

Balanco patrimonial resumido:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante										
Ativo	1.020.790	2.015	4.903	2.721	91.412	1.777.104	3.846.647	2.474.218	819.887	514.788
Passivo	(127.876)	(126.916)	(392)	(169.079)	(3.603)	(1.341.106)	(1.135.917)	(852.071)	(184.004)	(916.363)
Ativo circulante líquido	892.914	(124.901)	4.511	(166.358)	87.809	435.998	2.710.730	1.622.147	635.883	(401.575)
Não circulante										
Ativo	5.798.291	5.738.715	10.373.285	9.954.431	2.218.429	2.204.878	22.572.211	20.971.764	16.152.441	14.316.130
Passivo	—	—	—	—	—	(1.208.604)	(9.611.588)	(7.402.742)	(613.705)	(530.331)
Ativo não circulante líquido	5.798.291	5.738.715	10.373.285	9.954.431	2.218.429	996.274	12.960.623	13.569.022	15.538.736	13.785.799
Patrimônio líquido	6.691.205	5.613.814	10.377.796	9.788.073	2.306.238	1.432.272	15.671.353	15.191.169	16.174.619	13.384.224

Demonstrações do resultado e outros resultados abrangentes resumidos:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	—	—	—	—	—	3.842.981	1.013.446	984.597	743.411	834.616
Resultado antes dos impostos	1.396.633	63.578	1.005.640	194.522	207.982	485.729	769.233	633.164	2.820.202	1.556.155
Imposto de renda e contribuição social	(2.301)	—	(5.892)	—	—	11.665	(49.569)	(118.224)	(147.636)	(74.915)
Resultado do exercício	1.394.332	63.578	999.748	194.522	207.982	497.394	719.664	514.940	2.672.566	1.481.240
Outros resultados abrangentes	1.957	—	(54.731)	—	(262.473)	—	1.011	2.961	—	—
Resultados abrangente total	1.396.289	63.578	945.017	194.522	(54.491)	497.394	720.675	517.901	2.672.566	1.481.240
Resultado abrangente atribuído a acionistas não controladores	454	14.965	(14.728)	52.353	(78.742)	149.218	704	360.776	—	—
Dividendos pagos	372.772	—	571.261	—	—	150.000	122.231	35.733	530.576	948.967

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Cosan Dez		Cosan Nove		Moove		Rumo		Radar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(176)	3	14.941	2	(359)	292.204	674.137	94.522	626.057	791.779
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento	757.196	—	555.408	(19.217)	(5.683)	(41.004)	(175.273)	2.518.699	(30.681)	175.611
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(372.772)	2.011	(571.261)	21.936	7.976	(197.994)	445.843	(1.235.688)	(581.012)	(949.277)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	384.248	2.014	(912)	2.721	1.934	53.206	944.707	1.377.533	14.364	18.113

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.014	—	2.721	—	—	761.698	2.169.335	791.802	25.582	7.469
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	—	(76)	—	—	—	—	—
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	386.262	2.014	1.809	2.721	1.858	814.904	3.114.042	2.169.335	39.946	25.582

9.4. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

Em 30 de novembro de 2023, por meio da subsidiária Cosan Oito, a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa nas políticas e operações da Vale, quando o membro nomeado pela Cosan para o Conselho da Vale pôde participar do processo de elaboração de políticas, incluindo decisões sobre dividendos e outras distribuições. Assim, a partir desta data, a Cosan passou a considerar a Vale como uma empresa coligada com influência significativa, registrando o investimento por capital próprio de acordo com a CPC 18/IAS 28, conforme mencionado na nota 1.1 (b).

A Vale é uma empresa de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Juntamente com suas subsidiárias, é um dos maiores produtores de minério de ferro e níquel do mundo, também produzindo minério de ferro e pellets de cobre.

A Companhia tem participação conforme demonstrado abaixo:

	Vale S.A.
Ações emitidas pela investida	4.539.007.580
Ações em tesouraria da investida	239.153.280
Ações detidas pela Cosan	210.866.700
Participação de propriedade Cosan	4,90%
Participação de propriedade Cosan (total de ações)	4,65%
Preço de mercado em 31 de dezembro de 2023	73,89
Valor justo conforme preço de mercado	15.580.940
Dividendos recebidos ⁽ⁱ⁾	1.305.410

- (i) Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos antes de obter influência significativa.

Informações financeiras resumidas:

As informações financeiras resumidas apresentadas a seguir refletem os ajustes de valor justo efetuados pela Companhia no momento da aquisição de influência significativa.

	Valor justo em 31 de dezembro de 2023
Ativo circulante	71.488.000
Ativo não circulante mantido para venda	19.041.000
Ativo não circulante	559.608.737
Passivo circulante	69.424.316
Passivos destinados a venda	2.714.000
Passivo não circulante	234.756.474
Receita	208.066.000
Outros resultados abrangentes	(2.467.000)
Total do resultado abrangente	38.087.000
Patrimônio líquido	326.980.947
Participação da Cosan no patrimônio líquido	4,90%
Participação societária do investimento da Cosan	16.022.066

	Método de equivalência patrimonial no período de um mês ⁽ⁱ⁾
Lucro do período de um mês	2.189.734
Participação da Cosan no patrimônio líquido	4,90%
Participação da Cosan no período de um mês	107.297
Amortização de ajustes de valor justo	(11.222)
Total da equivalência patrimonial	96.075

- (i) Resultado de equivalência patrimonial referente ao período de um mês, uma vez que a Companhia obteve influência significativa na Vale em 30 de novembro de 2023.

10. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS EM CONJUNTO

Política contábil:

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto.

A Companhia, por meio da controlada Cosan Nove, possui investimento em *joint venture* demonstrado no balanço patrimonial pela participação nos ativos líquidos pelo método de equivalência patrimonial, deduzido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Se aplicável, ajustes são feitos para alinhar quaisquer políticas contábeis diferentes que possam existir. A participação da Companhia nos resultados e no patrimônio líquido da *joint venture* está incluída na demonstração do resultado, resultado abrangente e no patrimônio líquido, respectivamente. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e sua *joint venture* são eliminados na proporção do investimento da Companhia na *joint venture*, exceto quando as perdas não realizadas evidenciam uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. O ágio decorrente da aquisição da *joint venture* é incluído como parte do investimento da Companhia na *joint venture* e, quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01/IAS 36 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil.

O investimento em *joint venture* é tratado como ativo não circulante e está demonstrado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Quando um investimento em uma *joint venture* é classificado como mantido para venda, é contabilizado de acordo com o CPC 31/IFRS 5 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas.

Os movimentos no investimento em controladas em conjunto foi o seguinte:

	Raízen S.A.	Terminal Alvorada S.A.	Total
Número de ações da investida	10.352.509.484	100.197.076	
Quotas da investidora	4.557.597.117	50.098.538	
Percentual de participação direta	5,02%	50,00%	

Percentual de participação indireta (via Cosan Nove)	25,90%	—	
Total ⁽ⁱ⁾	30,92%	50,00%	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	10.936.663	—	10.936.663
Resultado de equivalência	(92.179)	—	(92.179)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.053.226	—	1.053.226
Dividendos	(676.354)	—	(676.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.221.356	—	11.221.356
Resultado de equivalência ⁽ⁱⁱ⁾	1.694.679	1.266	1.695.945
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.428)	—	(7.428)
Aumento de capital ^(iv)	—	47.300	47.300
Dividendos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(1.214.731)	—	(1.214.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.693.876	48.566	11.742.442

Raízen S.A

- (i) O total de participação da Companhia na Raízen S.A. é composta por 5,02% de participação direta e 39,15% de participação indireta por meio da Cosan Nove. A porcentagem divulgada de 25,90% é referente ao benefício econômico calculado pelo resultado da participação da Cosan S.A em sua subsidiária Cosan Nove de 66,16% multiplicado pela participação de 39,15%.
Para as informações consolidadas da Companhia, as participações diretas e indiretas são somadas e o impacto referente a participação de acionistas não controladores na Cosan Nove é demonstrada na linha de resultado atribuído a acionistas não controladores.
- (ii) A Raízen mensurou e reconheceu em 31 de dezembro de 2023, créditos de PIS e COFINS no montante consolidado de R\$3.765.456 relativos à Lei Complementar 192/22 e R\$1.465.726 relativos à Lei Complementar 194/22, totalizando R\$5.231.182, que impactou em R\$1.617.481, o resultado de equivalência patrimonial do período, líquido de imposto de renda e da contribuição social.
- (iii) Valor proposto e destinado no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve pagamento de dividendos constituídos no período, no montante de R\$906.534.

A demonstração do balanço patrimonial e a demonstração do resultado da controlada em conjunto Raízen S.A estão divulgadas na nota explicativa 4 – Informações por segmento.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com os *covenants* do contrato que rege a *joint venture*.

Terminal Alvorada S.A.

- (iv) Em 07 de julho de 2023 a subsidiária Rumo S.A aportou R\$47.300 para formação da *join venture* Terminal Alvorada S.A junto a CHS Agronegócio Indústria e Comércio Ltda “CHS”, cujo objetivo consiste em transformar o armazém de transbordo rodoviário da CHS em Alvorada (TO) em terminal de transbordo rodoferroviário.

11. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E ÁGIO, ATIVOS DE CONTRATO, DIREITO DE USO E PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Política contábil:

Redução ao valor recuperável

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superior a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados é apropriado para fins de cálculo do valor recuperável, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado – estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa chave causaria prejuízo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas abaixo.

11.1. IMOBILIZADO

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Equipamentos de informática	20%
Outros	10% - 20%

a) Reconciliação do valor contábil:

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas ⁽ⁱ⁾	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.001.165	1.974.614	7.738.889	8.755.001	3.244.653	441.742	24.156.064	81.406
Combinação de negócio	310.730	227.257	—	—	133.474	163.427	834.888	—
Adições	5.442	12.208	772	11.120	3.387.758	(2.253)	3.415.047	1.636
Baixas	(3.368)	(15.368)	(61.536)	(52)	(9.024)	(52.056)	(141.404)	(608)
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	182.504	141.379	316.211	1.650.431	(2.419.014)	32.921	(95.568)	(340)
Efeito de conversão de balanço	35.544	131.160	—	—	684	142.215	309.603	—
Baixa por alienação de investimento	(396.614)	(528.452)	—	—	(23.444)	(5.043)	(953.553)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.135.403	1.942.798	7.994.336	10.416.500	4.315.087	720.953	27.525.077	82.094
Adições	11.356	18.671	898	710	4.577.377	15.497	4.624.509	1.380
Baixas	(199.080)	(34.872)	(118.414)	(116.957)	(2.157)	(16.961)	(488.441)	—
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	281.621	196.158	821.701	2.552.077	(3.710.146)	33.451	174.862	(28)
Efeito de conversão de balanço	(11.626)	(23.492)	—	—	1.944	(13.668)	(46.842)	—
Ativos mantidos para venda	(89)	—	—	—	(396.150)	(535)	(396.774)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.217.585	2.099.263	8.698.521	12.852.330	4.785.955	738.737	31.392.391	83.446
Valor de depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(618.618)	(882.542)	(2.842.050)	(3.115.641)	(13.379)	(35.281)	(7.507.511)	(28.399)
Adições	(73.712)	(187.599)	(566.999)	(670.921)	—	(66.064)	(1.565.295)	(8.058)
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	—	8.170	51.591	8	—	53.031	112.800	407
Baixas	(16.135)	26.732	139	23.931	—	(514)	34.153	—
Efeito de conversão de balanço	(22.244)	(120.943)	—	—	—	(127.215)	(270.402)	—
Baixa por alienação de investimento	208.661	406.945	—	—	—	4.008	619.614	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(522.048)	(749.237)	(3.357.319)	(3.762.623)	(13.379)	(172.035)	(8.576.641)	(36.050)
Adições	(76.599)	(183.965)	(613.033)	(806.398)	—	(74.695)	(1.754.690)	(7.579)
Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	(49.649)	5.476	(6.838)	(31.199)	—	(45)	(82.255)	—
Baixas	17.769	14.870	110.237	89.725	—	15.192	247.793	—
Efeito de conversão de balanço	3.536	4.684	—	—	—	3.775	11.995	—
Ativos mantidos para venda	40	937	—	—	—	404	1.381	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(626.951)	(907.235)	(3.866.953)	(4.510.495)	(13.379)	(227.404)	(10.152.417)	(43.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.613.355	1.193.561	4.637.017	6.653.877	4.301.708	548.918	18.948.436	46.044
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.590.634	1.192.028	4.831.568	8.341.835	4.772.576	511.333	21.239.974	39.817

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, ativos, principalmente vagões e locomotivas, ao custo de R\$1.390.404 (R\$745.203 em 31 de dezembro de 2022), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários.
- (ii) Transferências do imobilizado em decorrência da capitalização e demais reclassificações dos referidos ativos.

b) Capitalização de custos de empréstimos:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os custos de empréstimos capitalizados na subsidiária Rumo foram de R\$41.304 (R\$86.614 em 31 de dezembro de 2022), utilizando uma taxa de média de 12,30%a.a. (13,25%a.a. em 31 de dezembro de 2022), enquanto na subsidiária Compass os custos capitalizados foram R\$98.214 a uma taxa média ponderada de 8,87% a.a. (R\$62.365 e 6,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

11.2. INTANGÍVEL E ÁGIO

Política contábil:

a) Goodwill

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios (vide Nota 9.2). Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às UGCs da Companhia, ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

c) Relacionamento com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

Os custos incorridos com a carteira de clientes e contratos de direito de uso e operação são reconhecidos como ativo intangível e amortizados pelo prazo do contrato.

d) Direitos de concessão

Algumas subsidiárias do grupo Cosan possuem contratos de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Estes contratos de concessão representam o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, as subsidiárias reconhecem esse direito como um intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para as

subsidiárias, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições do órgão regulador.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

e) Direitos de concessão da Rumo

Os direitos de concessão da Rumo gerados na combinação de negócios da Rumo Malha Norte foram totalmente alocados à concessão da Rumo Malha Norte são amortizados linearmente.

f) Autorização e licença portuária

A subsidiária TUP possui uma licença que autoriza a instalação de um terminal portuário de uso privado para a qual não há prazo de extinção enquanto a propriedade estiver sendo operada com essa finalidade. Na aquisição dessa entidade, a Companhia alocou substancialmente o preço pago para essa autorização, classificado como intangível de vida útil indefinida, dado sua atividade fim. Conforme mencionado na nota 8, esse investimento foi reclassificado para ativos disponíveis para venda.

g) Contrato de fornecimento

A subsidiária indireta Biometano Verde Paulínia possui um contrato firmado de compra e venda de biogás produzido no aterro sanitário de Paulínia, onde está localizada a planta de purificação. A vigência do contrato é de 20 anos e foi calculado a partir da data de início da operação.

h) Despesas subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Amortização

Exceto pelo *goodwill* e outros ativos de vida útil indefinida, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

								Consolidado	Controladora
	Ágio	Direito de Concessão	Licenças	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Outros	Contrato de Fornecimento	Total	Total
Valor de custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.132.817	19.616.524	379.182	66.640	1.604.067	509.053	—	23.308.283	15.731
Adições	10.031	—	2.605	—	113.497	16.622	—	142.755	835
Combinação de negócio	402.055	2.508.558	436.594	98.382	1.062.832	388	—	4.508.809	—
Baixas	—	(57.723)	—	—	(19)	579	—	(57.163)	—
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	837.788	(1.911)	—	(6)	61.295	—	897.166	340
Efeito de conversão de balanço	(21.909)	—	771	(1.099)	47.613	(2.110)	—	23.266	—
Baixa por alienação de investimento	(62.922)	(5.403)	(317.148)	—	—	(26.169)	—	(411.642)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.460.072	22.899.744	500.093	163.923	2.827.984	559.658	—	28.411.474	16.906
Adições	4.731	—	—	—	121.806	67.600	—	194.137	5.422
Baixas	—	(62.272)	—	—	(64)	(2.075)	—	(64.411)	—
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	1.460.012	183.996	—	(219.318)	14.067	—	1.438.757	28
Efeito de conversão de balanço	(42.012)	—	(4.451)	(8.443)	(97.642)	5.315	—	(147.233)	—
Ativos mantidos para venda	(30.817)	—	(436.594)	—	(1.819)	(17.060)	—	(486.290)	—
Combinação de Negócio	—	—	—	—	—	7.875	574.363	582.238	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.391.974	24.297.484	243.044	155.480	2.630.947	635.380	574.363	29.928.672	22.356,00
Valor de amortização									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	—	(3.910.259)	(167.287)	(9.201)	(1.028.608)	(411.430)	—	(5.526.785)	(13.927)
Adições	—	(773.765)	(8.879)	—	(164.843)	(35.667)	—	(983.154)	(732)
Baixas	—	25.658	—	—	1	(155)	—	25.504	—
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	—	—	—	—	(60)	—	(60)	—
Efeito de conversão de balanço	—	—	(771)	—	22.956	(2.838)	—	19.347	—
Baixa por alienação de investimento	—	5.403	157.743	—	—	12.470	—	175.616	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	—	(4.652.963)	(19.194)	(9.201)	(1.170.494)	(437.680)	—	(6.289.532)	(14.659)
Adições	—	(861.103)	(6.969)	—	(196.995)	(28.436)	—	(1.093.503)	(834)
Baixas	—	37.148	—	—	2	71	—	37.221	—
Transferências ⁽ⁱ⁾	—	—	(37.209)	—	75.265	19.873	—	57.929	—
Efeito de conversão de balanço	—	—	156	—	2.453	1.526	—	4.135	—
Ativos mantidos para venda	—	—	—	—	1.213	4.152	—	5.365	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—	(5.476.918)	(63.216)	(9.201)	(1.288.556)	(440.494)	—	(7.278.385)	(15.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.460.072	18.246.781	480.899	154.722	1.657.490	121.978	—	22.121.942	2.247
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.391.974	18.820.566	179.828	146.279	1.342.391	194.886	574.363	22.650.287	6.863

(i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela de R\$103.084 do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro (R\$35.057, exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

a) Métodos de amortização e vidas úteis:

<u>Ativo intangível (exceto ágio)</u>	<u>Taxa anual de amortização</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Direitos de Concessão:			
Compass ⁽ⁱ⁾	De 3,54% a 4,58%	12.307.964	11.614.163
Rumo ⁽ⁱⁱ⁾	1,59%	6.512.602	6.632.618
		18.820.566	18.246.781
Licenças e autorizações:			
Licença de operação portuário	3,70%	47.610	44.305
Moove	5,00%	132.218	139.905
Licenças e autorizações ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Indefinida	—	436.594
		179.828	620.804
Marcas e patentes:			
Comma	Indefinida	47.015	47.929
Petrochoice ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Indefinida	96.826	104.354
Tirreno ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Indefinida	2.438	2.439
		146.279	154.722
Relacionamentos com clientes:			
Compass	20,00%	280.111	285.423
Moove ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5% a 30%	1.062.280	1.227.588
Outros		—	4.574
		1.342.391	1.517.585
Contrato de fornecimento			
Compass	5,00%	574.363	—
		574.363	—
Outros			
Licença de software	20,00%	90.162	65.108
Outros	20,00%	104.724	56.870
		194.886	121.978
Total		21.258.314	20.661.870

- (i) Ativo intangível da concessão pública de serviço de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, composto de: (i) os direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios e (ii) os ativos da concessão;
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão de ferrovia da Rumo. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079;
- (iii) Autorização para: (i) instalação de atividade de terminal portuário; exploração da instalação portuária pela subsidiária TUP Porto São Luís; (ii) soluções de lubrificação e controle de contaminação, (iii) produção e comercialização de óleos lubrificantes, aditivos e fluídos.

b) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Abaixo demonstramos o valor contábil do ágio e intangíveis de vida útil indefinida alocadas a cada uma das unidades geradoras de caixa:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ágio	Marcas e patentes	Licenças e autorizações	Ágio	Marcas e patentes	Licenças e autorizações
UGC Moove	1.254.253	146.279	—	1.296.266	154.722	—
UGC Compass	100.192	—	—	100.192	—	—
UGC Rumo	37.529	—	—	37.529	—	—
UGC Cosan corporativo	—	—	—	26.085	—	436.594
	1.391.974	146.279	—	1.460.072	154.722	436.594

Em geral, as projeções de fluxos de caixa futuros da Companhia aplicam taxas de crescimento de 3,50% (2,70% em 2022), que, em nenhum caso, são crescentes ou superiores às taxas médias de crescimento de longo prazo para o setor e país em particular.

Os fluxos de caixa são descontados a uma determinada taxa antes de impostos para calcular seu valor presente. As taxas de desconto, antes de impostos e expressas em termos nominais, foram entre 11,80% e 12,40% (entre 10,10% e 24,80% em 2022).

As principais premissas para o primeiro do modelo financeiro, consideram a inflação e o PIB por região onde a UGC está localizada mais as estratégias e oportunidades de mercado do Grupo Cosan. As principais premissas consideradas para os anos restantes do modelo estão relacionadas à inflação e ao crescimento do mercado do setor. A taxa de desconto utilizada é o custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital*), ou “WACC”, para o qual as principais premissas são: taxa livre de risco (taxa de retorno de um investimento sem risco de perda), prêmio de risco de mercado (retorno excedente obtido por um investimento no mercado de ações com uma taxa livre de risco) e a inflação. A maioria das premissas são obtidas de fontes externas de informação.

Os fluxos de caixa futuros foram construídos considerando: (i) *EBITDA* para a unidade geradora de caixa, ajustado por outros itens de caixa operacionais relevantes e despesas de capital recorrentes; (ii) a taxa de desconto do Grupo Cosan (WACC) antes dos impostos; e (iii) uma taxa de crescimento calculada usando o índice de inflação por região.

O teste anual de *impairment*, utilizou premissas das quais listamos algumas:

Premissas	% anual
Taxa livre de risco (T-Note 10y)	3,51%
Inflação (BR)	3,76%
Inflação (US)	2,00%
Inflação (UK)	2,00%
Prêmio de risco país (BR)	4,40%
Prêmio de risco país (UK)	0,88%
Prêmio de risco país (ARG)	17,55%
Prêmio de risco mercado	4,60%
Alíquota de tributo (BR)	34,00%
Alíquota de tributo (UK)	19,00%
Alíquota de tributo (ARG)	30,00%

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida. Portanto, nenhuma despesa por redução ao valor recuperável de ágio e ativos de vida útil indefinida e definida foi reconhecida em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

11.3. ATIVO DE CONTRATO

Política contábil:

Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores depreciáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A vida útil é reavaliada sempre que o período de amortização exceder o prazo do contrato de concessão. Uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

	Compass	Moove	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	684.970	21.012	705.982
Adições	1.217.818	10.823	1.228.641
Baixas	—	(25.156)	(25.156)
Combinação de negócios	87.735	—	87.735
Transferências ⁽ⁱ⁾	(880.188)	1.701	(878.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.110.335	8.380	1.118.715
Adições	1.494.142	33.952	1.528.094
Baixas	—	(31.648)	(31.648)
Transferências ⁽ⁱ⁾	(1.563.056)	—	(1.563.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.041.421	10.684	1.052.105

- (i) O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 através de suas subsidiárias foram adicionados R\$126.522 nos ativos intangíveis gerados internamente (R\$109.265 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), por meio da capitalização de mão de obra.

a) Compromissos de investimento

A subsidiária indireta Comgás assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, estimado até 2049. Os valores dos investimentos para projetos de expansão e suporte operacional superam R\$20.000.000. além de investimentos em suporte administrativos, com previsão de desembolso de cerca de R\$3.000.000.

Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo,

definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital definida à época para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, para cada revisão tarifária a Comgás proporá um plano regulatório vinculativo, aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador.

As demais distribuidoras que operam em outro estado não possuem compromissos de investimento a serem realizados durante o prazo da concessão.

b) Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária indireta Comgás capitalizou R\$82.441 a uma taxa média ponderada de 12,70% a.a. (R\$70.884 a 12,06% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a subsidiária indireta Sulgás capitalizou R\$973 a uma taxa média ponderada de 5,81% a.a. (R\$217 a 4,10% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

11.4 DIREITO DE USO

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

A subsidiária Rumo, avaliou suas concessões ferroviárias no âmbito da interpretação IFRIC 12 / CPC 01 Contratos de Concessão e, por não atender os termos dentro do alcance dessa interpretação, registrou seus contratos de concessão como direito de uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado							Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total	Total
Valor de custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	254.883	142.449	938.610	87.028	29.099	—	7.800.313	9.252.382	49.529
Combinação de negócios	116.919	2.693	—	—	43	—	—	119.655	—
Adições ⁽ⁱ⁾	91.799	73.317	1.006	—	4.561	—	111.457	282.140	541
Reajustes contratuais	9.008	52.972	3.480	(1.079)	1.540	—	155.734	221.655	3.092
Baixas	(24.005)	(724)	—	—	(218)	—	(106.363)	(131.310)	(15.261)
Efeito de conversão de balanço	5.114	(2.237)	—	—	(282)	—	—	2.595	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	453.718	268.470	943.096	85.949	34.743	—	7.961.141	9.747.117	37.901
Adições ⁽ⁱ⁾	81.911	233.155	—	—	25.541	1.533.969	45.271	1.919.847	—
Reajustes contratuais	17.917	3.426	332	—	—	—	96.257	117.932	4.754
Baixas	(25.110)	(7.084)	—	—	—	—	(6.384)	(38.578)	—
Transferências	—	34.742	—	—	—	—	—	34.742	—
Efeito de conversão de balanço	(11.347)	(11.589)	—	—	(120)	—	—	(23.056)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	517.089	521.120	943.428	85.949	60.164	1.533.969	8.096.285	11.758.004	42.655
Valor de amortização									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(67.919)	(29.258)	(399.218)	(16.959)	(15.125)	—	(776.636)	(1.305.115)	(15.358)
Adições	(65.254)	(81.349)	(34.990)	(4.015)	(7.713)	—	(267.094)	(460.415)	(5.146)
Baixas	6.099	710	—	—	943	—	20.535	28.287	5.635
Efeito de conversão de balanço	1.577	1.246	—	—	172	—	—	2.995	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(125.497)	(108.651)	(434.208)	(20.974)	(21.723)	—	(1.023.195)	(1.734.248)	(14.869)
Adições	(74.850)	(47.435)	(34.347)	(4.380)	(13.128)	(38.349)	(320.280)	(532.769)	(5.586)
Baixas	10.166	1.151	—	—	—	—	—	11.317	—
Efeito de conversão de balanço	2.913	8.187	—	—	114	—	—	11.214	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(187.268)	(146.748)	(468.555)	(25.354)	(34.737)	(38.349)	(1.343.475)	(2.244.486)	(20.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	328.221	159.819	508.888	64.975	13.020	—	6.937.946	8.012.869	23.032
Saldo em 31 de dezembro de 2023	329.821	374.372	474.873	60.595	25.427	1.495.620	6.752.810	9.513.518	22.200

- (i) A adição do exercício é composta, principalmente, pelo contrato relacionado ao afretamento da unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (“FRSU”) conforme nota 2.

11.5. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Política contábil:

As propriedades para investimento são inicialmente avaliadas ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo, que reflete as condições de mercado à data do balanço, com as variações reconhecidas na demonstração do resultado. A receita da venda de propriedades agrícolas não é reconhecida no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determine que o pagamento por parte do comprador seja provável; (iii) a receita possa ser mensurada de forma confiável; e (iv) a Companhia tenha transferido ao comprador os riscos de posse, e não detenha mais qualquer envolvimento na propriedade. Ganhos na venda de propriedades agrícolas são apresentados na demonstração do resultado como receita líquida e o custo é apresentado como custo das propriedades vendidas.

O valor justo das propriedades agrícolas foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade), e em certa medida baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”). Taxas de desconto variam entre 11,12% a.a. e 11,20% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (11,20% a.a. e 13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

O portfólio é avaliado anualmente por peritos externos, e é periodicamente, revisado por profissionais internos tecnicamente qualificados para realizar esse tipo de avaliação.

	Propriedades para investimentos
Saldo em 1º de janeiro de 2022	3.886.696
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	1.311.691
Combinação de negócios	9.209.626
Adições	17.477
Transferências	(322.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.103.060
Mudança no valor justo de propriedades para investimento	2.259.924
Adições	58.506
Transferências ⁽ⁱ⁾	(444.782)
Baixas	(582)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.976.126

- (i) Transferências para o grupo de propriedades mantidas para venda conforme nota explicativa 8, decorrente das propostas de venda das Fazendas Grão de Ouro e Dourados (Tellus Brasil Participações S.A.); Fazenda Santa Rita Cana (Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.); Gleba Macaé (Radar II Propriedades Agrícolas S.A.).

12. COMPROMISSOS

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, as subsidiárias possuem compromissos financeiros que totalizaram um valor presente estimado de R\$ 44.057.687, que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2034.

Os contratos de subconcessão em que a subsidiária Rumo, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar:

- (i) O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R\$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 26,99% até a data do balanço.
- (ii) O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$645.573. Em 31 de dezembro de 2023, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 96,41%.

13. CONCESSÕES A PAGAR

Política contábil:

São registrados nessa conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por SELIC.

São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por SELIC até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões e Outorgas”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 11.2). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Oeste S.A.	2.206.945	1.957.149
	2.206.945	1.957.149
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista S.A.	1.067.256	1.138.076
	1.067.256	1.138.076
Concessões:		
Rumo Malha Sul S.A.	76.191	81.112
Rumo Malha Paulista S.A.	190.282	156.497
Rumo Malha Central S.A.	24.699	18.576

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	291.172	256.185
Total	3.565.373	3.351.410
Circulante	250.971	256.759
Não circulante	3.314.402	3.094.651
	3.565.373	3.351.410

a) Arrendamento e concessão em litígio

Em 21 de julho de 2020, a subsidiária Rumo protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Relicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019. Foi celebrado aditivo ao contrato de concessão e, em razão deste processo, houve a suspensão, por decisão conjunta das partes, da ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela Rumo Malha Oeste contra a União, a qual teve sentença de procedência em primeira instância e aguardava julgamento de recurso perante o Tribunal Regional Federal.

Os depósitos judiciais relativos às ações acima totalizam R\$26.064 em 31 de dezembro de 2023. (R\$24.125 em 31 de dezembro de 2022).

b) Arrendamentos e outorgas enquadradas no escopo do CPC 06 R2/IFRS 16

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul S.A.	452.701	542.996
Rumo Malha Paulista S.A.	422.173	539.900
Rumo Malha Oeste S.A.	131.038	185.324
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	—	11.658
	1.005.912	1.279.878
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista S.A. (renovação)	919.011	732.727
Rumo Malha Central S.A.	940.456	792.374
	1.859.467	1.525.101
Total	2.865.379	2.804.979
Circulante	358.464	350.719
Não circulante	2.506.915	2.454.260
	2.865.379	2.804.979

14. OUTROS TRIBUTOS A PAGAR

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento de débitos tributários	211.226	202.140	217.348	208.760
ICMS	—	43	190.474	271.688
COFINS	96.905	48.982	177.720	246.501
PIS	12.951	2.579	27.073	43.524
Encargos previdenciários	62.249	29.416	87.214	42.186
IRRF	—	—	14.133	14.553
Outros	2.082	6.676	122.998	86.517
	385.413	289.836	836.960	913.729
Circulante	226.556	141.216	673.718	760.041
Não circulante	158.857	148.620	163.242	153.688
Total	385.413	289.836	836.960	913.729

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
de 13 a 24 meses	—	1.599	881	2.255
de 25 a 36 meses	—	—	572	656
de 37 a 48 meses	—	—	572	656
de 49 a 60 meses	—	—	572	656
acima de 60 meses	158.857	147.021	160.645	149.465
	158.857	148.620	163.242	153.688

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto para algumas transações que são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente

decretadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os valores usados para fins de tributação e prejuízo fiscal.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, usando as alíquotas decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. A recuperabilidade do ativo fiscal diferido na controladora depende de projeções de lucros tributáveis. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

A Companhia e suas subsidiárias estão comprometidas com as boas práticas fiscais, cumprindo com o espírito e letra das leis e regulamentos dos países onde realizam negócios. Comprometem-se, ainda, com a prática de preços de transferência que respeitem os princípios da plena concorrência e as regras definidas pelas legislações fiscais das jurisdições onde operam, com transparência das operações, ética comercial e não se valendo de quaisquer práticas que impliquem redução artificial de tributação.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	430.447	70.649	5.113.751	2.652.625
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(146.352)	(24.021)	(1.738.675)	(901.893)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	825.704	1.226.979	672.947	122.238
Resultado de empresas no exterior	(44.101)	(28.539)	(62.870)	(16.973)
Lucro da exploração	—	—	279.941	197.307
Transações com pagamento baseado em ações	—	(73)	—	(73)
Juros sobre capital próprio	(22.709)	(66.544)	(191.763)	(26.058)
Efeito amortização do ágio	—	—	1.271	—
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	—	—	(16.787)	(13.788)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	—	—	(308.358)	(228.579)
Benefício ICMS – extemporâneo	—	—	5.506	345.067
Benefício ICMS – período corrente	—	—	68.409	242.694
Receita de dividendos ⁽ⁱ⁾	—	—	254.260	—
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	(307.099)	—
Provisão para não realização do benefício do pacto federativo – juros e multa ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	100.731	—
Selic sobre indébito	16.203	11.206	147.741	22.103
Diferencial de alíquota ^(iv)	—	—	805.725	446.293
Benefício adesão Programa Litígio Zero ⁽ⁱⁱⁱ⁾	19.710	—	23.276	—
Outros	(165)	(30.805)	(8.681)	(69.934)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	648.290	1.088.203	(274.426)	118.404
Taxa efetiva - %	150,61%	1540,29%	(5,37%)	4,46%

(i) Refere-se aos dividendos recebidos da Vale S.A.

(ii) A partir do 1º trimestre de 2021, as subsidiárias Comgás e Moove passaram a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS. A subsidiária Comgás se vale da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, nos termos do art. 8º do Anexo II do Regulamento de ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490/2000, com redação dada pelos Decretos Estaduais nos 62.399/2016 e 67.383/2022. As saídas de gás natural dentro do Estado de São Paulo estão sujeitas ao ICMS pela alíquota efetiva de 15% ao invés da alíquota geral de 18%. Já a subsidiária Moove, faz uso de diferimentos de ICMS previstos pelo art. 44, Livro IV do RICMS/RJ1 e pelo art. 1º do Decreto 44.637/2014, na aquisição interna e na importação de óleo básico, insumo para a produção de óleo lubrificante.

Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia no exercício de 2021 com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciado pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência então aplicável ao tema. Em 26 de abril de 2023, o STJ julgou recurso especial representativo da controvérsia e decidiu que benefícios fiscais

como redução de base de cálculo de ICMS somente podem ser excluídos do IRPJ/CSLL se cumpridos os requisitos da Lei Complementar nº 160/2017 (art. 30 da Lei 12.973/2014), ou seja, com a constituição de reserva. Com base nessa decisão, os administradores da Companhia, observando a interpretação técnica que disciplina o tratamento das incertezas quanto aos tributos sobre o lucro (ICPC22 e IFRIC 23), decidiram pela constituição de provisão em 31 de março de 2023, no valor histórico de R\$1.370.304 (R\$1.074.989 de principal registrado na rubrica de imposto de renda corrente, R\$138.526 de juros e R\$156.790 de multa registrados na rubrica de resultado financeiro). O montante atualizado utilizado pela Companhia referente a crédito extemporâneo e corrente totaliza R\$1.681.795 (R\$1.122.358 principal, R\$281.565 multa e R\$277.871 juros), que engloba também as autuações recebidas para o exercício de 2018 e os demais créditos aproveitados nos anos seguintes até 31 de março de 2023, acrescidos dos respectivos encargos legais. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema. Com a regulamentação da parte referente aos débitos não autuados, através da IN 2.184/2024, a Companhia irá seguir os procedimentos administrativos para a efetiva liquidação desse montante, e aguarda a regulamentação da parcela referente aos débitos autuados, para concluir a quitação do passivo. Por conta do desconto concedido, houve um estorno de passivo no montante de R\$1.345.435 e o saldo do passivo atualizado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$336.359 (R\$224.472 principal, R\$56.312 multa e R\$55.574 juros).

- (iii) Adesão ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (“Litígio Zero”), (Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 01/2023), conforme definido no art. 11 § 12 da Lei 13.988/2020, que estabelece os requisitos e condições para as transações resolutivas de litígio com a Fazenda Pública.
- (iv) Diferença de alíquota entre a taxa nominal de 34% e a taxa efetiva aplicável às entidades que apuram o tributo no regime de lucro presumido.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	945.685	697.179	2.714.996	2.244.654
Base negativa de contribuição social	340.981	251.519	929.055	809.556
Diferenças temporárias:				
Variação cambial – Empréstimos e financiamentos	1.165.734	1.299.577	1.292.954	1.701.529
Provisão para demandas judiciais	95.780	78.190	218.881	204.303
Provisão <i>impairment</i> (Rumo Malha Oeste)	—	—	27.072	34.469
Obrigação de benefício pós-emprego	—	—	150.336	152.373
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	—	—	34.511	31.880
Provisão para não realização de impostos	6.985	6.985	73.641	70.815

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Transações com pagamento baseado em ações	64.065	26.846	157.825	82.480
Arrendamentos	2.497	2.493	161.840	167.962
Resultado não realizado com derivativos	165.978	—	823.286	674.554
Provisões de participações no resultado	36.020	18.322	159.994	124.833
Combinação de negócios – Intangível	—	—	124.379	119.060
Combinação de negócios – Imobilizado	—	—	24.795	36.535
Selic sobre indébito	—	77.645	—	100.264
Provisões diversas	—	196.671	691.162	581.059
Diferido sobre resultado pré-operacional	—	—	87.454	14.009
Conta corrente regulatória	—	—	6.661	4.843
Outros	208.331	1.607	391.444	488.299
Total	3.032.056	2.657.034	8.070.286	7.643.477
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Variação cambial – Empréstimos e financiamentos	—	—	(195.232)	—
Provisão para demandas judiciais	—	—	(408)	—
Revisão de vida útil	—	—	(456.093)	(401.926)
Combinação de negócios – Imobilizado	—	—	(148.872)	(76.263)
Ágio fiscal amortizado	—	—	(618.758)	(359.100)
Resultado não realizado com derivativos	—	(249.206)	(299.965)	(226.243)
Ajuste valor justo sobre dívidas	—	—	(281.784)	(548.726)
Títulos e valores mobiliários	—	—	(77.437)	(1.150.916)
Propriedades para investimento	—	—	(455.773)	(391.382)
Bens destinados a venda	—	—	(10.546)	—
Juros capitalizados	—	—	—	(108.616)
Efeitos na formação da controlada em conjunto	(103.992)	(106.254)	(103.992)	(106.254)
Combinação de negócios – Intangível	—	—	(4.426.881)	(4.486.211)
Obrigação pós-emprego	—	—	(4.641)	(4.594)
Arrendamentos	—	495	(10.034)	(11.797)
Provisões	—	815	(449.153)	(79.092)
Outros ⁽ⁱ⁾	(449.153)	(445.264)	(147.120)	(687.601)
Total	(553.145)	(799.414)	(7.686.689)	(8.638.721)
Total de tributos diferidos registrados	2.478.911	1.857.620	383.597	(995.244)
Diferido ativo ⁽ⁱⁱ⁾	2.478.911	1.857.620	5.609.030	4.474.124
Diferido passivo	—	—	(5.225.433)	(5.469.368)
Total diferido, líquido	2.478.911	1.857.620	383.597	(995.244)

(i) Refere-se principalmente à perda fiscal reconhecida na contribuição de capital em empresa controlada.

(ii) Do montante total do saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo consolidado, R\$1.869.877 corresponde ao saldo da subsidiária Rumo S.A.

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável e do planejamento estratégico de longo prazo, e a expectativa de realização em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora	Consolidado
Dentro de 1 ano	98.926	808.979
1 a 2 anos	1.006.146	1.308.994
2 a 3 anos	81.466	384.929
3 a 4 anos	567.216	823.923
4 a 5 anos	65.210	328.555
5 a 8 anos	312.183	950.882
8 a 10 anos	347.764	1.002.768
	2.478.911	5.609.030

Imposto de renda e contribuição social diferidos não ativados

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de imposto de renda e contribuição social inativados é de R\$2.678.299 e refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da subsidiária Rumo S.A, das subsidiárias indiretas Rumo Malha Sul e Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

ATIVO	Controladora						
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Resultado não realizado com derivativos	Provisões	Arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	721.109	34.986	—	268.874	1.998	1.559.777	2.586.744
Impacto no resultado do exercício	227.589	10.182	—	12.972	495	9.876	261.114
Reconhecidos no patrimônio líquido	—	—	—	—	—	(8.269)	(8.269)
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	(182.555)	(182.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	948.698	45.168	—	281.846	2.493	1.378.829	2.657.034
Impacto no resultado do exercício	337.968	54.917	165.978	(179.081)	4	129.079	508.865
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	(133.843)	(133.843)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.286.666	100.085	165.978	102.765	2.497	1.374.065	3.032.056

PASSIVO	Controladora			
	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(602.673)	(748.873)	(457.512)	(1.809.058)
Impacto no resultado do exercício	496.419	499.667	13.558	1.009.644
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(106.254)	(249.206)	(443.954)	(799.414)
Impacto no resultado do exercício	2.262	249.206	(8.762)	242.706
Outros resultados abrangentes	—	—	3.563	3.563
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(103.992)	—	(449.153)	(553.145)

Total impostos diferidos reconhecidos	2.478.911
--	------------------

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

ATIVO

	Consolidado								
	Prejuízo fiscal e base negativa	Obrigações de benefícios pós emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Intangível	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.367.707	160.082	148.338	688.972	189.890	—	111.590	2.024.834	5.691.413
Impacto no resultado do exercício	686.503	(7.709)	58.975	233.554	(21.928)	674.554	7.470	299.687	1.931.106
Reconhecidos no patrimônio líquido	—	—	—	—	—	—	—	(13.071)	(13.071)
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	—	—	34.029	34.029
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.054.210	152.373	207.313	922.526	167.962	674.554	119.060	2.345.479	7.643.477
Impacto no resultado do exercício	589.841	(2.037)	110.506	122.741	(6.122)	148.732	5.319	(133.596)	835.384
Diferenças cambiais	—	—	—	—	—	—	—	(408.575)	(408.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.644.051	150.336	317.819	1.045.267	161.840	823.286	124.379	1.803.308	8.070.286

PASSIVO

	Consolidado									
	Efeitos na formação da controlada em conjunto	Obrigações de benefícios pós emprego	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Arrendamentos	Provisões	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(602.673)	—	(3.492.345)	(1.028.058)	(350.110)	(126.174)	(3.219)	(11.427)	(843.835)	(6.457.841)
Impacto no resultado do exercício	496.419	(4.594)	369.455	807.391	(51.816)	(355.946)	(8.578)	(67.665)	(1.784.407)	(599.741)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	(5.576)	—	—	—	—	(1.469)	(7.045)
Combinação de negócios	—	—	(1.363.321)	—	—	(66.606)	—	—	(144.167)	(1.574.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(106.254)	(4.594)	(4.486.211)	(226.243)	(401.926)	(548.726)	(11.797)	(79.092)	(2.773.878)	(8.638.721)
Impacto no resultado do exercício	2.262	(47)	59.330	(73.722)	(54.167)	200.336	1.763	(370.469)	1.178.542	943.828
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	(58.402)	(58.402)
Passivos disponíveis para venda	—	—	—	—	—	66.606	—	—	—	66.606
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(103.992)	(4.641)	(4.426.881)	(299.965)	(456.093)	(281.784)	(10.034)	(449.561)	(1.653.738)	(7.686.689)

Total impostos diferidos reconhecidos

383.597

16. PROVISÃO PARA DEMANDAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

A Companhia possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	272.063	227.481	813.732	747.647
Cíveis, ambientais e regulatórias	73.744	53.835	512.979	662.052
Trabalhistas	55.286	68.041	387.692	391.487
	401.093	349.357	1.714.403	1.801.186

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	373.779	327.354	652.236	585.988
Cíveis, ambientais e regulatórias	16.126	15.644	114.724	92.411
Trabalhistas	13.584	17.565	128.941	136.045
	403.489	360.563	895.901	814.444

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	164.652	123.420	73.787	361.859
Provisionado no exercício	42.295	20.386	4.332	67.013
Baixas por reversão / pagamento	(31.243)	(86.308)	(15.821)	(133.372)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	51.777	(3.663)	5.743	53.857
Saldo em 31 de dezembro de 2022	227.481	53.835	68.041	349.357
Provisionado no exercício	17.579	29.080	2.899	49.558
Baixas por reversão / pagamento	(3.180)	(20.768)	(15.469)	(39.417)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	30.183	11.597	(185)	41.595
Saldo em 31 de dezembro de 2023	272.063	73.744	55.286	401.093

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	647.610	585.034	411.417	1.644.061
Provisionado no exercício	71.063	159.758	153.789	384.610
Baixas por reversão / pagamento	(56.447)	(238.912)	(225.044)	(520.403)
Efeito de conversão	3.994	15.786	52	19.832
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	81.427	140.386	51.273	273.086
Saldo em 31 de dezembro de 2022	747.647	662.052	391.487	1.801.186
Provisionado no exercício	44.812	105.526	113.151	263.489
Baixas por reversão / pagamento	(33.427)	(258.021)	(168.160)	(459.608)
Transferência	—	3.793	607	4.400
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	54.700	(371)	50.607	104.936
Saldo em 31 de dezembro de 2023	813.732	512.979	387.692	1.714.403

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

A Companhia possui ações indenizatórias adicionais às mencionadas, as quais por serem consideradas prováveis não foram registradas por representarem ativos contingentes.

a) Perdas prováveis

Tributárias: Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compensação com FINSOCIAL ⁽ⁱ⁾	—	—	326.220	312.721
INSS ⁽ⁱⁱ⁾	77.254	72.389	100.149	98.657
Crédito de ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	99.864	63.093	174.860	125.723
PIS e COFINS	32.832	27.954	33.244	30.446
IPI	56.638	54.430	63.358	60.852
IRPJ e CSLL	1.102	1.065	10.698	11.676
Outros	4.373	8.550	105.203	107.572
	272.063	227.481	813.732	747.647

(i) Compensação de FINSOCIAL com tributos federais, com base em decisão judicial transitada em julgado em setembro de 2003 nos autos de ação judicial em que foi discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. A compensação dos tributos permanece em discussão na esfera administrativa.

(ii) Montante provisionado à título de INSS representado, substancialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo discutida em juízo. Os valores envolvidos estão depositados judicialmente. O *leading case* – RE 611.601 (tema 281) foi julgado de forma desfavorável pelo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a constitucionalidade do art. 22-A da Lei nº 8.212/91.

(iii) ICMS exigido pelo Estado de São Paulo decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial. Os Embargos à Execução foram julgados improcedentes, assim como os recursos que se seguiram; e autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo classificados como “uso e consumo”, que não gerariam direito ao crédito.

- **Processos trabalhistas:** a Companhia e suas subsidiárias integram o polo passivo de ações trabalhistas movidas por ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados pleiteando adicionais à remuneração e indenizações. Adicionalmente, a Companhia tem ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho sobre o suposto descumprimento de normas trabalhistas, condições de trabalho e ambiente de trabalho. Para alegações julgadas procedentes, a Companhia firmou Termos de Ajustamento de Conduta junto às autoridades brasileiras.

- **Processos cíveis, ambientais e regulatório:** A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas Ações Indenizatórias, Ações Civis Públicas e Processos Administrativos que individualmente não são relevantes, onde segundo a avaliação de seus advogados o risco de perda é provável.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	4.934.309	5.034.867	15.703.294	16.079.589
Cíveis, ambientais e regulatórias	1.045.171	1.015.125	7.166.011	6.597.105
Trabalhistas	9.168	23.972	805.222	782.080
	5.988.648	6.073.964	23.674.527	23.458.774

Tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Multa isolada – Tributos federais ⁽ⁱ⁾	—	—	792.496	762.613
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	1.280.245	1.296.481	6.316.155	6.297.550
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.205.621	1.264.685	2.962.716	2.987.853
IRRF ^(iv)	—	1.389	1.226.223	1.366.268
PIS e COFINS ^(v)	1.286.634	1.322.277	2.293.933	2.556.050
MP 470 parcelamento de débitos ^(vi)	232.104	246.000	381.060	388.166
Plano de Opção de Compra de Ações	—	—	60.863	68.846
IOF s/ Mútuo ^(vii)	—	—	154.606	149.323
Compensação com crédito prêmio ^(viii)	143.322	138.753	143.322	138.753
IPI - Imposto sobre produtos industrializados ^(ix)	233.464	227.184	374.471	374.274
INSS	79.019	90.049	159.007	161.037
Outros	473.900	448.049	838.442	828.856
	4.934.309	5.034.867	15.703.294	16.079.589

(i) Dentre as demandas relacionadas à multa isolada, há autuação decorrente de desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTE com a consequente aplicação da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.

- (ii) A Companhia possui autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e ações judiciais relativos à: (a) glosa de amortização de despesas de ágio fundado em rentabilidade futura decorrente de operações societárias; (b) ganho de capital na venda de participação societária; (c) provisões trabalhistas; e (d) ainda, há autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011, 2013 e 2019.
- (iii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, (a) à glosa de créditos de ICMS relativos à aquisição de óleo diesel; bens supostamente enquadrados como uso e consumo e fornecedores que tiveram suas inscrições estaduais cassadas (declarados inidôneos), dentre outras; (b) comprovação de entrega de bens vendidos com cláusula FOB; (c) ICMS sobre serviços de transporte para exportação; (d) divergência na aplicação de legislação de regência de operações com substituição tributária; e (e) aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO.
- (iv) Cobrança de IRRF sobre (a) suposto ganho de capital decorrente de aquisição de empresas localizadas no exterior e (b) glosa de compensação de IRRF sobre operações de swap.
- (v) Glosas de créditos de PIS e COFINS, apurados na sistemática não cumulativa, em virtude de divergência no conceito de insumos.
- (vi) Pedidos de parcelamento de débitos tributários federais indeferidos parcialmente pela Receita Federal do Brasil sob o argumento de que os prejuízos fiscais são insuficientes para a quitação dos respectivos débitos.
- (vii) Cobranças de IOF relacionadas, substancialmente, à (a) contas correntes mantidas por subsidiárias da Companhia e (b) transações financeiras entre as companhias do grupo.
- (viii) Declarações de compensação via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a “crédito-prêmio”, consideradas como não declaradas pela Receita Federal do Brasil.
- (ix) Cobrança de glosa de créditos de IPI relativos à aquisição de matéria-prima utilizadas na fabricação de produtos imunes.

Com exceção do efeito indicado na nota 15.a, item (ii), não identificamos outros efeitos da IFRIC 23 / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro que possam afetar significativamente as políticas contábeis da Companhia e suas subsidiárias e essas demonstrações financeiras anuais

Cíveis, ambientais e regulatórias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	983.867	972.966	3.184.240	3.336.284
Ambientais	60.549	42.159	2.330.683	1.764.671
Regulatórios	755	—	1.651.088	1.496.150

	1.045.171	1.015.125	7.166.011	6.597.105
--	------------------	------------------	------------------	------------------

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos judiciais e administrativos na esfera cível, ambiental e regulatória cujo prognóstico de perda é possível. No cível, a carteira de processos é composta em sua maioria de demandas indenizatórias de natureza contratual e extracontratual. No ambiental, os processos versam sobre termos de compromisso, inquéritos civis e a ações civis públicas.

Cíveis:

- (i) A Companhia litiga em ação de cobrança de honorários advocatícios ajuizada por Alexandre Saddy Chade e outros, onde requerem a condenação da Companhia e demais réus ao pagamento de supostos honorários advocatícios que seriam devidos aos autores e que importariam em valores próximos a R\$366.110. O processo aguarda julgamento de Recurso de Apelação dos Autores e Recurso Adesivo da Companhia no qual pretende a majoração da condenação em verbas sucumbenciais.
- (ii) A subsidiária Moove é parte em um processo movido por Petroleum Comércio e Representações Ltda., em que se busca a condenação da companhia ao pagamento de danos materiais, lucros cessantes e multa, sob alegação de inadimplemento contratual. Este processo envolve um valor total de R\$160.508. Aguarda-se o julgamento de mérito em primeira instância.
- (iii) A subsidiária indireta Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso foi de tentar conseguir carga em volume suficiente para realização do transporte. Periodicamente a Cia realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. Houve pedido de suspensão da demanda para tentativa de acordo e, em paralelo, a Malha Sul, União e ANTT celebraram acordo com vistas a adequar os critérios utilizados para apuração de valor para devolução de trecho. A contingência total do caso é de R\$ 130.239, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível.
- (iv) Em novembro de 2021 o CADE, no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a subsidiária Rumo ao pagamento de multa no valor atualizado de R\$339.811 decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão, a qual encontra-se em grau de apelação. Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Rumo avalia com

provável o risco de perda de parcela no valor de R\$31.262 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível.

- (v) A subsidiária indireta Rumo Malha Paulista é ré, junto ao Município de Jales e outros, em ação civil pública, na qual o MPF alega falta de estrutura de passagens em nível ao longo dos municípios da subseção de Jales, bem como uso indiscriminado de buzina. O risco estimado é de R\$137.210.

Ambientais:

- (vi) Em 31 de Dezembro de 2023, a subsidiária Moove era ré em Ação Civil Pública (ACP) que visava o pagamento de indenização pela poluição ambiental ocorrida na antiga área da companhia Usina de Passivos. Foram ajuizadas diversas ACP's em face de diferentes empresas. Em fevereiro de 2024, houve alteração em uma das ACPs, no qual o valor atribuído pelo Ministério Público era de R\$ 365.319 e a ação foi extinta e arquivada. Em outra ACP, houve delimitação da responsabilidade da companhia e o valor que era de R\$ 441.142 passou para R\$ 2.062.
- (vii) A subsidiária indireta Rumo Malha Paulista foi autuada, em 2013, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) por supostos danos em recursos hídricos. Houve apresentação de defesa. Em setembro de 2021 a Companhia requereu o reconhecimento de prescrição intercorrente. Aguarda-se análise sobre o mérito da questão. O valor envolvido é de R\$221.256.
- (viii) A subsidiária indireta Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R\$ 106.120.

Regulatórios:

- (ix) A subsidiária indireta Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R\$176.867.
- (x) A subsidiária indireta Malha Paulista é parte em ação indenizatória, ajuizada pela antiga Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), sucedida pela União, em razão da desativação do sistema de tração elétrica da ferrovia, cujo valor dos pedidos somam R\$356.284, para a qual não há provisão. Em fevereiro de 2023 houve prolação de sentença de improcedência. Aguarda-se julgamento de recurso da União.

Trabalhista:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reclamações trabalhistas	9.168	23.972	805.222	782.080
	9.168	23.972	805.222	782.080

A subsidiária indireta Rumo Malha Paulista, atualmente é parte em uma Ação Civil Pública

que tramita perante a Justiça do Trabalho. Esse processo teve origem em fiscalização realizada em face da empresa MS Teixeira, que foi subcontratada pela Prumo Engenharia Ltda. (“Prumo Engenharia”) que, por sua vez, era contratada da Rumo. A fiscalização alegou que os trabalhadores da MS Teixeira laboravam em condições degradantes e análogas à escravidão. A Prumo Engenharia assumiu integralmente a responsabilidade pela condição desses empregados, incluindo responsabilidades trabalhistas e contratuais, bem como todos os prejuízos decorrentes das alegadas condições de trabalho instituídas por seus subcontratados. Foram realizadas pela Prumo Engenharia as rescisões dos contratos de trabalho desses trabalhadores, que foram homologadas perante o então Ministério do Trabalho e Emprego, destacando-se que não houve qualquer participação da Rumo nesses atos. Além disso, foi instaurada investigação criminal contra a Rumo, que foi arquivada. Não obstante o exposto, O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100.000 (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a subsidiária em obrigações de fazer e não fazer, bem como, em dano moral coletivo de R\$15.000. A Rumo celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho, no qual assumiu o cumprimento de diversas obrigações ligadas a condições de trabalho, bem como efetuou o pagamento de indenização no valor de R\$ 20.000, destinados a diversas entidades sociais. O acordo foi homologado judicialmente pelo Tribunal Superior do Trabalho. Após a homologação, a Advocacia Geral da União interpôs recurso questionando, apenas e tão somente, a destinação da indenização, uma vez que, na visão da Advocacia Geral da União, a indenização deve ser destinada ao FAT. O recurso da União não foi conhecido. Trânsito em julgado da homologação do acordo em 08/11/23. Processo remetido para origem.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 15 – Imposto de renda e contribuição social.

As transações envolvendo acionistas do grupo são alocadas dentro de Transações de capital, tais como pagamento baseado em ações e mudanças de participação em subsidiárias.

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$8.682.544 (R\$8.402.544 em 31 de dezembro de 2022), inteiramente integralizado, representado por 1.874.070.932 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$9.000.000.

Em 27 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$280.000, distribuição de dividendos de R\$628.979, destinações da reserva legal de R\$58.802 e reserva estatutária no montante de R\$488.252.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era composto pelo seguinte:

Composição acionária	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Grupo de controle	672.312.942	35,87%
Administradores	25.745.154	1,37%
<i>Free float</i>	1.169.498.325	62,41%
Total de ações	1.867.556.421	99,65%
Ações em tesouraria	6.514.511	0,35%
Total	1.874.070.932	100,00%

b) Ações em tesouraria

Política contábil:

Ações em tesouraria representam as ações que são recompradas pela empresa e estão disponíveis para fins específicos e limitados. Para fins contábeis, a Cosan detém as ações necessárias para atender aos futuros planos de pagamento baseado em ações dos funcionários e o volume é tratado da mesma forma que as ações em tesouraria.

Em 14 de agosto de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo Programa de Recompra de Ações de até 116.000.000 ações ordinárias, representativas de 9,93% do total de ações disponíveis no mercado, com prazo até 18 meses. As ações recompradas podem ser usadas para cumprir com obrigações decorrentes de potenciais exercícios de planos de remuneração baseados em ações, manutenção em tesouraria, alienação ou cancelamentos de acordo com a legislação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 6.514.511 ações em tesouraria (7.432.832 ações em 31 de dezembro de 2022), cujo preço de mercado era de R\$19,36.

c) Reserva estatutária – reserva especial

Política contábil:

Tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

d) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

e) Dividendos

Política contábil:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

O estatuto da Companhia, ao final do exercício é destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

i. A receber

	Investimentos em associadas ⁽ⁱ⁾	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Controladora			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	22.747	517.344	540.091
Dividendos declarados	2.340.514	549.883	2.890.397
Juros sobre capital próprio propostos	95.846	107.544	203.390
Dividendos recebidos	(1.849.651)	(1.174.771)	(3.024.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	609.456	—	609.456
Dividendos declarados	348.493	571.033	919.526
Outros movimentos	(3.567)	—	(3.567)
Dividendos recebidos	(855.188)	(351.092)	(1.206.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	99.194	219.941	319.135

(i) Veja composição do saldo na nota 9.1.a.

	Investimentos em associadas ⁽ⁱⁱ⁾	Investimentos em controlada em conjunto	Total
Consolidado			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.621	517.344	519.965
Dividendos declarados	278.654	549.883	828.537
Juros sobre capital próprio declarados	—	107.544	107.544
Combinação de negócios	202.968	—	202.968
Operação descontinuada	(44.969)	—	(44.969)
Dividendos recebidos	(278.127)	(1.174.771)	(1.452.898)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	161.147	—	161.147
Dividendos declarados	273.346	626.653	899.999
Juros sobre capital próprio declarados	—	588.078	588.078
Imposto de renda retido na fonte	—	(88.256)	(88.256)
Operação descontinuada	(62.699)	—	(62.699)
Outros movimentos	(81.053)	—	(81.053)
Dividendos recebidos	(254.905)	(906.534)	(1.161.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.836	219.941	255.777

(ii) Veja composição do saldo na nota 9.1.b.

ii. A pagar

	Controladora 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	1.094.391
Base de cálculo para distribuição de dividendos	1.094.391
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(273.598)
Reserva estatutária	820.793

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação dos dividendos a pagar

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	754.282	799.634
Dividendos do exercício	279.308	2.000.543
Dividendos complementares do exercício anterior	45.736	—
Dividendos pagos	(799.347)	(1.908.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	279.979	892.006
Dividendos declarados ⁽ⁱ⁾	794.289	2.239.495
Dividendos pagos	(798.203)	(2.582.447)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	276.065	549.054

- (i) O valor do dividendo por ação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1,27 real. (R\$0,66 centavo em 31 de dezembro de 2022).

f) Outros resultados abrangentes

	31/12/2022	Resultado abrangente	31/12/2023
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(1.361.895)	(125.233)	(1.487.128)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	2.010.914	(172.501)	1.838.413
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definido	(219.663)	(71.550)	(291.213)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	74.685	24.327	99.012
Perdas na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	—	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro líquido de imposto	77.152	—	77.152
Imposto de renda diferido sobre ativo financeiro	(26.232)	—	(26.232)
Total	509.330	(344.957)	164.373

Atribuível aos:

Acionistas controladores	567.546	(253.221)	314.325
Acionistas não controladores	(58.216)	(91.736)	(149.952)

	31/12/2021	Resultado abrangente	31/12/2022
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(1.362.618)	723	(1.361.895)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.093.366	917.548	2.010.914
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definido	(299.993)	80.330	(219.663)
Imposto diferido sobre perdas atuariais de plano de benefícios definido	101.997	(27.312)	74.685
Perda na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(45.631)	—	(45.631)
Variação do valor justo de ativo financeiro	43.220	33.932	77.152
Imposto de renda diferido sobre ativo financeiro	(14.695)	(11.537)	(26.232)
Total	(484.354)	993.684	509.330

Atribuível aos:

Acionistas controladores	(521.609)	1.089.155	567.546
Acionistas não controladores	37.255	(95.471)	(58.216)

18. RESULTADO POR AÇÃO

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras;
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras; e
- iii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente diluidores.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação).

Básico e diluído – Operação continuada	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico por ação	1.078.737	1.158.852
Efeito dilutivo do plano baseado em ações das subsidiárias	(814)	(1.739)
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro diluído por ação	1.077.923	1.157.113
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação – básico (em milhares de ações)		
Básico	1.867.005	1.869.077
Diluído do plano de opções de ações	7.341	5.503
Diluído	1.874.346	1.874.580
Resultado por ação		
Básico	R\$0,5778	R\$0,6200
Diluído	R\$0,5751	R\$0,6173
Básico e diluído – Operação descontinuada		
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia usados no cálculo do lucro básico e diluído por ação	15.654	17.180

Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação – básico (em milhares de ações)

Básico	1.867.005	1.869.077
Diluído do plano de opções de ações	7.341	5.503
Diluído	1.874.346	1.874.580

Resultado por ação

Básico	R\$0,0084	R\$0,0092
Diluído	R\$0,0084	R\$0,0092

Instrumentos diluidores

A Companhia e suas subsidiárias têm duas categorias de possíveis efeitos diluidores: opções de ações e opções de venda. Para as opções de ações, é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da controladora em razão do exercício das opções de ações nas subsidiárias. Para a opção de venda, presume-se que tenha sido convertida em ações ordinárias, e o lucro atribuível aos acionistas da controladora é ajustado.

Instrumentos antidiluidores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, 12.269.677 (61.540.876 em 31 de dezembro de 2022) ações relacionadas ao plano de recompra de ações da Companhia foram consideradas na análise do lucro por ação, mas não geraram impacto no cálculo, pois aumentam o lucro por ação.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil:

A Companhia apresenta a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos, conforme exigido para empresas brasileiras de acordo com a lei nº 6.404/76, seção V, Art. 187. As principais fontes de receita são:

i. Venda de produtos

A Companhia reconhece as receitas de vendas na entrega ao cliente. A entrega é considerada como sendo o momento em que o cliente aceita as mercadorias e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de maneira confiável, o recebimento da contraprestação é provável e não há envolvimento contínuo da administração com os produtos.

A subsidiária Moove atua na produção e distribuição de lubrificantes, incluindo as marcas Mobil e Comma. Os produtos são vendidos em contratos identificados com clientes individuais e em conjuntos, como um pacote de bens ou serviços.

Alguns contratos de vendas de lubrificantes não podem ser adquiridos separadamente de um pacote de serviços. No entanto, os bens e serviços são claramente distintos nos contratos. Essa modalidade de vendas representa duas obrigações de desempenho separadas e, portanto, a receita será

reconhecida para cada uma dessas obrigações de desempenho quando o controle dos respectivos bens e serviços for transferido para o cliente. O preço da transação é alocado a diferentes obrigações de desempenho com base no preço de venda independente, no qual as receitas são identificadas, mensuradas e registradas separadamente. Incentivos comerciais, incluindo incentivos em dinheiro, descontos e abatimentos por volume e bens ou serviços gratuitos ou com desconto, são contabilizados como uma redução da receita.

ii. **Receita faturada**

A Companhia, por meio das distribuidoras controladas direta e indiretamente pela Compass Gás e Energia, presta serviços de distribuição de gás natural nas localidades onde possuem o direito de concessão. O valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente semelhantes.

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseados nas medições mensais realizadas.

iii. **Receita não faturada**

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iv. **Receita de construção em concessão**

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contrato.

v. **Serviços prestados**

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação é alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo Cosan vende os serviços em transações separadas.

vi. **Comercialização de energia**

A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem.

As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A subsidiária Compass Comercialização poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

a) Mercado de curto prazo

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”).

b) Operações de comercialização de energia

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo.

A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

vii. Serviços de logística prestados

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a subsidiária transfere para a contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação de serviços, quando é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam a subsidiária, bem como quando sua o valor relacionado e os custos incorridos podem ser mensurados com segurança.

Os preços dos serviços são fixados com base em ordens de serviço ou contratos. A receita é basicamente composta por frete ferroviário, frete rodoviário, transporte de contêineres e serviços de elevação portuária, razão pela qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço de logística é prestado.

viii. Receita de arrendamentos

A receita de aluguel é reconhecida linearmente no prazo de cada contrato, na medida em que os contratos transferem aos clientes o direito de usar os ativos por um período em troca de contraprestações à subsidiária, que podem ser medidas de forma confiável.

ix. Venda de propriedades para investimento

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela alienação de propriedades para investimento no curso normal das

atividades das subsidiárias. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, e nas demonstrações financeiras consolidadas após eliminação das vendas dentro da subsidiária. A receita é reconhecida quando à subsidiária cumpre todas as obrigações e promessas identificadas no contrato de transferência dos bens ao cliente.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita bruta na venda de produtos e serviços	45.298.287	45.977.407
Receita de construção	1.494.142	1.217.818
Impostos sobre vendas e outras deduções	(7.323.932)	(7.872.439)
Receita operacional líquida	39.468.497	39.322.786

Na tabela a seguir, a receita é desagregada por linhas de produtos e serviços e pelo tempo de reconhecimento da receita:

	Consolidado	
	31/12/2023 (Reapresentado)	31/12/2022 (Reapresentado)
Momento específico no tempo		
Distribuição de gás	15.737.450	17.854.412
Lubrificantes, óleo básico e outros	9.285.675	8.646.753
Arrendamento e venda de propriedades	743.411	834.616
Comercialização de energia	—	238.544
Outros	538.445	418.847
	26.304.981	27.993.172
Ao longo do tempo		
Transporte ferroviário	10.379.017	9.503.965
Receita de construção	1.494.141	1.217.818
Operações de contêineres	558.699	337.543
Outros serviços	792.951	333.324
	13.224.808	11.392.650
Eliminações	(61.292)	(63.036)
Total das receitas líquidas	39.468.497	39.322.786

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Política contábil:

A Companhia e suas subsidiárias aplicam o modelo de ativo intangível conforme ICPC 01/IFRIC 12 e CPC 04/IAS 38 para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural e classifica a amortização do contrato de concessão em custos de vendas.

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das receitas, custos e despesas por natureza/finalidade é a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Matéria-prima e material de uso na prestação de serviços	—	—	(7.291.453)	(6.588.465)
Custo do gás e transporte	—	—	(11.919.415)	(13.892.505)
Energia elétrica comprada para revenda	—	—	—	(260.891)
Despesas com transporte ferroviário e elevação	—	—	(2.696.333)	(3.074.624)
Outros transportes	—	—	(523.747)	(137.255)
Depreciação e amortização	(14.401)	(13.936)	(3.364.943)	(3.014.480)
Despesas com pessoal	(317.936)	(180.929)	(2.893.919)	(2.498.912)
Custo de construção	—	—	(1.494.141)	(1.217.818)
Despesas com serviços de terceiros	(46.816)	(28.260)	(952.294)	(888.195)
Despesas comerciais	(29)	—	(37.451)	(23.505)
Custo das propriedades vendidas (Nota 10.5)	—	—	(153.470)	(550.432)
Outras despesas	(58.208)	(77.137)	(1.101.274)	(1.444.083)
	(437.390)	(300.262)	(32.428.440)	(33.591.165)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	—	—	(28.549.896)	(30.556.819)
Despesas com vendas	—	—	(1.350.570)	(1.276.279)
Gerais e administrativas	(437.390)	(300.262)	(2.527.974)	(1.758.067)
	(437.390)	(300.262)	(32.428.440)	(33.591.165)

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganho de compra vantajosa	—	99.341	—	99.341
Resultado na venda de investimentos	—	54.707	—	988.077
Créditos fiscais extemporâneos	—	—	43.835	114.812
Mudança no valor justo de propriedades para investimento – Nota 11.5	—	—	2.259.924	1.311.691
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado intangível, e investimentos ⁽ⁱ⁾	13.563	(2.323)	(17.016)	(13.035)
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	(86.619)	(41.463)	(204.158)	(370.765)
Liquidação de disputas do processo de renovação e revisão de outorga	—	—	—	(90.022)
Resultado no encerramento do acordo judicial	—	—	—	(396.818)
Dividendos recebidos da Vale S.A – Nota 1.1 (f)	—	—	1.339.340	—
Realização de receita diferida – Nota 2	—	—	923.214	—
Receitas eventuais	66.850	—	160.604	—
Outros	(63.050)	27.135	(581.366)	108.941
	(69.256)	137.397	3.924.377	1.752.222

- (i) Contempla o ganho referente à venda da SINLOG TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA S.A no valor de R\$14.884 conforme nota 2 – Venda de ações da Sinlog Tecnologia em logística S.A.

22. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é

reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido, que no caso de títulos cotados é normalmente a data ex-dividendo.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária ⁽ⁱ⁾	(969.613)	(954.320)	(4.267.829)	(4.464.754)
Variação cambial líquida sobre dívidas ⁽ⁱ⁾	60.798	135.445	1.921.632	549.682
Resultado com derivativos e valor justo ⁽ⁱⁱ⁾⁽ⁱⁱⁱ⁾	(1.253.705)	(2.000.888)	(2.684.111)	(4.203.149)
Amortização do gasto de captação	(9.529)	(78.112)	(64.588)	(244.344)
Fianças e garantias sobre dívida	—	—	(38.773)	(41.505)
	(2.172.049)	(2.897.875)	(5.133.669)	(8.404.070)
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	222.839	191.315	2.057.369	1.788.477
Atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas ^(iv)	—	—	(3.147.031)	3.385.047
	222.839	191.315	(1.089.662)	5.173.524
Custo da dívida, líquida	(1.949.210)	(2.706.560)	(6.223.331)	(3.230.546)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	45.285	37.210	450.478	355.634
Atualização de outros ativos financeiros	1.777	(1.405)	1.777	(1.405)
Arrendamento e concessão	—	—	(514.236)	(417.703)
Arrendamentos	(3.574)	(3.858)	(444.850)	(374.177)
Juros sobre capital próprio	481.753	33.134	(46.212)	33.134
Juros sobre contingências e contratos	(217.481)	(138.513)	(781.087)	(593.144)
Juros sobre ativo e passivo setorial	—	—	(97.845)	(36.670)
Despesas bancárias e outros	(36.319)	(151.214)	(107.747)	(145.200)
Variação cambial e derivativos não-dívida	186.321	(411.237)	(133.974)	(747.859)
	457.762	(635.883)	(1.673.696)	(1.927.390)
Resultado financeiro, líquido	(1.491.448)	(3.342.443)	(7.897.027)	(5.157.936)

Reconciliação

Despesas financeiras	(1.934.520)	(1.970.687)	(11.337.430)	(4.706.535)
Receitas financeiras	829.235	277.734	3.028.134	5.777.521
Variação cambial	712.582	649.899	1.777.438	260.746
Efeito líquido dos derivativos	(1.098.745)	(2.299.389)	(1.365.169)	(6.489.668)
Resultado financeiro, líquido	(1.491.448)	(3.342.443)	(7.897.027)	(5.157.936)

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, o valor de juros, variação monetária e variação cambial das dívidas atreladas a operação de compra de ativos da Vale foi de R\$599.515.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023, o custo de operações bancárias com derivativos foi de R\$554.998.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2023, o resultado com derivativos e valor justo dos papéis atrelados a proteção do investimento em ações da Vale foi de R\$880.795.
- (iv) O saldo bruto de atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas sem efeitos de PIS e COFINS no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizava uma perda de R\$3.312.112.

23. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Política contábil

O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados com base nos resultados das avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço.

i. Contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado nos períodos em que os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para um plano de contribuição definida com vencimento superior a 12 meses após o final do período em que os funcionários prestam o serviço são descontadas ao seu valor presente.

A Companhia patrocina um plano de contribuição definida chamado Plano de Aposentadoria FuturaFlex (para os funcionários da Compass, Comgás e Commit), administrado pela FuturaMais – Entidade de Previdência Complementar (anteriormente denominada RaizPrev – Entidade de Previdência Privada, que incorporou a Futura II – Entidade de Previdência Complementar). A Entidade é dotada com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

A Companhia não possui obrigações legais e contratuais que poderão gerar a necessidade de realizar contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano apresente resultado deficitário.

ii. Contribuição variável

Um plano de contribuição variável, são também conhecidos como mistos e que reúnem aspectos do BD – benefício definido e do CD – contribuição definida.

As demais empresas do Grupo patrocinam um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, chamado Plano de Aposentadoria Futura II. Também administrado pela FuturaMais – Entidade de Previdência Complementar (anteriormente denominada RaizPrev – Entidade de Previdência Privada, que incorporou a Futura II – Entidade de Previdência Complementar). Ele reúne as características da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

iii. Benefício definido

O plano de benefício definido é um plano em que os participantes tem determinado por força das disposições regulamentares o benefício devido. O custo é estabelecido por meio de avaliações atuariais, com periodicidade mínima anual, realizadas com base em premissas.

O Plano de Aposentadoria, administrado pela Futura – Entidade de Previdência Complementar, sendo patrocinado pela Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., que desde 2011 encontra-se fechado e em extinção

De acordo com o regulamento, o que leva a Companhia a adotar tal provisão no valor presente benefícios e que os assistidos recebem anuidade de acordo com o plano. Os principais riscos atuariais são:

- a) maior sobrevivência ao especificado nas tabelas de mortalidade;
- b) o retorno sobre o patrimônio líquido inferior sob a taxa de desconto utilizadas na avaliação atuarial mais o IGP-DI acumulado; e
- c) estrutura real de família de diferentes hipóteses de aposentadoria estabelecidas.

iv. Plano médico

A subsidiária Comgás oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”) e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto

do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição definida		
Futura II	333	332
Benefício definido		
Futura	175.150	127.351
Plano médico	442.164	448.157
	617.314	575.508
	617.647	575.840

a) Contribuição definida

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor das contribuições dos colaboradores totalizou R\$103 (R\$303 em 31 de dezembro de 2022).

b) Benefício definido

Futura: A subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidade (“CLE”) patrocina a Futura – Entidade de Previdência Complementar (“Futura”), anteriormente Previd Exxon – Entidade de Previdência Complementar, que tem como objetivo principal os benefícios complementares, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para fechá-lo a novos participantes e aprovado pelas autoridades competentes em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores das contribuições totalizaram R\$13.199 (R\$60.827 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A duração média ponderada da obrigação é de 8,9 anos (8,7 anos em 31 de dezembro de 2022).

c) Plano médico

Comgás: Obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores das contribuições totalizaram R\$27.088 (R\$27.118 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A duração média ponderada da obrigação é de 10,9 anos (10,6 anos em 2022).

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos

ativos do plano são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigação de benefício definido no início do exercício	1.097.982	1.161.693
Custo dos serviços correntes	157	219
Custo dos serviços passado	—	319
Juros sobre obrigação atuarial	107.057	98.343
Liquidação antecipada no plano	—	(3.081)
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	62.807	(88.709)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(62.889)	14.319
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	22.116	—
Benefícios pagos	(85.389)	(85.121)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	1.141.841	1.097.982
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(521.568)	(492.408)
Receitas de juros	(49.720)	(42.224)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	2.443	11.405
Liquidação antecipada no plano	—	3.698
Contribuições do empregador	(40.287)	(87.945)
Benefícios pagos	85.389	85.000
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(523.743)	(522.474)
Passivo líquido de benefício definido	618.098	575.508

A despesa total reconhecida no resultado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços correntes	(157)	(219)
Juros sobre obrigação atuarial	(57.337)	(56.119)
	(57.494)	(56.338)

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2023	31/12/2022
Montante acumulado no início do exercício	204.788	141.803
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(62.807)	88.709
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	62.889	(14.319)
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	(22.116)	—
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(2.443)	(11.405)
Montante acumulado no final do exercício	180.311	204.788

Os ativos do plano são compostos do seguinte:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa	523.743	100,00%	496.950	95,28%
Outros	—	—	24.618	4,72%
	523.743	100,00%	521.568	100,00%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com cotação em mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Futura		Plano médico	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto	9,29%	10,03%	10,12% a.a.	10,45%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	4,50% a.a.	4,25%
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	n/a	N/A
Morbidade (<i>aging factor</i>)	N/A	N/A	3,00%	3,00%
Futuros aumentos de pensão	3,50%	3,50%	3,00% a.a.	3,00%
Mortalidade geral (segregada por sexo)	N/A	N/A	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000
Mortalidade de inválidos	N/A	N/A	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	N/A	N/A	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	N/A	N/A	0,60/ (tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço é uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, pois afeta a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de desconto	
	Aumento 0,50%	Redução (0,50)%
Futura	672.044	727.827
Plano médico	(23.123)	20.998

Não houve alteração com relação as premissas biométricas e demográficas em relação aos anos anteriores e aos métodos adotadas na elaboração da análise de sensibilidade.

24. PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

A Companhia e suas subsidiárias possuem Planos de Remuneração Baseada em Ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

Planos anteriores à 2022

- (i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de 5 anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).
- (ii) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao longo ou ao final do período de carência de 3 a 5 anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*).
- (iii) Plano de remuneração baseado em ações (liquidados em caixa) onde é atribuído aos beneficiários um determinado número de unidades referenciadas a um preço teórico de ações calculado com base no EBITDA do Grupo Cosan de cada ano. As unidades serão pagas à vista, mediante cumprimento das condições contratuais de 3 a 5 anos de *vesting period*. Os pagamentos acontecem no final de cada ciclo (de 3 a 5 anos após a data de outorga), com base no valor referenciado convertido da ação naquele momento.

Outorga realizada em 2023

- **Programa de concessão de ações (liquidável em ações)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram estabelecidos os seguintes Programas de Outorga:

Programa	Condições de aquisição de direito
Cosan Sócios 2023.	<u>Outorga 30 de janeiro de 2023.</u> O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (<i>service condition</i>) e metas de desempenho (<i>performance conditions</i>). Do total de ações do programa, 60% estão

	<p>relacionadas a tempo de serviço pelo período de 5 anos sendo as ações outorgadas anualmente. O restante, equivalente a 40% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 110% (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%). Ações ficam em <i>lock-up</i> por um ano.</p> <p><u>Outorga 28 de março de 2023.</u></p> <p>O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (<i>service condition</i>) e metas de desempenho (<i>performance conditions</i>). Do total de ações do programa, 49% estão relacionadas a tempo de serviço pelo período de 3 anos sendo as ações outorgadas anualmente. O restante, equivalente a 51% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar entre 0% e 110%. (para cálculo do valor justo foi considerado o atingimento de 100%). Ações ficam em <i>lock-up</i> por um ano.</p> <p>O valor total de ações outorgados nos dois planos é de 12.472.325.</p>
Investe Cosan	<p><u>Outorga 31 de julho 2023.</u></p> <p>O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (<i>service condition</i>) e metas de desempenho (<i>performance conditions</i>). Do total de ações do programa, 41% estão relacionadas a tempo de serviço pelo período de 3 anos sendo as ações outorgadas anualmente. O restante, equivalente a 59% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar entre 50% e 150%.</p>
Investe Cosan III - Associados	<p><u>Outorga 1º de dezembro 2023.</u></p> <p>O programa de incentivo no modelo de <i>matching</i> está condicionado a tempo de serviço (<i>service condition</i>) e a investimento realizado pelo beneficiário com recursos próprios, que deve ser mantido em ações durante o período de carência. Do total de ações do programa 50% estão relacionados a tempo de serviço de 3 anos e o restante, equivalente a 50% do programa, relacionados a tempo de serviço de 5 anos.</p>
Investe Rumo	<p><u>Outorga 1º de setembro de 2023.</u></p> <p>Programas de opções, sem <i>lock-up</i>, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (<i>service condition</i>) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (<i>performance conditions</i>), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 200% a depender do desempenho.</p>
Programa SOP Moove.	<p><u>Outorga 01 de julho 2023.</u></p> <p>O programa de incentivo está condicionado a tempo de serviço (<i>service condition</i>) e atrelado a ocorrência de um evento de liquidez definidas no programa (<i>performance conditions</i>). As opções outorgadas aos participantes somente poderão ser</p>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	<p>exercidas após se tornarem opções vestidas, sendo que o prazo máximo para o exercício das Opções será de 6 (seis) anos a partir da data de outorga. O preço de exercício das opções objeto deste Programa é de R\$ 50,05 para as opções do Modelo A, R\$ 106,28 para as opções do Modelo B e de R\$ 135,05 para as opções dos Modelos C e D (“Preço de Exercício”) e deverá ser pago à vista, simultaneamente à formalização da subscrição ou compra. Para mensuração do valor justo é utilizado o modelo binominal com premissas como, preço do ativo base, distribuição de dividendos (0% de <i>dividend yield</i>), preço do exercício conforme cada Modelo dentro do programa, taxa de saída média esperada, taxa livre de riscos, volatilidade e efeito do <i>lock-up</i> atrelado ao exercício das opções.</p>
--	---

Tipo de prêmio / Data de concessão	Empresa	Expectativa de vida (meses)	Concessão de planos	Exercido / cancelado / transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R\$
Programa de concessão de ações						
31/07/2018	Cosan S.A.	60	842.408	(842.408)	—	9,65
31/07/2019	Cosan S.A.	60	229.020	(41.714)	187.306	13,44
31/07/2020	Cosan S.A.	60	68.972	(6.704)	62.268	20,93
31/07/2021 - Invest I	Cosan S.A.	36	424.839	(25.722)	399.117	24,38
10/09/2021 - Invest II	Cosan S.A.	48	5.283.275	(1.981.231)	3.302.044	22,24
11/10/2021 - Invest III	Cosan S.A.	60	806.752	—	806.752	23,20
31/07/2022 - Invest I	Cosan S.A.	36	846.506	(11.208)	835.298	18,74
22/11/2022 - Investe Sócios	Cosan S.A.	60	377.173	—	377.173	17,14
30/01/2023 - Investe Sócios	Cosan S.A.	36	12.472.325	—	12.472.325	15,26
31/07/2023 - Investe Cosan I - Regular	Cosan S.A.	36	1.047.845	—	1.047.845	17,53
01/12/2023 - Investe Cosan III - Associados	Cosan S.A.	60	546.734	—	546.734	17,68
			22.945.849	(2.908.987)	20.036.862	
31/07/2019	Comgás	48	83.683	(83.683)	—	79,00
01/07/2023 - Programa SOP A	Moove	72	699.276	—	699.276	142,62
01/07/2023 - Programa SOP B	Moove	72	279.710	—	279.710	88,32
01/07/2023 - Programa SOP C	Moove	72	223.768	—	223.768	76,54
01/07/2023 - Programa SOP D	Moove	72	139.855	—	139.855	71,45
			1.342.609	—	1.342.609	
01/08/2018	Rumo S.A.	60	1.149.544	(1.149.544)	—	13,94
15/08/2019	Rumo S.A.	60	843.152	(267.977)	575.175	22,17
11/11/2020	Rumo S.A.	60	776.142	(249.747)	526.395	20,01
05/05/2021	Rumo S.A.	60	1.481.000	(977.523)	503.477	20,84
15/09/2021	Rumo S.A.	36	1.560.393	(191.959)	1.368.434	18,19
01/09/2022	Rumo S.A.	36	1.781.640	(53.959)	1.727.681	20,36
01/09/2022	Rumo S.A.	-	146.909	(146.909)	—	20,36
01/09/2023	Rumo S.A.	36	1.724.867	—	1.724.867	21,86
			9.463.647	(3.037.618)	6.426.029	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
31/07/2019 - Invest I	Moove	60	132.670	(26.285)	106.385	50,79
31/07/2020 - Invest II	Moove	60	106.952	(17.695)	89.257	61,89
31/07/2021 - Invest III	Moove	36	80.729	(13.628)	67.101	102,73
31/07/2022 - Invest IV	Moove	36	77.967	(3.779)	74.188	135,05
31/07/2023 - Invest V	Moove	36	82.204	(233)	81.971	150,98
01/08/2021	Compass Gás e Energia	24	29.492	(29.492)	—	25,46
01/08/2021	Compass	36	35.075	(6.001)	29.074	25,46
01/08/2021	Compass Gás e Energia	36	170.647	—	170.647	25,46
01/08/2021	TRSP	36	37.572	—	37.572	25,46
01/11/2021	Comgás	32	192.405	—	192.405	25,46
01/11/2021	Compass Gás e Energia	32	1.646.411	(17.873)	1.628.538	25,46

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

01/02/2022	Compass Gás e Energia	29	90.087	—	90.087	25,59
01/08/2022	Compass Gás e Energia	36	837.439	—	837.439	25,59
01/08/2022	Compass	36	30.651	(6.460)	24.191	25,59
01/08/2022	TRSP	36	31.675	—	31.675	25,59
01/08/2023	Compass Gás e Energia	36	242.802	—	242.802	34,12
01/08/2023	Compass	36	25.716	—	25.716	34,12
01/08/2023	TRSP	36	22.950	—	22.950	34,12
			3.873.444	(121.446)	3.751.998	
Total			37.709.232	(6.151.734)	31.557.498	

a) Reconciliação de opções de ações em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	7.801.240	15.592.511
Outorgado	1.223.679	5.156.829
Exercidos/cancelados/outros	(1.597.962)	(2.872.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.426.957	17.876.508
Outorgado	14.066.904	16.868.466
Exercidos/cancelados/outros	(1.456.999)	(3.187.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.036.862	31.557.498

b) Mensuração de valores justo

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante 31 de dezembro de 2023 e 2022 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* e Binominal foram as seguintes:

		Preço médio de mercado na data de outorga	Taxa de juros	Volatilidade
Cosan S.A.	31/12/2023	16,82	N/A	N/A
	31/12/2022	17,14	6,82%	36,50%
Compass	31/12/2023	42,21	N/A	N/A
	31/12/2022	29,20	N/A	N/A
Comgás	31/12/2023	-	N/A	N/A
	31/12/2022	79,00	N/A	N/A
TRSP	31/12/2023	42,21	N/A	N/A
	31/12/2022	29,20	N/A	N/A
Rumo ⁽ⁱ⁾	31/12/2023	21,87	10,41%	25,84%
	31/12/2022	20,56	11,53%	27,70%
Moove ⁽ⁱⁱ⁾	31/12/2023	105,98	4,05%	42,85%

(i) A volatilidade foi determinada com base na volatilidade histórica do preço da ação dos últimos trinta dias anteriores à data da outorga.

(ii) A volatilidade foi determinada com base na volatilidade histórica do preço da ação da empresa controladora, uma vez que a Moove ainda não possui capital aberto, tomando como medida o período proporcional ao prazo do plano.

c) Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de remuneração com base em ações incluídas na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram R\$207.713 e R\$99.098, respectivamente.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

EMISSÃO DO SENIOR NOTES 2031

Em 26 de janeiro de 2024 a Companhia emitiu uma oferta de *senior notes* no volume total de U.S.\$600.000 mil equivalentes a R\$2.947.500, por meio de sua subsidiária integral Cosan Luxembourg S.A (“Cosan Luxemburgo”). A emissão do *senior notes* ocorreu uma taxa de juros anual de US\$ + 7,25%, com vencimento em junho de 2031 e pagamento de juros semestral.

Posteriormente, em 16 de fevereiro de 2024 a Companhia efetuou a internação dos recursos remanescentes oriundos do *Senior notes* 2031, por meio da emissão de modalidade de dívida Resolução 4131 (“4131”) pela Cosan S.A. Em contrapartida, a Cosan Luxembourg contratou um Time Deposit (“TD”) com o mesmo montante e contraparte em dólares americanos, a qual possui como ativo subjacente a emissão da 4131.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS DA VALE

O Conselho de Administração da Vale aprovou em 22 de fevereiro de 2024 a remuneração dos acionistas no valor de R\$11.721.894. O montante declarado corresponde integralmente a dividendos no valor total de R\$ 2,738548374 reais por ação. O pagamento ocorreu em 19 de março de 2024 e o montante recebido pela subsidiária Cosan Oito foi de R\$577.469.

DÉCIMA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA COMGÁS

Em 29 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da subsidiária indireta Comgás aprovou a oferta pública da 10ª emissão de debêntures simples, em regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. A emissão foi no montante total de R\$ 1.500.000, com incidência de juros semestrais a uma taxa igual a DI mais um spread de 0,80% a.a. e com vencimento do principal em 15 de março de 2029, com amortização na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da subsidiária indireta Comgás.

RENOVAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL SUDAM

Em 20 de dezembro de 2023 a Rumo Malha Norte S.A. apresentou junto à Receita Federal do Brasil – RFB o laudo constitutivo de número 143/2023, expedido pela SUDAM em 06 de dezembro de 2023, atestando o atendimento das condições e requisitos legais exigidos para renovação do benefício fiscal, por mais 10 anos. Diante do exposto a RFB através do uso de suas atribuições, decidiu em 13 de março de 2024, através do ato declaratório executivo de número 024213308, reconhecer o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, calculados com base no lucro da exploração, da pessoa jurídica Rumo Malha Norte.

TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA COMPASS

Em 15 de março de 2024, a subsidiária Compass Gás e Energia S.A. desembolsou a sua 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis, no montante de R\$ 1.500.000 com remuneração de CDI + 1,08% a.a., juros semestrais e principal com vencimento em 15 de março de 2029. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a propósitos gerais e reforço de capital de giro.

DELIBERAÇÃO DE DIVIDENDOS COMPASS GÁS E ENERGIA

Em 27 de março de 2024, o Conselho de Administração da subsidiária indireta Compass Gás e Energia aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$1.500.000. O pagamento ocorreu em 12 de abril de 2024 e o montante recebido pela subsidiária Cosan Dez foi de R\$1.320.000.

NOTAS COMERCIAIS COMPASS E TRSP

Em 20 de março de 2024, a Compass e sua controlada TRSP, firmaram a 1ª Emissão de Notas Comerciais no montante de R\$ 200.000, sendo o seu vencimento em março de 2026 e sua remuneração à 100% CDI + 1,7% a.a. O contrato foi celebrado através da depositária Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A. seguindo as condições de mercado para a respectiva transação.

EMPRÉSTIMO COMPASS COMERCIALIZAÇÃO

Em 21 de março de 2024. A Compass e sua subsidiária Compass comercialização assinou um contrato de empréstimo “*Uncommitted Term Loan Facility Agreement – Loan Agreement*” junto ao banco BNP Paribas S.A., para captação de acordo com os termos da Lei Nº 4.131. Em 22 de março de 2024, a Companhia concluiu a captação no montante de EUR 78 milhões com vencimento em março de 2025 e taxa de juros de 4,879% ao ano.

EMISSÃO DE DEBÊNTURES RUMO MALHA PAULISTA S.A.

Em 25 de março de 2024 a Rumo Malha Paulista captou R\$ 1.200.000 com a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 532.243, com taxa de IPCA + 5,7970% a.a., prazo de 10 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização *bullet*, enquanto a segunda é de R\$ 667.757 com taxa de IPCA + 5,9284% a.a., prazo de 15 anos, pagamentos de juros semestrais e amortizações nos três últimos anos.

PROJETO TERMINAL PORTUÁRIO - SEEDS

Em 25 de março de 2024, as Companhias Rumo S.A. e EMBRAPORT – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A., assinaram um acordo vinculante para a

implementação de um novo projeto (terminal) portuário para elevações de grãos e fertilizantes no porto de Santos. O investimento estimado para construção do Terminal é de R\$ 2,5 bilhões e será financiado com empréstimos, além da possibilidade de potenciais parcerias estratégicas ao longo do curso de implementação do Projeto. O início de construção está condicionado ao cumprimento de condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo licenciamento e aprovações legais e regulatórias. Após o cumprimento de todas as condições precedentes, estima-se o período de 30 meses para construção.

ALIENAÇÃO AÇÕES VALE S.A E LIQUIDAÇÃO DAS DÍVIDAS E COLLAR FINANCING

Em 19 de abril de 2024, a Companhia efetuou a alienação de mais 33.525 milhões de ações equivalente à participação de 0,74% do total de ações na estrutura do *Collar Financing*, juntamente com a liquidação antecipada do saldo remanescente do endividamento. Com esta última antecipação de pagamentos a Companhia liquidou 100% das dívidas atreladas à operação e derivativos *collar*, passando a deter apenas participação direta na Vale. Após a alienação a participação direta da Cosan sob as ações totais da Vale passou a ser de 3,91% e 4,14% sob o capital votante, ou seja, excluindo ações em tesouraria.

UNWIND CALL SPREAD – OPERAÇÃO VALE S.A

Em 08 de maio de 2024, a Companhia efetuou a liquidação da tranche de 2024 da estrutura de *call spread*, na qual obteve um ganho de entrada de caixa de R\$ 14.499 passando a deter a opcionalidade de 1,35%, contra os 1,60% detidos até então.

EVENTOS CLIMÁTICOS NO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

Após os eventos climáticos que recentemente atingiram o estado do Rio Grande do Sul, a Companhia está monitorando eventuais impactos nas operações de sua controlada indireta Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - "Sulgás". A Companhia instaurou um comitê de crise para acompanhar e garantir a segurança dos colaboradores e suas famílias, monitorar os impactos nas redes de distribuição das áreas de maior risco, garantir a continuidade de fornecimento e uma comunicação tempestiva com seus clientes. Adicionalmente, a Companhia e a Sulgás se disponibilizaram para apoiar o Governo do Estado. Até o momento, esse evento não gerou impactos materiais para fins da demonstração financeira da Companhia.

INCORPORAÇÃO DA ELEVAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.

No dia 30 de abril de 2024, a CLI SUL S.A. ("CLI SUL") finalizou o processo de incorporação da Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"), após a obtenção das aprovações regulatórias necessárias. Como consequência dessa reorganização societária, a subsidiária Rumo S.A. ("Rumo") recebeu da CLI SUL, na mesma data, a quantia de R\$168.855. Esse montante refere-se ao preço de aquisição adicional que a CLI SUL comprometeu-se a pagar à Rumo, nos termos do contrato de compra e venda de ações firmado entre as partes em 15 de julho de 2022, e corresponde a 20% do saldo em aberto do financiamento de aquisição, acrescido de juros acumulados e outros encargos, deduzido do caixa em posse da CLI SUL. Após a incorporação, os acionistas da CLI SUL passaram a ser a CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. ("CLI") e a Rumo, mantendo-se a divisão acionária em 80% para a CLI e 20% para a Rumo.

EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em 10 de abril de 2024, a controlada em conjunto Raízen S.A, por meio da controlada indireta Blueway, obteve o deferimento pela Receita Federal do Brasil do pedido de habilitação de crédito tributário, no montante de R\$1.824.019, determinando pela

exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

CUMPRIMENTO DE META ESG – 2º DEBÊNTURE DA MALHA PAULISTA

Conforme indicado na nota 3.3, a 2ª Debênture da Malha Paulista da subsidiária Rumo está atrelada à meta sustentável da redução de emissões de gases de efeito estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019. O cumprimento da Condição para Step Down de Taxa foi verificado a partir do Relatório Anual de Sustentabilidade da Rumo (“RAS”), que contém os dados consolidados da Malha Paulista, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Assim sendo, a companhia será beneficiada com step-down de 25 basis points em cada série, o que reduzirá a taxa a partir do próximo Período de Capitalização para CDI + 1,54% na 1ª série e IPCA + 4,52% na 2ª série.

26. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS

26.1 NORMAS CONTÁBEIS RECENTES ADOTADAS PELA COMPANHIA

Norma aplicável	Principais requisitos	Impacto
Alterações à IAS 8/ CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil “As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração” e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente).	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan pois as estimativas contábeis da Companhia já atendiam à nova definição.
Alterações à IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das	A IAS 1/ CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser	Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e

<p>Demonstrações Contábeis</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.</p>	<p>divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121.</p>	<p>consolidadas do Grupo Cosan pois as políticas divulgadas pela Companhia já atendiam a nova definição de políticas materiais.</p>
<p>Alterações à IAS 12/CPC 32 –Tributos sobre o Lucro</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.</p>	<p>Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B</p>	<p>Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan pois a Companhia já efetuava a segregação do diferido ativo e passivo dos arrendamentos. Quanto aos passivos para desmontagem e remoção, não é aplicável para a Companhia.</p>
<p>Alterações à CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro</p>	<p>A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contábilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e ativos financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 <i>Instrumentos Financeiros</i>.</p>	<p>Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan pois não é aplicável à Companhia.</p>

<p>Alteração CPC 32 - item 4A referente a nova regra tributária Pilar Dois</p> <p>Em vigor a partir de 2023</p>	<p>Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais ante erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado “Pilar Dois” e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 (“Tributos sobre o Lucro”).</p> <p>Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois (item 4A do CPC 32).</p> <p>A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento</p>	<p>A Companhia aplicou esta isenção temporária para as demonstrações financeiras com exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, avaliamos o que está no escopo das regulações tributárias que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas em alguns dos países nos quais determinadas entidades consolidadas pelo grupo operam. Em que pese o fato de que a implementação dessas regulações é ainda muito recente e que nenhum país aplicou exigência concreta de imposto mínimo global em 2023, a Companhia, considerando os pontos acima, efetuou uma avaliação preliminar, apoiada por consultoria especializada, e concluiu não haver expectativa de impactos significativos em relação às jurisdições onde opera. No entanto, a Companhia prosseguirá com os estudos e avaliação mais aprofundada da aplicação das novas regras, para divulgação de qualquer exposição, se houver, nas demonstrações financeiras dos próximos trimestres.</p>
---	---	--

	desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição.	
--	--	--

26.2 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2023. A adoção antecipada não é permitida. Além disso, com base em uma revisão inicial, a Companhia acredita, atualmente, que a adoção dessas normas/alterações a seguir não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia.

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
<p>Alterações à IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um <i>sale-leaseback</i> que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de <i>sales and leaseback</i>.</p> <p>Essas alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Cosan, pois não é aplicável para a Companhia.</p>
<p>Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>A alteração na norma traz maiores esclarecimentos para classificação da dívida entre circulante e não circulante que visa o direito de uma entidade diferir a liquidação deve existir na data base, exclusão do requerimento do direito ser incondicional e incluiu o requerimento de ter substância.</p> <p>Também realizou maiores esclarecimentos para passivos com <i>covenants</i> que orienta apenas os <i>covenants</i> que devem cumprir até a data base afetam a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Para <i>covenants</i> após a data base não afetam a classificação do passivo.</p> <p>Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada,</p>

	<p>porém, não é esperado impactos significativos, uma vez que a classificação entre curto e longo prazo já é realizada dentro das novas definições. Quanto aos <i>covenants</i>, a Companhia monitora constantemente e irá efetuar quaisquer divulgações requeridas, se aplicável.</p>
<p>Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação – um na IAS 7 e outro na IFRS 7 – para que a empresa forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da empresa.</p> <p>Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor.</p> <p>Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, porém, não esperamos alterações significativas.</p>
<p>Alterações à norma IAS 21/ CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.</p>	<p>As alterações trazem maiores esclarecimentos sobre uma entidade poder desempenhar atividades no exterior de duas maneiras: (i) realizar transações em moeda estrangeira ou (ii) possuir entidades no exterior. O objetivo da norma é determinar como incluir transações em moeda estrangeira e como converter as demonstrações contábeis desta entidade em outra moeda.</p> <p>Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, mas está avaliando todos os impactos para adoção da norma.</p>
<p>Nova norma contábil – IFRS 18 – Apresentação e divulgação em Demonstrações financeiras</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.</p>	<p>Essa nova norma visa oferecer aos investidores uma compreensão mais aprofundada do desempenho financeiro das empresas, fornecendo pontos de referência consistentes para suas análises possibilitando assim melhores decisões de investimento.</p>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	<p>Visto que a norma foi publicada apenas em abril de 2024, para dezembro de 2023 a Companhia não possui impactos. Portanto a Companhia ainda não efetuou a avaliação dos impactos, mas esta será efetuada para os próximos exercícios tendo em visto que a norma entra em vigor em 2027.</p>
--	---